

BTCU

Deliberações dos Colegiados
do TCU e dos Relatores

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 7 | nº 164 | Segunda-feira, 16/09/2024

Pautas	1
Plenário	1
Despachos de autoridades	32
Ministro Augusto Nardes	32
Editais	34
Secretaria de Apoio à Gestão de Processos	34
Atas	42
Plenário	42

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3º a 5º do art. 295 do Regimento Interno do TCU

<http://www.tcu.gov.br>

btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF
Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente

BRUNO DANTAS

Vice-Presidente

VITAL DO RÊGO FILHO

Ministros

WALTON ALENCAR RODRIGUES
BENJAMIN ZYMLER
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
AROLD DO CEDRAZ DE OLIVEIRA
JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
JHONATAN DE JESUS

Ministros-Substitutos

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
MARCOS BEMQUERER COSTA
WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU

Procuradora-Geral

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais

LUCAS ROCHA FURTADO
PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores

MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA
SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ
RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário-Geral

MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União de deliberações dos colegiados
do TCU e relatores - v. 1, n. 1, 2018. - Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

1. Controle externo - periódico. 2. Ato normativo - periódico. 3. Controle
externo - edital. I. Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

PAUTAS

PLENÁRIO

PAUTA DO PLENÁRIO

Sessão Ordinária de 18/09/2024, às 14h30

A presente pauta pode, a critério dos relatores, sofrer alterações, a fim de que sejam excluídos ou incluídos processos (art. 141, § 14, do RITCU). Para visualizar a versão mais recente da pauta acesse <https://portal.tcu.gov.br/sessoes>.

As transmissões das sessões colegiadas são disponibilizadas em diversas plataformas na internet, cujos links encontram-se no portal do Tribunal (<https://portal.tcu.gov.br/sessoes/>). Eventual indisponibilidade de um dos serviços de transmissão não invalidará ou suspenderá o curso das sessões.

As sustentações orais deverão ser realizadas exclusivamente de forma presencial, nos termos da Resolução nº 335, de 25/3/2022, e do art. 168 do Regimento Interno.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

005.572/2024-0 - Natureza: DENÚNCIA**Unidade jurisdicionada:** Ministério da Fazenda.**Responsável:** Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).**Interessado:** Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).**Representação legal:** não há.**014.765/2018-7 - Natureza:** RELATÓRIO DE AUDITORIA**Unidade jurisdicionada:** Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.; Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia.**Responsáveis:** Italo Kley Canario Carvalho; Rogerio Costa Cedraz; Valdemar Andrade Silva; Victor Bruno Vilas Boas Fernandes.**Interessados:** Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.a.; PJ Construções e Terraplanagem Ltda.**Representação legal:** Tiago Leal Ayres (OAB-BA 22.219), representando Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.a.; Washington Luiz Dias Pimentel Junior (OAB-BA 32.788), Jamille Leoni Cerqueira (OAB-BA 34.484) e outros, representando Victor Bruno Vilas Boas Fernandes; Washington Luiz Dias Pimentel Junior (OAB-BA 32.788), Jamille Leoni Cerqueira (OAB-BA 34.484) e outros, representando Italo Kley Canario Carvalho; Washington Luiz Dias Pimentel Junior (OAB-BA 32.788), Jamille Leoni Cerqueira (OAB-BA 34.484) e outros, representando Valdemar Andrade Silva.

Ministro BENJAMIN ZYMLER**010.837/2000-8 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL****Unidade jurisdicionada:** Petróleo Brasileiro S.A.**Responsáveis:** Djalma Bastos de Moraes; Instituto de Organização Racional do Trabalho no Rio de Janeiro - IDORT/RJ; José Ferreira da Silva Filho; João Augusto Rezende Henriques; Orlando Galvão Filho; Pedro Caldas Pereira; Reynaldo Vilardo Aloy.**Representação legal:** Douglas Lemos Milani, Leonardo Rufino Capistrano (OAB-DF 29.510) e outros, representando Orlando Galvão Filho; Alex Azevedo Messeder (OAB-RJ 119.233), Hélio Siqueira Júnior (OAB-RJ 62.929) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Daniele Goltsman Hazan (OAB-RJ 80.362), Ursula Suaid Porto Guimarães Borges, Mônica Silva Barros (OAB-DF 15.001/E) e outros, representando Instituto de Organização Racional do Trabalho no Rio de Janeiro; Guilherme Cardoso Leite (OAB-DF 26.225), Giovana Pereira Lunz e outros, representando João Augusto Rezende Henriques; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB-MG 94.049), Fernando Antonio dos Santos Filho (OAB-DF 37.934) e outros, representando Djalma Bastos de Moraes; Danielle Cristina Fonseca Dourado, Bruna Soares de Queiroz e outros, representando Reynaldo Vilardo Aloy.**012.485/2019-5 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL****Recorrentes:** Luis Samuel Freire; Manoel Emilson de Alcantara.**Unidade jurisdicionada:** Município de Assaré/CE e Ministério do Turismo.**Responsáveis:** Alexandre Freire da Costa; Antonio Neto Dias Alcantara; Luis Samuel Freire; Manoel Emilson de Alcantara.**Representação legal:** Marcos Antonio Sampaio de Sousa (OAB-CE 16.017), representando Antonio Neto Dias Alcantara; Marcos Antonio Sampaio de Sousa (OAB-CE 16.017) e Etron Alex Parente de Vasconcelos (OAB-CE 27.039), representando Luis Samuel Freire; Felipe Cartaxo Esmeraldo (OAB-CE 23.813), representando Manoel Emilson de Alcantara; Marcos Antonio Sampaio de Sousa (OAB-CE 16.017) e Etron Alex Parente de Vasconcelos (OAB-CE 29.704), representando Alexandre Freire da Costa.**015.211/2018-5 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL****Unidade jurisdicionada:** Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.**Representação legal:** não há.**033.493/2019-7 - Natureza: ACOMPANHAMENTO****Unidade jurisdicionada:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.**Representação legal:** Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352), Lauro Luiz Studart Leao (OAB-RJ 121.055) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.**Ministro AUGUSTO NARDES****007.376/2024-3 - Natureza: DENÚNCIA****Unidade Jurisdicionada:** Segunda Região Militar.**Representação legal:** não há.

- 007.986/2024-6 - Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Mário Sérgio Cassoli Dias.
Unidade Jurisdicionada: Comissão Regional de Obras da 9ª Região Militar.
Representação legal: não há.
- 018.295/2024-0 - Natureza:** DENÚNCIA
Unidade Jurisdicionada: Estado do Rio Grande do Norte.
Representação legal: não há.
- 020.251/2020-3 - Natureza:** MONITORAMENTO
Unidade Jurisdicionada: Secretaria-Geral da Presidência da República.
Representação legal: não há.
- 033.965/2023-4 - Natureza:** DENÚNCIA
Unidade Jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Aquaviários.
Representação legal: não há.

Ministro AROLDO CEDRAZ

- 005.374/2018-9 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Unidade jurisdicionada: Gabinete do Ministro - MTE (extinto).
Responsáveis: Carmelo Zitto Neto; Francisco Prado de Oliveira Ribeiro; Instituto Brasileiro de Trabalho, Educação e Capacitação Ibratec; Wilson Egidio Fava.
Representação legal: não há.
- 007.829/2024-8 - Natureza:** DENÚNCIA
Unidade jurisdicionada: Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba.
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Representação legal: não há.
- 008.152/2023-3 - Natureza:** DENÚNCIA
Unidade jurisdicionada: Instituto Nacional do Seguro Social.
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
Representação legal: não há.
- 008.153/2024-8 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Unidade jurisdicionada: Ministério do Trabalho e Emprego.
Responsáveis: Dilene Miranda Job; Instituto Deus e Tudo.
Representação legal: não há.
- 008.161/2024-0 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Unidade jurisdicionada: Ministério do Trabalho e Emprego.
Responsáveis: Elmano Férrer de Almeida; Jorge Antonio Pereira Lopes de Araujo; Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes.
Representação legal: não há.

010.420/2024-0 - Natureza: REPRESENTAÇÃO**Representante:** Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.**Unidade jurisdicionada:** Conselho Nacional de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União.**Representação legal:** não há.**012.716/2005-2 - Natureza: PRESTAÇÃO DE CONTAS****Exercício:** 2004**Unidade jurisdicionada:** Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.**Responsáveis:** Ademar Silveira Sabino; Adenauer Figueira Nunes; Ailton Esteves Soares; Antonio Carlos Ayrosa Rosiere; Artur Vidigal de Oliveira; Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos (falecido); Diniz de Oliveira Imbroisi; Edilberto Teles Sirotheau Correa; Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores; Fernando Brendaglia de Almeida; Fernando José Marroni de Abreu; Flavio de Oliveira Lencastre; Frederico de Queiroz Veiga; Humberto Lúcio Pimentel Menezes; Jorge Godinho Barreto Nery; Jose Alencar Gomes da Silva; Josefinia Valle de Oliveira Pinha; José Américo dos Santos; José Viegas Filho; José Wanderley Pinheiro; Luiz Antonio de Souza Cordeiro; Napoleão Lopes Guimarães Neto; Nelson Jorge Borges Ribeiro; Paulo José dos Reis Souza; Vilmar Amaral de Oliveira.**Representação legal:** Márcia Uchôa de Oliveira da Rocha, Rosimeire Gaudad Sardinha Carneiro e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.**015.233/2024-3 - Natureza: REPRESENTAÇÃO****Representante:** Dalen Suprimentos Para Informática e Papelaria Ltda.**Unidade jurisdicionada:** Departamento Regional do Senai no Estado de São Paulo.**Representação legal:** Priscilla de Held Mena Barreto Silveira (OAB-SP 154.087) e Adriana Bitencourt dos Anjos (OAB-SP 366.665), representando Serviço Social da Indústria - Sesi - Departamento Regional em São Paulo; Priscilla de Held Mena Barreto Silveira (OAB-SP 154.087) e Adriana Bitencourt dos Anjos (OAB-SP 366.665), representando Departamento Regional do Senai no Estado de São Paulo; Sabrina Aparecida Santos Pereira Shinya (OAB-SP 354.935), representando Dalen Suprimentos Para Informática e Papelaria Ltda.**015.315/2024-0 - Natureza: REPRESENTAÇÃO****Representante:** João Damasceno Fontenele Neto, João Damasceno Fontenele Neto e Ribamar Félix Da Silva.**Unidade jurisdicionada:** Município de Maranguape/CE.**Representação legal:** Rainer Henrique Abreu Riedel da Costa (OAB-CE 36.065), representando João Damasceno Fontenele Neto.**016.046/2024-2 - Natureza: REPRESENTAÇÃO****Representante:** Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.**Unidade jurisdicionada:** Tribunal Superior Eleitoral.**Representação legal:** não há.**017.522/2024-2 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL****Unidade jurisdicionada:** Ministério do Esporte.**Responsável:** Antônio Roberto Otoni Gomide.**Representação legal:** não há.

- 018.013/2024-4 - Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Ministério Público Federal.
Unidade jurisdicionada: Municipal de Cotia/SP.
Representação legal: não há.
- 018.865/2024-0 - Natureza:** DENÚNCIA
Unidade jurisdicionada: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Representação legal: não há.
- 021.796/2024-6 - Natureza:** DENÚNCIA
Unidade jurisdicionada: Instituto Nacional do Câncer José de Alencar Gomes da Silva.
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
Representação legal: não há.
- 021.810/2021-4 - Natureza:** MONITORAMENTO
Unidade jurisdicionada: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.
Representação legal: não há.
- 027.824/2019-5 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Recorrente: Lenildo Alves Santana.
Unidade jurisdicionada: Municipal de Ibicaraí/BA.
Responsáveis: Lenildo Alves Santana; Luiz Jacome Brandao Neto.
Representação legal: Jesiana Araujo Prata Coelho Guimaraes (OAB-BA 29.878), Pedro Pablo Oliveira Reis (OAB-BA 51.099) e outros, representando Luiz Jacome Brandao Neto; Fernando de Oliveira Hughes Filho (OAB-BA 18.109), representando Lenildo Alves Santana.
- 036.718/2023-8 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Unidade jurisdicionada: Municipal de Brusque/SC.
Responsáveis: Paulo Roberto Eccel; Roberto Pedro Prudencio Neto.
Representação legal: não há.
- 039.791/2023-8 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Unidade jurisdicionada: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Responsável: Antônio Mendonça Coutinho Filho.
Representação legal: não há.
- 039.796/2023-0 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Unidade jurisdicionada: Municipal de Mossoró/RN.
Responsável: Maria de Fátima Rosado Nogueira.
Representação legal: não há.

Ministro VITAL DO RÊGO

007.802/2022-6 - Natureza: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

Unidade jurisdicionada: 839 organizações públicas federais.

Representação legal: Melissa Monte Stephan (OAB-RJ 118.596), André Yokomizo Aceiro (OAB-DF 17.753), Rafael Zimmermann Santana (OAB-RJ 154.238), Bruna Santos Costa (OAB-DF 44.884) e outros.

019.743/2024-6 - Natureza: REPRESENTAÇÃO

Representante: Deputado federal Ubiratan Antunes Sanderson.

Unidade jurisdicionada: Secretaria-Geral da Presidência da República, Agência Nacional de Aviação Civil e Ministério de Portos e Aeroportos.

Representação legal: não há.

040.413/2023-3 - Natureza: REPRESENTAÇÃO

Representante: Green4T Soluções TI Ltda.

Unidade jurisdicionada: Tribunal Superior do Trabalho.

Representação legal: não há.

Ministro JORGE OLIVEIRA

000.655/2019-8 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Recorrente: José Divino Pereira Lima.

Unidade jurisdicionada: Município de São João da Baliza/RR.

Responsável: José Divino Pereira Lima.

Representação legal: Alexander Ladislau Menezes (OAB-RR 226), Daniele de Assis Santiago (OAB-RR 617) e outros, representando José Divino Pereira Lima.

025.563/2018-1 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Recorrente: José Divino Pereira Lima.

Unidade jurisdicionada: Município de São João da Baliza/RR.

Responsáveis: José Divino Pereira Lima; e Bispo Feitosa e Cia Ltda.

Representação legal: Alexander Ladislau Menezes (OAB-RR 226), Daniele de Assis Santiago (OAB-RR 617) e outros, representando José Divino Pereira Lima.

029.826/2014-4 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Recorrente: Wanira de Holanda Brasil.

Unidade jurisdicionada: Município de Sítio Novo/RN.

Responsáveis: Alfa Construcões e Serviços Ltda - ME, Britacon - Britagem Construção e Comércio Ltda., Erivan Porfírio Fernandes, Jeová Batista de Paiva, Jose Ronilson Lourenço de Carvalho, Marcos Antônio Rodrigues Aguiar, Reinaldo de Araújo Falcão, Verlano de Queiroz Medeiros, Wanira de Holanda Brasil.

Interessados: Fundação Nacional de Saúde.

Representação legal: Rafael Pires Miranda (OAB-RN 13.298) e Rafael Varella Gomes da Costa (OAB-RN 11.295).

030.019/2023-0 - Natureza: MONITORAMENTO

Unidade jurisdicionada: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Representação legal: não há.

Ministro ANTONIO ANASTASIA**008.878/2024-2 - Natureza: REPRESENTAÇÃO****Representante:** Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.**Unidade jurisdicionada:** Senado Federal.**Representação legal:** não há.**018.121/2024-1 - Natureza: REPRESENTAÇÃO****Representante:** Mega Vale Administradora de Cartoes e Servicos Ltda.**Unidade jurisdicionada:** Administração Regional do Senar No Estado de Rondônia.**Representação legal:** Rafael Prudente Carvalho Silva (OAB-SP 288.403), representando Mega Vale Administradora de Cartoes e Servicos Ltda.**019.114/2024-9 - Natureza: REPRESENTAÇÃO****Representante:** Sghn - Higienizacao Textil e Nutricao Hospitalar Ltda.**Unidade jurisdicionada:** Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas.**Representação legal:** Felipe Estevao Rocha Brito (OAB-RJ 155.974-E), representando Sghn - Higienizacao Textil e Nutricao Hospitalar Ltda.**020.786/2022-0 - Natureza: MONITORAMENTO****Unidade jurisdicionada:** Secretaria-Geral da Presidência da República.**Representação legal:** não há.**032.395/2023-0 - Natureza: DESESTATIZAÇÃO****Recorrente:** Concessionaria Br-040 S.a.**Unidade jurisdicionada:** Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ministério dos Transportes.**Interessado:** Concessionaria Br-040 S.a.**Representação legal:** João Paulo Cunha (OAB-DF 52.369), Angelo Longo Ferraro (OAB-DF 37.922) e outros, representando Concessionaria Br-040 S.a.**Ministro JHONATAN DE JESUS****004.149/2013-0 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL****Recorrente:** Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior.**Unidade jurisdicionada:** Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública.**Responsáveis:** Adriana Lopes Lacerda, Conservo Brasilia Servicos Tecnicos Ltda, Eduardo Miranda Lopes, Joao da Cruz Naves, Lilian de Azevedo Goncalves, Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior, Victor João Cúgola.**Interessados:** Carlos Bruno Ferreira da Silva.**Representação legal:** Paulo Henrique Franco Palhares (OAB-DF 19.336), Fernando Luiz Carvalho Dantas (OAB-DF 22.588) e outro, representando Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior; Ana Carolina Andrade Carneiro (OAB-DF 31.063), representando Paulo César Magalhães César; Thamara Kyth (OAB-DF 8.464), representando Eduardo Miranda Lopes; Bruno Machado Barbosa e Samara Mazzoccante Cruz Barbosa, representando Helio Barbosa da Silva; Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB-DF 28.361), Johann Adrianus Camargo Boudens e outros, representando Fernando Catão de Almeida Paiva.

031.839/2015-0 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**Recorrente:** Eudo de Magalhaes Lyra.**Unidade jurisdicionada:** Município de Joaquim Nabuco/PE.**Responsáveis:** Associação Musical 10 de Agosto, Eudo de Magalhaes Lyra.**Interessados:** Ministério do Turismo.**Representação legal:** David Rafael Ferreira da Silva (OAB-PE 44.309), representando Eudo de Magalhaes Lyra.**Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI****000.444/2018-9 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL****Unidade jurisdicionada:** Município de Barra do Corda/MA.**Responsáveis:** Ana Rita Maciel Bezerra; Antonia Elda Pereira Azevedo; Denys Milhomem Arruda; Franknilva Vieira Matos Silva; Manoel Mariano de Sousa; Maria Jose Dinis Freitas; Maria Jose Diniz Freitas; Oliveira Florentino Filho; Omega Construções e Reformas Ltda - Me; Pedro Alberto Telis de Sousa; Valdeni Silvino da Silva.**Representação legal:** Andre Victor Pires Machado (OAB-MA 19.937), Ana Dionisia Malaquias Castro (OAB-MA 6646) e outros, representando Valdeni Silvino da Silva; Andre Victor Pires Machado (OAB-MA 19.937) e José Jerônimo Duarte Júnior (OAB-MA 5.302), representando Denys Milhomem Arruda; Andre Victor Pires Machado (OAB-MA 19.937) e José Jerônimo Duarte Júnior (OAB-MA 5.302), representando Francisca Telis de Sousa; Andre Victor Pires Machado (OAB-MA 19.937) e José Jerônimo Duarte Júnior (OAB-MA 5.302), representando Oliveira Florentino Filho; Andre Victor Pires Machado (OAB-MA 19.937) e José Jerônimo Duarte Júnior (OAB-MA 5.302), representando Vladimir Alves Genuíno; Andre Victor Pires Machado (OAB-MA 19.937) e José Jerônimo Duarte Júnior (OAB-MA 5.302), representando Ana Rita Maciel Bezerra; Andre Victor Pires Machado (OAB-MA 19.937), representando Pedro Alberto Telis de Sousa; Andre Victor Pires Machado (OAB-MA 19.937), representando Manoel Mariano de Sousa; Antonio Eber Braga (OAB-MA 10676), representando Franknilva Vieira Matos Silva; José Jerônimo Duarte Júnior (OAB-MA 5.302), representando Antonia Elda Pereira Azevedo; Andre Victor Pires Machado (OAB-MA 19.937) e José Jerônimo Duarte Júnior (OAB-MA 5.302), representando Maria Jose Diniz Freitas.**Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA****005.576/2024-5 - Natureza: DENÚNCIA****Unidade jurisdicionada:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.**Representação legal:** não há.**017.838/2024-0 - Natureza: DENÚNCIA****Unidade jurisdicionada:** Município de Anajatuba/MA.**Representação legal:** não há.

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA**003.694/2017-8 - Natureza: REPRESENTAÇÃO**

Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Unidade jurisdicionada: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro; Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro.

Responsáveis: Alberto Machado Soares; Ângela Maria Constantino Barberio; Antônio Feris Filho; Antônio Florêncio de Queiroz Júnior; Antônio Henrique de Albuquerque Filho; Antônio Lopes Caetano Lourenço; Armando Bloch da Cunha Valle; Carla Christina Fernandes Pinheiro; Esther Gomes Gonçalves; Etevaldo Bastos; Flávio Luís Vieira Souza; Gilberto Neder Amendoeira; Jorge Luiz das Neves Moraes; Jorge Marão Filho; José Essiomar Gomes da Silva; José Macena da Silva; João Batista Porto Cursino de Moura; Júlio Cezar Rezende de Freitas; Leôncio Lameira de Oliveira; Luiz Edmundo Quintanilha de Barros; Luiz Gastão Bittencourt da Silva; Manoel Martins Meireles; Marcelo José Salles de Almeida; Marlene Neder Amendoeira; Miguel Nelson Lasalvia; Napoleão Pereira Velloso; Natan Schiper; Nilton Pereira; Orlando Santos Diniz; Paulo Guilherme Barroso Romano; Pedro de Araújo Braz; Rafael Barreto Almada; Roberto Ferreira da Silva; Robson Campos Leite; Robson Terra Silva.

Interessados: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro; Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Representação legal: Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Armando Bloch da Cunha Valle; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Ângela Maria Constantino Barberio; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Antônio Feris Filho; Rafael Thomaz Favetti (OAB-DF 15.435), Anna Carolina Miranda Dantas (OAB-DF 41.793) e outros, representando Robson Campos Leite; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Esther Gomes Gonçalves; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Nicolas Georges Farah Neto; Marcos José Santos Meira (OAB-PE 17.374) e André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297), representando Antônio Florêncio de Queiroz Júnior; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Rafael Barreto Almada; Marcos José Santos Meira (OAB-PE 17.374) e André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297), representando Antônio Henrique de Albuquerque Filho; Marcos Jose Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Miguel Nelson Lasalvia; Raphaela Cunha Justo da Silva (OAB-RJ 94.117), representando Administração Regional do Sesc No Estado do Rio de Janeiro; Marcos Jose Santos Meira (OAB-RJ 219.088), representando Luiz Edmundo Vargas de Aguiar; André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e Clehilton da Silva Franca Neto (OAB-PE 31.093), representando Roberto Ferreira da Silva; Jose de Castro Meira Júnior (OAB-DF 21.616), representando Jorge Marão Filho; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), Roberta Keyla de Souza Bezerra (OAB-PE 34.396) e outros, representando Nilton Pereira; Marcos Jose Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Leôncio Lameira de Oliveira; André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297), representando José Macena da Silva; Polliana Cristina Oliveira de Carvalho (OAB-DF 34.894), Dalide Barbosa Alves Corrêa (OAB-DF 7.609) e outros, representando Administração Regional do Senac No Estado do Rio de Janeiro; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF

25.297) e outros, representando Flávio Luís Vieira Souza; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Jorge Luiz das Neves Moraes; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Júlio Cezar Rezende de Freitas; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Marcelo José Salles de Almeida; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Natan Schiper; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Luiz Edmundo Quintanilha de Barros; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), Roberta Keyla de Souza Bezerra (OAB-PE 34.396) e outros, representando Pedro de Araújo Braz; José de Castro Meira Junior (OAB-DF 21.616), representando Gil Roberto da Silva e Castro; Andrei Barbosa de Aguiar (OAB-CE 19.250) e Ubiratan Diniz de Aguiar (OAB-CE 3.625), representando Luiz Gastão Bittencourt da Silva; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Marlene Neder Amendoeira; Marcos José Santos Meira (OAB-PE 17.374) e André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297), representando José Essiomar Gomes da Silva; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Robson Terra Silva; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Paulo Guilherme Barroso Romano; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Napoleão Pereira Velloso; Marcos José Santos Meira (OAB-PE 17.374) e André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297), representando Antônio Lopes Caetano Lourenco; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando Alberto Machado Soares; Marcos José Santos Meira (OAB-PE 17.374) e André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297), representando Carla Christina Fernandes Pinheiro; André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297), representando Manoel Martins Meireles; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), Clehilton da Silva Franca Neto (OAB-PE 31.093) e outros, representando Gilberto Neder Amendoeira; Marcos José Santos Meira (OAB-RJ 219.088), André Luís Santos Meira (OAB-DF 25.297) e outros, representando João Batista Porto Cursino de Moura.

007.069/2024-3 - Natureza: MONITORAMENTO

Unidade jurisdicionada: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Representação legal: não há.

007.803/2024-9 - Natureza: MONITORAMENTO

Unidade jurisdicionada: Município de Ponta Grossa/PR; Ministério de Portos e Aeroportos.

Representação legal: não há.

008.528/2024-1 - Natureza: REPRESENTAÇÃO

Representante: Prescom Comércio e Serviços de Construção Civil Ltda.

Unidade jurisdicionada: Universidade Federal Rural da Amazônia.

Interessado: T e M Cordero Comércio e Serviço de Construção Ltda.

Representação legal: não há.

010.202/2019-6 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Unidade jurisdicionada: Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil; Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil-SP.

Responsáveis: Art Stars Editora, Comércio e Serviços Ltda; Conservatório Nacional de Cultura Musical Ltda; João Antônio Ribas Martins Júnior; Márcio Teixeira da Silva; Roberto Bueno.

Representação legal: Érico Tarciso Balbino Olivieri (OAB-SP 184.337), representando Conservatório Nacional de Cultura Musical Ltda, João Antônio Ribas Martins Júnior, Art Stars Editora, Comércio e Serviços Ltda e Roberto Bueno; Francine Tavella da Cunha (OAB-SP 203.653), Robster Ananias Bessa (OAB-SP 416.915) e outros, representando Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil-SP.

018.848/2024-9 - Natureza: DENÚNCIA

Unidade jurisdicionada: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Representação legal: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AUGUSTO NARDES

010.092/2017-0 - Recurso de revisão contra acórdão por meio do qual foram julgadas irregulares as contas do recorrente, com condenação em débito e multa, em tomada de contas especial instaurada em face de irregularidades apresentadas na execução física e financeira do ajuste e da omissão no dever de prestar contas dos recursos de termo de compromisso que teve por objeto a execução da ação "Sistema de Esgotamento Sanitário - MSD, consistente na construção de 75 módulos sanitários domiciliares tipo 2 na área urbana do município".

Recorrente: Maria Ribeiro da Silva.

Unidade jurisdicionada: Município de Palestina do Pará/PA.

Responsável: Maria Ribeiro da Silva.

Interessados: Fundação Nacional de Saúde.

Representação legal: Marcones José Santos da Silva (OAB-PA 11.763), entre outros representando Maria Ribeiro da Silva.

Interesse em sustentação oral:

- Marcones Jose Santos da Silva (OAB/PA nº 011.763), em nome de MARIA RIBEIRO DA SILVA

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

019.654/2022-7 - Tomada de contas especial oriunda de conversão de representação apartada da prestação de contas relativa ao exercício de 2015 para apreciação das contas do patrocínio concedido para realização do Festival Internacional de Teatro de Objetos (Fito).

Unidade jurisdicionada: Departamento Regional do Sesi no Estado de Alagoas.

Responsáveis: Instituto de Produção Socioeducativo e Cultural Brasileiro - IPCB; Jorge Luiz da Silva; José Carlos Lyra de Andrade.

Representação legal: Karina Amorim Sampaio Costa (OAB-DF 23.803), Joyce de Carvalho Morachik (OAB-DF 63.986) e outros, representando Jorge Luiz da Silva; Karina Amorim Sampaio Costa (OAB-DF 23.803), Joyce de Carvalho Morachik (OAB-DF 63.986) e outros, representando Instituto de Produção Socioeducativo e Cultural Brasileiro - IPCB; Bruno Mendes (OAB-DF 44.498) e Luciano Guimarães Mata (OAB-AL 4.693), representando José Carlos Lyra de Andrade.

Revisor: Ministro Jhonatan de Jesus (26/06/2024)

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro JORGE OLIVEIRA

005.361/2023-0 - Auditoria operacional realizada para analisar as fragilidades e oportunidades de melhoria do processo de distribuição de royalties associados à produção de petróleo e gás natural.

Unidade jurisdicionada: Casa Civil da Presidência da República; Ministério de Minas e Energia; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Representação legal: não há.

Revisor: Ministro Augusto Nardes (10/07/2024)

036.695/2019-0 - Embargos de declaração em face de acórdão por meio do qual foi emitida resposta a consulta acerca da repercussão do tempo militar no cálculo do benefício especial a que se refere a Lei nº 12.618/2012, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo.

Embargante: Advocacia-Geral da União.

Consulente: Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Unidade jurisdicionada: Tribunal Superior do Trabalho.

Representação legal: Rogério Telles Correia das Neves, Adriana Ponte Lopes Siqueira (OAB-DF 41.476), Inocência Rodrigues Uchôa (OAB-CE 3.274), Fernando Pereira Abreu (OAB-DF 24.945), Daniel Gonçalves de Oliveira (OAB-GO 45.617), Juliana Fernandes Biagi (OAB-DF 24.974), Marcelo Bayeh (OAB-SP 270.889), William Pires (OAB-SP 447.463) e outros.

Revisor: Ministro Benjamin Zymler (10/07/2024)

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

037.531/2021-2 - Representação, apartada de monitoramento de determinação expedida em acórdão proferido no âmbito de prestação de contas relativas ao exercício de 2015, instaurada para apurar questões relativas à legalidade e à vantajosidade da sistemática de arrecadação direta das contribuições compulsórias devidas ao Serviço Social da Indústria (Sesi) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Representante: Tribunal de Contas da União.

Unidade jurisdicionada: Departamento Regional do Senai no Distrito Federal; Departamento Regional do Senai no Estado da Bahia; Departamento Regional do Senai no Estado da Paraíba; Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais; Departamento Regional do Senai no Estado de Pernambuco; Departamento Regional do Senai no Estado de Rondônia; Departamento Regional do Senai no Estado de Roraima; Departamento Regional do Senai no Estado de Santa Catarina; Departamento Regional do Senai no Estado de São Paulo; Departamento Regional do Senai no Estado de Tocantins; Departamento Regional do Senai no Estado do Acre; Departamento Regional do Senai no Estado do Alagoas; Departamento Regional do Senai no Estado do Amapá; Departamento Regional do Senai no Estado do Amazonas; Departamento Regional do Senai no Estado do Ceará; Departamento Regional do Senai no Estado do Espírito Santo; Departamento Regional do Senai no Estado do Goiás; Departamento Regional do Senai no Estado do Maranhão; Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso; Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso do Sul; Departamento Regional do Senai no Estado do Pará; Departamento Regional do Senai no Estado do Paraná; Departamento Regional do Senai no Estado do Piauí; Departamento Regional do Senai no Estado do Rio de Janeiro; Departamento Regional do Senai no Estado do Rio Grande do Norte; Departamento Regional do Senai no Estado do Rio Grande do Sul; Departamento Regional do Sesi no Estado de Roraima; Departamento Regional do Sesi no Estado do Acre; Departamento Regional do Sesi no Distrito Federal; Departamento Regional do Sesi no Estado da Bahia; Departamento Regional do Sesi no Estado da Paraíba; Departamento Regional do Sesi no Estado de Alagoas; Departamento Regional do Sesi no Estado de Mato Grosso; Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais; Departamento Regional do Sesi no Estado de Pernambuco; Departamento Regional do Sesi no Estado de Rondônia; Departamento Regional do Sesi no Estado de Santa Catarina; Departamento Regional do Sesi no Estado de São Paulo; Departamento Regional do Sesi no Estado de Sergipe; Departamento Regional do Sesi no Estado de Tocantins; Departamento Regional do Sesi no Estado do Amapá; Departamento Regional do Sesi no Estado do Amazonas; Departamento Regional do Sesi no Estado do Ceará; Departamento Regional do Sesi no Estado do Espírito Santo; Departamento Regional do Sesi no Estado do Goiás; Departamento Regional do Sesi no Estado do Maranhão; Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul; Departamento Regional do Sesi no Estado do Pará; Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná; Departamento Regional do Sesi no Estado do Piauí; Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio de Janeiro; Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio Grande do Norte; Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio Grande do Sul.

Responsável: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Representação legal: Jayme Benjamin Sampaio Santiago (OAB-DF 15.398), Cássio Augusto Muniz Borges (OAB-RJ 91.152) e outros, representando Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional; Alexandre Vitorino Silva (OAB-DF 15.774), Thiago Pedrosa Figueiredo (OAB-DF 18.230) e outros, representando Departamento Regional do Sesi no Distrito Federal; Jayme Benjamin

Sampaio Santiago (OAB-DF 15.398), Cássio Augusto Muniz Borges (OAB-RJ 91.152) e outros, representando Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional; Alexandre Vitorino Silva (OAB-DF 15.774), Thiago Pedrosa Figueiredo (OAB-DF 18.230) e outros, representando Departamento Regional do Senai no Distrito Federal.

1º Revisor: Ministro Augusto Nardes (28/02/2024)

2º Revisor: Ministro Jorge Oliveira (28/02/2024)

3º Revisor: Ministro Antonio Anastasia (28/02/2024)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

000.157/2024-4 - Representação sobre possíveis irregularidades em pregão eletrônico para aquisição de retroescavadeiras hidráulicas.

Representante: XCMG Brasil Indústria Ltda.

Unidade jurisdicionada: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.

Responsáveis: Liugong Latin America Máquinas Para Construção Pesada Ltda.

Representação legal: Cassio Gomes Pereira (OAB-SP 285.879), Adão Jose Fernandes Junior (OAB-MG 178.303), Romulo Greficce Miguel Martins (OAB-MG 180.285) e outros.

009.975/2024-1 - Representação a respeito de possíveis irregularidades em pregão eletrônico cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em todas as etapas do processo de recrutamento e seleção de pessoas.

Representante: Gantt Administração e Consultoria Empresarial Ltda.

Unidade jurisdicionada: Administração Regional do Sesc No Distrito Federal.

Interessados: Administração Regional do Sesc no Distrito Federal; Instituto Brasileiro de Educação, Seleção e Tecnologia - Ibest.

Representação Legal: Glauber de Barros Mesquita.

015.377/2023-7 - Levantamento com o objetivo de examinar as novas regras orçamentárias e fiscais que possam vir a compor a lei complementar de que tratam os arts. 163, incisos I e V e 165, § 9º, da CF/1988, em substituição à Lei 4.320/1964.

Unidade jurisdicionada: Ministério do Planejamento e Orçamento.

Responsáveis: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Interessados: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Representação legal: não há.

032.201/2023-0 - Levantamento com o objetivo de identificar e caracterizar o potencial ferroviário subutilizado do mercado doméstico de cargas.

Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Infra S/A; Ministério dos Transportes.

Responsáveis: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Interessados: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Representação legal: não há.

Ministro BENJAMIN ZYMLER

- 014.849/2023-2** - Embargos de declaração em face de acórdão por meio do qual foram expedidas determinações, recomendações e ciências em acompanhamento das ações relacionadas à implementação da Lei 14.172/2021, que dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública.
Recorrente: Estado da Bahia.
Unidade jurisdicionada: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Ministério da Educação.
Representação legal: Aline Azevedo Nunes, representando Estado da Bahia.
- 016.296/2024-9** - Auditoria, no âmbito do Fiscobras 2024, realizada com o objetivo de fiscalizar os principais contratos associados à implementação do Programa de Operação de Longo Prazo (Long Term Operation - LTO) para a usina nuclear de Angra 1 ou Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1, na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAEA), em Angra dos Reis/RJ.
Unidade jurisdicionada: Eletronuclear S.A.
Representação legal: não há.
- 021.566/2023-2** - Processo de desestatização relativo à primeira prorrogação de autorizações de uso de radiofrequências das faixas de 1.900 MHz e de 2.100 MHz conferidas para a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP) nas regiões II e III do Plano Geral de Autorizações (PGA) do SMP.
Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Telecomunicações.
Interessados: Algar Telecom S/A.
Representação legal: não há.
- 027.907/2022-8** - Acompanhamento com o objetivo de avaliar o grau de maturação dos órgãos e entidades para a aplicação da Lei 14.133/2021. Terceira fase da fiscalização.
Unidade Jurisdicionada: Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, prefeituras municipais, Secretaria de Gestão e Inovação, Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República, e outros órgãos federais, estaduais e municipais.
Representação legal: não há.
- 032.411/2023-5** - Tomada de contas especial instaurada em razão de dano ao Erário causado por movimentações financeiras irregulares por meio de saques indevidos de valores em contas de clientes, mediante fraude. Análise das alegações de defesa.
Unidade jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.
Responsável: Luiz Cláudio Virgínio do Nascimento.
Representação legal: Leonam Rodrigo Vieira dos Santos (OAB-RJ 198.688) e Aline Virgínio do Nascimento (OAB-RJ 202.602).

- 035.958/2016-2** - Embargos de declaração em face de acórdão por meio do qual foram apreciados recursos de reconsideração interpostos pelos ora embargantes contra acórdão mediante o qual suas contas foram julgadas irregulares, com condenação em débito e multa, em tomada de contas especial oriunda de conversão de auditoria realizada nas obras de construção do Viaduto Márcio Rocha Martins na BR-040/MG.
- Embargantes:** Empresa Construtora Brasil S.A.; Enecon S/A Engenheiros e Economistas Consultores; Luis Munhoz Prosel Junior; Normando Lima de Oliveira Filho.
- Unidade jurisdicionada:** Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
- Responsáveis:** Alexandre de Oliveira; Empresa Construtora Brasil S.A.; Enecon S/A Engenheiros e Economistas Consultores; Luis Munhoz Prosel Junior; Normando Lima de Oliveira Filho.
- Representação legal:** Cibele de Sousa Vasques (OAB-DF 28.962), representando Alexandre de Oliveira; João Paulo Prates da Silveira Guerra (OAB-DF 38.290), representando Normando Lima de Oliveira Filho e Luís Munhoz Prosel Junior; Glaucus Leonardo Veiga Simas (OAB-MG 98.984), Thaisa C. Guimarães Fonseca (OAB-MG 157.393), Ricardo Guimaraes Moreira (OAB-MG 82.238) e Eurides Verissimo de Oliveira Junior (OAB-MG 75.864), representando Enecon S/A Engenheiros e Economistas Consultores; Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Flávia Gama Axer (OAB-MG 101.817) e Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB-DF 27.154), representando Empresa Construtora Brasil S.A.

Ministro AUGUSTO NARDES

- 006.278/2021-3** - Consulta sobre a possibilidade de adoção de índice de câmbio por paridade do poder de compra para fins de aplicação do limite remuneratório constitucional à retribuição paga aos servidores do Ministério das Relações Exteriores que laboram no exterior.
- Consulente:** Ministro de Estado das Relações Exteriores.
- Unidade Jurisdicionada:** Ministério das Relações Exteriores.
- Representação legal:** não há.

Ministro AROLDO CEDRAZ

- 004.001/2016-8** - Tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total das despesas realizadas com os recursos de convênio que teve por objeto o evento intitulado "I Festa da Mandioca em Mari-PB". Análise de petição.
- Recorrente:** Marcos Aurélio Martins de Paiva.
- Unidade jurisdicionada:** Município de Mari/PB.
- Responsáveis:** Antônio Gomes da Silva; Marcos Aurélio Martins de Paiva.
- Interessados:** Coordenação-geral de Convênio - Mtur.
- Representação legal:** Paloma Lustosa Cabral Martins de Medeiros (OAB-PB 18.038), representando Marcos Aurélio Martins de Paiva; Antônio Fábio Rocha Galdino (OAB-PB 12.007), representando Município de Mari/PB; Antônio Fábio Rocha Galdino (OAB-PB 12.007), representando Antônio Gomes da Silva.

- 006.279/2021-0** - Pedido de reexame contra acórdão por meio do qual foi conhecida denúncia a respeito de possíveis irregularidades relacionadas ao não repasse de verba destinada à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Vassouras/RJ para enfrentamento da pandemia da Covid-19 e foi aplicada multa ao recorrente.
Recorrentes: Leonardo Pereira da Rocha.
Unidade jurisdicionada: Município de Vassouras/RJ.
Responsáveis: Larissa Suely Vieira Ramos, Leonardo Pereira da Rocha e Severino Ananias Dias Filho.
Representação legal: Leni Marques (OAB-RJ 64.254), representando Larissa Suely Vieira Ramos; Luiz Guilherme Batista Carvalho (OAB-MG 168.902) e Soraia Abineder Setaro de Alcantara, representando Irmandade de Santa Casa de Misericórdia da C Vassouras.
- 008.907/2024-2** - Consulta acerca do cálculo do benefício especial de que trata a Lei 12.618, de 30/4/2012, devido ao servidor que exerce atividades com efetiva exposição a agentes nocivos à saúde, assim como do valor do teto dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social a ser utilizado também no cálculo do referido benefício.
Consulente: Presidente do Senado Federal.
Representação legal: não há.
- 012.077/2012-7** - Embargos de declaração opostos em face acórdão por meio do qual foi negado provimento aos recursos de reconsideração interpostos pelos ora embargantes contra acórdão mediante o qual foram julgadas irregulares as suas contas, com condenações em débito, multa e, para alguns, inidoneidade, em tomada de contas especial instaurada em face de irregularidades na execução de contrato de repasse que teve por finalidade a construção de dois postos de saúde.
Embargantes: Marajó Construções Ltda; Brick Engenharia e Empreendimentos Ltda, Luíza Danielle Barros Lins e Livia Barros Lins Torquillo.
Unidade jurisdicionada: Município de Aracoiaba/CE.
Responsáveis: Alex Lucas Rocha, Arlindo Oliveira da Silva, Brick Engenharia e Empreendimentos Ltda, Claudio Henrique Saboya Camara, Claudio Henrique de Castro Saraiva Câmara, Construtora Chc Ltda, Francisco Claudiano Costa Sousa, Francisco Nildo Alves da Silva, Francisco Roberto Rocha Silva Filho, Futura Construcoes Ltda, Galdino Gondim Lins Neto, Goiana Construções e Prestações de Serviços Ltda, Joana Furtado de Figueiredo Neta, Joao Chaves Filho, Josaphat Paes de Andrade Filho, José Milton Lucio do Nascimento, Licol Construcoes Eireli, Livia Barros Lins Torquillo, Luiza Danielle Barros Lins, Magno Cesar Dantas Araujo, Marajo Construcoes Eireli, Marco Antonio Queiroz Paes de Andrade, Maria Lorena Cunha Barros, Maria do Socorro Ricardo Monteiro, Mariclea de Queiroz Araujo, Marilene Campelo Nogueira, Miguel Ângelo Pinto Martins, Mozaiko Empreendimetnos e Serviços de Construção Ltda., Paulo Cesar Mendonça de Holanda, Projecon Projetos e Construcoes Ltda, Ricardo Rodrigues Russo, Rpc Locacoes e Construcoes Ltda.
Interessados: Caixa Econômica Federal; Ministério da Saúde.
Representação legal: Alessandra Palo Di San Marzano, Ingrid Collyer Rodrigues e outros, representando Claudio Henrique Saboya Camara; Francisco Dias de Paiva Filho (OAB-CE 15.324), representando Livia Barros Lins Torquillo; Elizio Moraes Baratta Monteiro (OAB-CE 20.969), representando Mozaiko Empreendimetnos e Serviços de Construção Ltda.; Francisco Dias de Paiva Filho (OAB-CE 15.324), representando Luiza Danielle Barros Lins; Alex Lucas Rocha e Elizio Moraes Baratta Monteiro (OAB-CE 20.969), representando Alex Lucas Rocha; Elizio Moraes Baratta Monteiro (OAB-CE 20.969), representando Francisco Roberto Rocha Silva Filho;

Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior (OAB-CE 33.249-A), Livia Chaves Leite (OAB-CE 40.790) e outros, representando Maria do Socorro Ricardo Monteiro; Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior (OAB-CE 33.249-A), representando Joana Furtado de Figueiredo Neta; Livia Chaves Leite (OAB-CE 40.790), Vicente Martins Prata Braga (OAB-CE 19.309) e outros, representando Arlindo Oliveira da Silva; Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior (OAB-CE 33.249-A), Livia Chaves Leite (OAB-CE 40.790) e outros, representando Francisco Nildo Alves da Silva; Thiago Campelo Nogueira (OAB-CE 19.029), representando Marilene Campelo Nogueira; Jennyson Ercy Soares de Oliveira (OAB-CE 15.876), representando Projecon Projetos e Construções Ltda; Jennyson Ercy Soares de Oliveira (OAB-CE 15.876), representando Maria Lorena Cunha Barros; Thiago Andrade Dias (OAB-CE 33.988), representando Rpc Locações e Construções Ltda; Thiago Andrade Dias (OAB-CE 33.988), Otavio Monteiro Farias (OAB-CE 23.950) e outros, representando Paulo Cesar Mendonça de Holanda; Jennyson Ercy Soares de Oliveira (OAB-CE 15.876), representando Galdino Gondim Lins Neto; Joyce Lima Marconi Gurgel (OAB-CE 10.591), Luita Freimanis Pessoa de Andrade (OAB-CE 27.467) e outros, representando Construtora Chc Ltda; Francisco Dias de Paiva Filho (OAB-CE 15.324), representando Brick Engenharia e Empreendimentos Ltda; Thiago Andrade Dias (OAB-CE 33.988) e Otavio Monteiro Farias (OAB-CE 23.950), representando Ricardo Rodrigues Russo; Alessandra Palo Di San Marzano, Ingrid Collyer Rodrigues e outros, representando Claudio Henrique de Castro Saraiva Câmara.

018.743/2015-3 - Recurso de Revisão contra acórdão por meio do qual foram julgadas irregulares as contas do recorrente, com condenação em débito e multa, em tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados mediante termos de parceria que tinham por objeto operacionalizar o Programa Povo Com Mais Saúde.

Recorrentes: Isravan Lemos Barcelos.

Unidade jurisdicionada: Município de Ibirapitanga/BA.

Responsáveis: Eli Miranda Silva Filho; Erickson Eden Miranda Dias; Ipasb - Instituto Projetos e Apoio Sociais no Brasil; Isravan Lemos Barcelos; José Carlos Almeida Silva; Josinete Souza Barbosa Gomes; José Denivaldo Santos Venefrides; José Wildes Azevedo Santos; Reginaldo Romão Viana Filho; Sara Pereira Ladeira.

Representação legal: Magno Israel Miranda Silva (OAB-BA 26.125) e Carlos Augusto Pimentel Neto (OAB-BA 38.688), representando Isravan Lemos Barcelos.

- 025.039/2016-4** - Embargos de declaração em face de acórdão mediante o qual foram julgadas irregulares as contas do embargante, com condenação em débito e multa, em tomada de contas especial instaurada em razão da gestão irregular de recursos públicos repassados mediante convênio para aquisição de medicamentos da farmácia básica.
Unidade jurisdicionada: Município de Cerro Azul/PR.
Responsáveis: Dalton Luiz de Moura e Costa, Danieli Desplanches, Elemar Sobieski - Comércio de Cosméticos, GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda. - ME, Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontologicos Ltda. - ME e Sandra Maria Cavalheiro de Meira.
Representação legal: Bruna Lícia Pereira Marchesi (OAB-PR 69.457), Luiz Fernando Pereira (OAB-PR 22.076) e outros, representando GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda. - ME; Bruna Lícia Pereira Marchesi (OAB-PR 69.457), Daniel Pacheco Ribas Beatriz (OAB-PR 53.887) e outros, representando Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontologicos Ltda. - ME; Nereu de Paula Pereira Junior (OAB-PR 38.074), representando Sandra Maria Cavalheiro de Meira; Darlan Agomar Minosso (OAB-PR 70.400), representando Danieli Desplanches; Giovana Wagner (OAB-PR 47.905) e Nereu de Paula Pereira Junior (OAB-PR 38.074), representando Dalton Luiz de Moura e Costa.
- 029.555/2022-1** - Solicitação do Congresso Nacional em que se requer a averiguação de irregularidades envolvendo a Caixa Econômica Federal e a implementação de banco digital relacionado àquela instituição financeira.
Solicitante: Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados.
Unidade Jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: Andre Yokomizo Aceiro (OAB-DF 17.753), Lenymara Carvalho (OAB-DF 33.087) e outros, representando Caixa Econômica Federal.
- 031.951/2015-5** - Recurso de revisão contra acórdão por meio do qual foram julgadas irregulares as contas do recorrente, com condenação em débito e multa, em tomada de contas especial instaurada em face da impugnação total das despesas referentes a convênio celebrado para apoiar a realização, em 2010, do evento "Festival Junino".
Recorrente: João Ribeiro Barroso.
Unidade jurisdicionada: Ministério do Turismo.
Responsáveis: João Ribeiro Barroso.
Representação legal: José Bonfim de Almeida Junior (OAB-CE 15.545), Leonardo Wandemberg Lima Batista (OAB-CE 20.623), José Alberto da Silva (OAB-CE 38.099) e Tiago Fragoso Vieira (OAB-CE 15.111), representando João Ribeiro Barroso.

- 033.134/2023-5** - Solicitação de solução consensual, formulada por meio de acórdão proferido em representação sobre possíveis irregularidades acerca de aportes unilaterais ao Plano Básico de Benefícios (PBB) da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes), relacionados a eventos ocorridos em data anterior à instituição da paridade contributiva, para buscar a implementação da devolução de recursos repassados à Fapes por força dos contratos de confissão de dívida celebrados em 27/12/2002 e 16/11/2004, objetos de suspensão cautelar.
Unidade jurisdicionada: Agência Especial de Financiamento Industrial; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Bndes Participações S.a.
Responsáveis: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessados: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Representação legal: Andre Correia Raposo Felipe, Juliana Silva Bernardo, Rodrigo Sales da Rocha Abreu (OAB-RJ 155.278) e outros; Karla Kristian Pereira Alfradique (OAB-RJ 088.894); Andre Correia Raposo Felipe, Juliana Silva Bernardo, Rodrigo Sales da Rocha Abreu (OAB-RJ 155.278) e outros; Andre Correia Raposo Felipe, Juliana Silva Bernardo, Rodrigo Sales da Rocha Abreu (OAB-RJ 155.278) e outros.
- 035.726/2020-2** - Pedido de reexame contra acórdão por meio do qual a recorrente foi condenada em multa e inidoneidade em representação apartada de prestação de contas relativa ao exercício de 2017, autuada para apurar possível utilização de informações falsas para obtenção de benefícios restritos às microempresas de pequeno porte em dois processos licitatórios.
Recorrentes: Hayek Construtora Ltda.
Unidade jurisdicionada: Universidade Federal do Sul da Bahia.
Responsáveis: Hayek Construtora Ltda.
Interessados: Fabio Pereira da Silva Eireli, Hayek Construtora Ltda., Meir Serviços e Construções Ltda.
Representação legal: Bruna Freitas de Carvalho (OAB-DF 37.277), Frederico Mota de Medeiros Segundo (OAB-DF 57.449), Marcus Felipe Coelho de Sousa Costa (OAB-BA 32.981) e Maria Luíza Santos Lima (OAB-BA 68.414), representando as empresas Hayek Construtora Ltda., Fabio Pereira da Silva Eireli e Meir Serviços e Construções Ltda.
- 037.054/2023-6** - Solicitação do Congresso Nacional em que se requer a realização de auditoria para verificar a regularidade da contratação direta, por dispensa de licitação, de empresa especificada para fornecimento de 293.538 frascos de imunoglobulina humana 5g injetável.
Solicitante: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.
Unidade jurisdicionada: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.
- 041.436/2012-1** - Processo Administrativo instaurado com objetivo de realizar estudos com vistas à edição de norma que defina os critérios e os procedimentos de aceitabilidade de garantias em substituição à suspensão cautelar da execução física e financeira de contratos e à retenção cautelar de valores, determinadas com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/92 (LOTUCU), c/c art. 276 do Regimento Interno-TCU (RITCU).
Interessados: Tribunal de Contas da União.
Representação legal: não há.

Ministro VITAL DO RÊGO

021.487/2023-5 - Auditoria com o objetivo de avaliar aspectos operacionais e de conformidade relacionados aos macroprocessos de análise, aprovação e acompanhamento dos Processos Produtivos Básicos (PPBs) na Zona Franca de Manaus.

Unidade jurisdicionada: Superintendência da Zona Franca de Manaus, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Representação legal: não há.

028.814/2022-3 - Representação autuada para apurar irregularidades na condução e homologação de pregões eletrônicos, na formalização, gestão e fiscalização de contratos, bem como relacionadas à aceitação indevida de cartas de fiança fidejussória para a garantia de contratos.

Representante: Tribunal de Contas da União.

Unidade jurisdicionada: Ministério da Saúde.

Representação legal: Felipe Carvalho de Novaes (OAB-PE 37.173), Bruno Vieira da Rocha Barbirato (OAB-AM 6.975), Piero Hervatin da Silva (OAB-SP 248.291), Jeane Cristina Machado (OAB-GO 27.245), José Orismo Pereira (OAB-SP 134.315) e outros.

031.805/2023-0 - Levantamento sobre a situação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal quanto à adoção de práticas ambientais, sociais e de governança (ESG).

Unidade jurisdicionada: Associação Instituto Nacional De Cancer - Inca, Autoridade Portuaria De Santos S.A, Advocacia-Geral da União, Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A., Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Agência Brasileira de Inteligência, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, Agência Espacial Brasileira, Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Agência Nacional de Aviação Civil, Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Nacional de Mineração, Agência Nacional de Saúde Suplementar, Agência Nacional de Telecomunicações, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Agência Nacional do Cinema, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Comando da Marinha, Associação das Pioneiras Sociais, Banco Central do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco da Amazônia S.A., Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Conselho Federal Dos Tecnicos Industriais, Caixa Econômica Federal, Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha, Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, Casa da Moeda do Brasil, Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A., Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A, Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil do Senai/RJ, Colégio Pedro II, Comando da Aeronáutica, Comando da Marinha, Comando do Exército, Comissão Nacional de Energia Nuclear, Comissão de Valores Mobiliários, Companhia Brasileira de Trens Urbanos, Companhia Docas do Ceará, Companhia Docas do Pará, Companhia Docas do Rio Grande do Norte, Companhia Docas do Rio de Janeiro, Companhia Nacional de Abastecimento, Companhia das Docas do Estado da Bahia, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, Companhia de Pesquisa de Recursos

Minerais, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Conselho Federal de Administração, Conselho Federal de Biblioteconomia, Conselho Federal de Biologia, Conselho Federal de Biomedicina, Conselho Federal de Contabilidade, Conselho Federal de Corretores de Imóveis, Conselho Federal de Economia, Conselho Federal de Economistas Domésticos, Conselho Federal de Educação Física, Conselho Federal de Enfermagem, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, Conselho Federal de Estatística, Conselho Federal de Farmácia, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Conselho Federal de Fonoaudiologia, Conselho Federal de Medicina, Conselho Federal de Medicina Veterinária, Conselho Federal de Museologia, Conselho Federal de Nutricionistas, Conselho Federal de Odontologia, Conselho Federal de Psicologia, Conselho Federal de Química, Conselho Federal de Relações Públicas, Conselho Federal de Representantes Comerciais, Conselho Federal de Serviço Social, Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, Conselho Nacional De Desenvolvimento Científico E Tecnológico, Conselho Nacional De Justiça, Conselho Nacional De Técnicos Em Radiologia, Conselho Nacional Do Ministério Público, Conselho Superior Da Justiça Do Trabalho, Conselho Da Justiça Federal, Conselho De Arquitetura E Urbanismo Do Brasil, Controladoria-Geral Da União, Corpo De Bombeiros Militar Do Distrito Federal, Câmara Dos Deputados, Defensoria Pública Da União, Departamento Nacional De Infraestrutura De Transportes, Departamento Nacional De Obras Contra As Secas, Departamento De Polícia Federal, Eletronuclear S.A., Embratur - Agencia Brasileira De Promocao Internacional Do Turismo, Empresa Brasileira De Correios E Telegrafos - Ect, Empresa Brasil de Comunicação S.A., Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. Pré-Sal Petróleo S.A - PPSA, Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Empresa Gerencial de Projetos Navais - Comando da Marinha, Empresa Gestora de Ativos, Empresa de Pesquisa Energética, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev, Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A., Escola Superior do MPU, Estado-Maior da Armada, Fundacao De Previdencia Complementar Do Servidor Publico Federal Do Poder Judiciario - Funpresp-Jud, Financiadora de Estudos e Projetos, Fundação Alexandre de Gusmão, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Fundação Cultural Palmares, Fundação Escola Nacional de Administração Pública, Fundação Habitacional do Exército, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação Joaquim Nabuco, Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho, Fundação Nacional de Artes, Fundação Nacional de Saúde, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Fundação Oswaldo Cruz, Fundação Osório, Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Fundação Universidade Federal de Sergipe, Fundação Universidade Federal de São Carlos, Fundação Universidade Federal de São João Del Rei, Fundação Universidade Federal de Uberlândia, Fundação Universidade Federal de Viçosa, Fundação Universidade Federal do ABC, Fundação Universidade Federal do Acre, Fundação Universidade Federal do Amapá, Fundação Universidade Federal do Maranhão, Fundação Universidade Federal do Pampa, Fundação Universidade Federal do Piauí, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Fundação Universidade Federal do Tocantins, Fundação Universidade

Federal do Vale do São Francisco, Fundação Universidade de Brasília, Fundação Universidade do Amazonas, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, Fundo Nacional de Assistência Social, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Hospital Universitario Da Unifesp - Hu Unifesp (Universidade Federal De Sao Paulo), Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., Hospital das Forças Armadas, Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Infra S.A Investimentos E Servicos, Indústria de Material Bélico do Brasil - Comando do Exército, Indústrias Nucleares do Brasil S.A., Instituto Benjamim Constant, Instituto Brasileiro de Museus, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Evandro Chagas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Instituto Nacional de Educação de Surdos, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Instituto Nacional do Seguro Social, Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério Público Da União, Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, Ministério Público do Trabalho, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Cultura, Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos,

Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Previdência Social, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério das Comunicações, Ministério das Mulheres, Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Minas e Energia, Ministério de Portos e Aeroportos, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério do Esporte, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Turismo, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério dos Transportes, NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A., Petróleo Brasileiro S.A., Polícia Civil do Distrito Federal, Polícia Militar do Distrito Federal, Polícia Rodoviária Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, Secretaria Geral da Presidência da República, Senado Federal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional, Serviço Federal de Processamento de Dados, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Central, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Unidade Nacional, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional, Serviço Social da Indústria - Conselho Nacional, Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional, Serviço Social do Comércio - Administração Nacional, Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Superintendência da Zona Franca de Manaus, Superintendência de Seguros Privados, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Superior Tribunal Militar, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Telecomunicações Brasileiras S.A., Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Tribunal Regional Eleitoral do Acre, Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso, Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe, Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Tribunal Regional Federal da 6ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO, Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR, Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC, Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO, Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região -

Campinas/SP, Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA, Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO, Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE, Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN, Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI, Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT, Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS, Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE, Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Rural da Amazônia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Semiárido, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Alfenas, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal de Catalão, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Itajubá, Universidade Federal de Jataí, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Rondonópolis, Universidade Federal de Roraima, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Universidade Federal do Cariri, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Norte do Tocantins, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Universidade Federal do Oeste do Pará, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Representação legal: não há.

- 032.070/2023-3** - Representação, apartada de auditoria realizada com o objetivo de analisar a regularidade de processos de contratação tendo por objeto a aquisição de material médico-hospitalar e de medicamentos, autuada com o objetivo de apreciar a legalidade do pagamento de despesas com pessoal da saúde mediante a utilização de recursos oriundos de emendas parlamentares para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos estados, Distrito Federal e municípios.

Representante: Tribunal de Contas da União.

Unidade jurisdicionada: Ministério da Saúde.

Representação legal: não há.

- 038.883/2023-6** - Solicitação do Congresso Nacional em que são requeridas informações relacionadas à obtenção de apoio aéreo da Força Aérea Brasileira.
Solicitante: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.
Unidade jurisdicionada: Comando da Aeronáutica e Ministério da Defesa.
Representação legal: não há.
- 040.404/2021-8** - Representação, autuada em cumprimento a acórdão proferido em tomada de contas especial instaurada para apurar potencial prejuízo ocorrido em contrato celebrado para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos à Unidade de Hidrotratamento de Destilados Médios do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), constituída para examinar a legalidade e economicidade dos termos aditivos ao referido contrato. Análise de relatório de fiscalização.
Representante: Tribunal de Contas da União.
Unidade jurisdicionada: Comperj Participações S.A. e Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há.

Ministro JORGE OLIVEIRA

- 002.609/2024-0** - Processo administrativo com proposta de resolução que dispõe sobre a atuação do Corregedor do Tribunal de Contas da União.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Representação legal: não há.
- 015.843/2018-1** - Embargos de declaração em face de acórdão mediante o qual foi considerada procedente representação autuada em razão de possível irregularidade na concessão de descontos no rating OCDE para quatro países tomadores de crédito à exportação de serviços de engenharia entre 2008 e 2016.
Embargante: Valdir Moysés Simão.
Unidade jurisdicionada: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.; Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Secretaria de Assuntos Internacionais (extinta).
Responsáveis: Adriano Pereira de Paula, Afonso Bandeira Florence, Alessandro Golombiewski Teixeira, Alexandre Meira da Rosa, Andre Gustavo Morandi da Silva, Andre Luiz Andrade Bobroff, Antônio Eustáquio Andrade Ferreira, Antônio de Aguiar Patriota, Benedito Rosa do Espírito Santo, Beto Ferreira Martins Vasconcelos, Carlos Alfredo Lazary Teixeira, Carlos Augusto Vidotto, Carlos Eduardo Esteves Lima, Carlos Marcio Bicalho Cozendey, Carlos Mario Guedes de Guedes, Celio Brovino Porto, Celso Luiz Nunes Amorim, Cláudia Regina Bonalume, Darci Bertholdo, Dyogo Henrique de Oliveira, Eduardo dos Santos, Enio Cordeiro, Eva Maria Cella Dal Chiavon, Evandro de Sampaio Didonet, Fernando Damata Pimentel, Fernando Vitor dos Santos Sawczuk, Flávio Cals Dolabella, Francisco de Assis Leme Franco, Gabriel Ferraz Aidar, Gilberto Jose Spier Vargas, Gilson Alceu Bittencourt, Guilherme Cassel, Guilherme Estrada Rodrigues, Guilherme Laux, Hadil Fontes da Rocha Vianna, Ivan João Guimarães Ramalho, Jose Carlos Cavalcanti de Araujo Filho, José Carlos Vaz, João Guilherme Rocha Machado, Laudemir Andre Muller, Leticia Koeppel Mendonca, Lucia Helena Monteiro Souza, Luis Antonio Balduino Carneiro, Luiz Alberto Figueiredo Machado, Luiz Fernando Pires Augusto, Lytha Battiston Spíndola, Marcela Santos de Carvalho, Marcelo Junqueira Ferraz, Marcelo Pinheiro Franco, Marcelo de Sousa Teixeira, Marcia da Silva Quadrado, Marcos

Bezerra Abbott Galvão, Marcus Pereira Aucélio, Maria da Gloria Guimarães dos Santos, Mauro Borges Lemos, Miguel João Jorge Filho, Miriam Aparecida Belchior, Nelson Machado, Paulo Bernardo Silva, Paulo Rogério Caffarelli, Raimundo José Rodrigues da Silva, Reinhold Stephanes, Renato Gerundio de Azevedo, Ricardo Schaefer, Rodrigo Toledo Cabral Cota, Ronaldo Camillo, Ruy Nunes Pinto Nogueira, Sheila Ribeiro Ferreira, Sérgio Ricardo Miranda Nazaré, Valdemar Carneiro Leao Neto, Valdir Moysés Simão, Vinicius Teixeira Sucena, Wagner Goncalves Rossi.

Representação legal: Valdir Moysés Simão (OAB-SP 84.389).

020.789/2023-8 - Auditoria operacional realizada com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da regulação e da fiscalização quanto à prestação adequada dos serviços de transporte e de movimentação de cargas em contêineres.

Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Representação legal: Cássio Lourenço Ribeiro (OAB-DF 43.226), Eduardo Xavier (OAB-SP 207.671), Beto Ferreira Martins Vasconcelos (OAB-SP 172.687), Bruno Correa Burini (OAB-SP 183.644) e outros.

021.477/2023-0 - Pedido de reexame contra acórdão por meio do qual foram expedidas determinações e recomendações em acompanhamento da implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental (Centena).

Recorrente: Advocacia-Geral da União.

Unidade jurisdicionada: Autoridade Nacional de Segurança Nuclear; Casa Civil da Presidência da República; Comissão Nacional de Energia Nuclear; Eletronuclear S.A.; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e Ministério de Minas e Energia.

Representação legal: Rogério Telles Correia das Neves (OAB-SP 133.445), André Ribeiro Mignani, Marcelo Marques Galo e outros.

025.604/2021-0 - Acompanhamento da implementação do Novo Marco Legal do Saneamento Básico, instituído pela Lei 14.026/2020. Segunda rodada de acompanhamento.

Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; Ministério das Cidades.

Representação legal: não há.

037.248/2023-5 - Tomada de contas especial instaurada em razão de dano ocasionado por irregularidades cometidas mediante comandos fraudulentos realizados no Sistema de Administração de Benefícios do INSS, na Agência Mario Guimarães/RJ.

Unidade jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.

Responsável: Leonardo Fraga Narcizo.

Representação legal: não há.

Ministro ANTONIO ANASTASIA

- 016.407/2024-5** - Agravo contra despacho proferido em representação sobre possíveis irregularidades ocorridas em chamada pública visando à seleção de movimentos sociais populares para a execução de ações do Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde (AgPopSUS).
Agravantes: Deputados federais Adriana Ventura, Gilson Marques e Marcel Van Hattem e Senador Eduardo Girão.
Representante: Deputados federais Adriana Ventura, Gilson Marques e Marcel Van Hattem e Senador Eduardo Girão.
Unidade jurisdicionada: Fundação Oswaldo Cruz - Gerência Regional de Brasília; Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.
Representação legal: Lucas Andrade Moreira Pinto (OAB-DF 60.625), Daniel Gustavo Santos Roque (OAB-SP 311.195) e outros, representando Fundação Oswaldo Cruz - Gerência Regional de Brasília.
- 021.681/2024-4** - Consulta relativa à possibilidade de restringir ou impedir a participação em licitação de empresa, entidade ou organização, pública ou privada, com vínculos com país em situação de conflito armado, bem como a celebração ou a manutenção de contrato com tais entes.
Consulente: Ministro de Estado da Defesa.
Unidade jurisdicionada: Ministério da Defesa.
Representação legal: não há.
- 033.093/2023-7** - Embargos de declaração em embargos de declaração em face de acórdão mediante o qual foi negado pedido de reexame interposto contra acórdão por meio do qual foram expedidas determinações em representação sobre supostas irregularidades em pregão eletrônico para contratação de empresa para prestação dos serviços de supervisão da duplicação para adequação de capacidade da Rodovia BR 423/PE - Lote 01.
Embargante: Estrategica Engenharia Ltda.
Representante: Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda.
Unidade jurisdicionada: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Pernambuco.
Interessados: Estrategica Engenharia Ltda.
Representação legal: Rafaela Ventura Meira Lapenda (OAB-PE 42.367), Mayara Guardiano Nascimento (OAB-DF 72.442) e outros, representando Estrategica Engenharia Ltda; Rafaela Ventura Meira Lapenda (OAB-PE 42.367), Andre Baptista Coutinho (OAB-PE 17.907) e outros, representando Seplane Servicos de Engenharia e Planejamento do Nordeste Ltda; Humberto Pinto Silva (OAB-PE 47.125), representando Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda.
- 033.531/2019-6** - Auditoria de conformidade com o objetivo de avaliar os atos administrativos praticados na gestão de contratos de concessão celebrados na 2ª etapa de concessões de rodovias federais para entender quais ações ou omissões poderiam estar contribuindo para inexecuções de investimentos previstos na malha rodoviária.
Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Terrestres.
Representação legal: Menndel Assuncao Oliver Macedo (OAB-DF 36.366), representando Sérgio de Assis Lobo.

035.865/2015-6 - Embargos de declaração em face de acórdão por meio do qual não foi conhecido recurso de revisão interposto contra acórdão mediante o qual foram julgadas irregulares as contas da ora embargante, com condenação em débito e multa, em tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total de despesas ante as irregularidades verificadas em convênio que tinha por objeto o apoio à realização do projeto intitulado "Festas Juninas".

Unidade jurisdicionada: Município de Bonito de Santa Fé/PB.

Representação legal: Joa Nilson Guedes Barbosa (OAB-PB 13.295), representando Wanderley Macedo; Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (OAB-PB 14.233), representando Alderi de Oliveira Caju.

Ministro JHONATAN DE JESUS

009.412/2020-4 - Recurso de reconsideração em face de acórdão por meio do qual o recorrente teve suas contas julgadas irregulares, com imputação de débito, em tomada de contas especial instaurada em razão de divergência entre os valores repassados pelo Ministério da Justiça a título de 13º salário e aqueles efetivamente praticados pela empresa a seus funcionários, no âmbito de execução contratual.

Recorrente: Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S/A.

Unidade jurisdicionada: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças /MJ.

Responsáveis: Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S/A.

Interessada: Subsecretaria de Administração do Ministério da Justiça, Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S/A.

Representação legal: Louise Dias Portes (OAB-RJ 203.612), representando a Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S/A.

017.469/2024-4 - Acompanhamento dos resultados fiscais e execução orçamentária e financeira da União relativos ao 3º bimestre de 2024. Análise de proposta de expedição excepcional de alerta antes do exame integral.

Unidade jurisdicionada: Banco Central do Brasil; Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; Secretaria de Orçamento Federal/MP; Secretaria de Política Econômica; Secretaria do Tesouro Nacional; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Representação legal: não há.

- 020.474/2017-2** - Pedido de reexame contra acórdão mediante o qual foi determinada a eliminação de sobrepreço decorrente da inclusão indevida das despesas comerciais e com vendas na taxa de BDI de contrato, bem como a glosa em futuros pagamentos dos valores correspondentes aos desembolsos já efetuados a maior em decorrência desse sobrepreço, em auditoria operacional realizada no Programa Estratégico Guarani.
Recorrente: CNH Industrial Brasil Ltda., Ângelo José Penna Machado; Fernando Sérgio Galvão; Guilherme Cals Theóphilo Gaspar de Oliveira; Sinclair James Mayer; Secretaria-Geral do Ministério da Defesa.
Unidade jurisdicionada: Comando do Exército.
Representação legal: Álvaro da Silva Matos, Edson Henrique Ramires, Cláudio Borges Coelho e outros, representando o Comando do Exército; Maurício Muriack de Fernandes e Peixoto (OAB-CE 10.928), Daniela de Oliveira Rodrigues (OAB-DF 34.338) e outros, representando Guilherme Cals Theóphilo Gaspar de Oliveira, Fernando Sérgio Galvão, Sinclair James Mayer e Ângelo José Penna Machado; Anna Carolina Lima Pereira (OAB-DF 44.522), Augusto César Nogueira de Souza (OAB-DF 55.713) e outros, representando a CNH Industrial Brasil Ltda.; Erivelton Araújo Graciliano, representando a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa.
- 023.115/2023-8** - Auditoria de conformidade para avaliar o cumprimento pelos Patrocinadores Públicos Federais da responsabilidade de supervisão e fiscalização sistemática das atividades de suas respectivas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
Unidade jurisdicionada: Banco Central do Brasil; Banco da Amazônia S.A.; Banco do Brasil S.A.; Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Caixa Econômica Federal; Casa da Moeda do Brasil; Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência; Financiadora de Estudos e Projetos; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação Nacional de Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Fundação Universidade Federal de Viçosa; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Petróleo Brasileiro S.A.; Posto de Abastecimento Maranhão; Serviço Federal de Processamento de Dados; Superintendência Nacional de Previdência Complementar; Supremo Tribunal Federal.
Representação legal: Rodrigo de Resende Patini (OAB-SP 327.178), Cristina Cidade da Silva Guimarães Wanis (OAB-RJ 138.017), André Luiz Viviani de Abreu (OAB-RJ 116.896), André Yokomizo Aceiro (OAB-DF 17.753), Lenymara Carvalho (OAB-DF 33.087), Guilherme Lopes Mair (OAB-SP 241.701), Marcela Portela Nunes Braga (OAB-DF 29.929) e outros, representando a Caixa Econômica Federal.

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

011.451/2016-5 - Auditoria, no âmbito do Fiscobras 2016, realizada nas obras de construção dos lotes 5S e 5SA da Extensão Sul da Ferrovia Norte Sul (FNS).

Unidade jurisdicionada: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (atual Infra S.A.).

Responsáveis: Mário Rodrigues Júnior, Luis Fernando Herwig Moraes Queiroz e Giuliano Martins Dora

Representação legal: João Paulo Prates da Silveira Guerra (OAB-DF 38.290).

020.128/2022-3 - Tomada de contas especial instaurada em razão de desfalque de numerário ocorrido na agência da instituição financeira, em Tefé/AM.

Unidade jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.

Responsável: Manoel Francisco de Freitas da Silva.

Representação legal: Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB-DF 68.331), Thiago Motta Mattos (OAB-DF 69.109) e outros, representando Manoel Francisco de Freitas da Silva.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

011.369/2022-1 - Consulta acerca da exigência de não inscrição no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM), como requisito para emissão de Certidão de Registro Cadastral das entidades pertencentes ao então Sistema Nacional do Desporto (SND), atual Sistema Nacional do Esporte (Sinesp), para fins de recebimento de recursos públicos para aplicação nas ações da Política Nacional do Esporte.

Consulente: Ministro-Substituto de Estado da Cidadania.

Unidade jurisdicionada: Ministério do Esporte.

Representação legal: não há.

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

010.934/2022-7 - Auditoria com o objetivo de analisar o processo de precificação do Programa Fragata Classe Tamandaré.

Unidade jurisdicionada: Centro de Controle Interno da Marinha; Comando da Marinha; Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron).

Responsáveis: Comando da Marinha; Empresa Gerencial de Projetos Navais; Secretaria-Geral do Ministério da Defesa.

Representação legal: não há.

DESPACHOS DE AUTORIDADES**MINISTRO AUGUSTO NARDES****Processo:** 019.976/2024-0**Natureza:** Solicitação**Unidade Jurisdicionada:** não há.**Solicitante:** Tecon Suape S/A.**DESPACHO**

Trata-se de solicitação formulada pela Tecon Suape S/A de acesso aos autos do TC 033.965/2023-4, que trata de denúncia acerca de supostas irregularidades envolvendo a outorga de autorização a terminal de uso privado (TUP) no Complexo Portuário de Suape/PE para movimentação e armazenagem de contêineres (peça 3).

2. Em síntese, a AudPortoFerrovia (peça 4) destacou que: o referido processo possui natureza sigilosa, nos termos do art. 234, § 2º, do RITCU, e somente após a decisão definitiva nos autos deverá ser alterado seu grau de confidencialidade para “público”, ressalvadas as peças que contenham a identificação do denunciante, consoante disposto no art. 108 da Resolução TCU 259/2014; os requerentes não são qualificados como parte ou representante legal vinculados processo, visto que não houve o chamamento da Tecon Suape S/A àquele processo, tampouco autorizado seu ingresso nos autos; os requerentes não demonstraram que as informações solicitadas são necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais, nos termos do § 3º, do art. 4º da Resolução TCU 249/2012.

3. A unidade técnica concluiu que, ainda que se trate de solicitação de acesso formulada por advogados, por se tratar de processo de natureza sigilosa, cabe indeferir o pleito dos requerentes, nos termos previstos no art. 7º, inciso XIII, da Lei 8.906/1994.

4. Dessa forma, INDEFIRO a solicitação de acesso aos autos do TC 033.965/2023-4, com fundamento no art. 7º, § 3º, da Lei 12.527/2011, c/c o art. 4º, § 1º, da Resolução TCU 249/2012, bem como no art. 7º, inciso XIII, da Lei 8.906/1994.

À AudPortoFerrovia, para adoção das providências a seu cargo.

Brasília, 13 de setembro de 2024

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Relator

Processo: 016.260/2022-8

Natureza: Aposentadoria.

Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT.

Interessada: Elenice Maria Borges.

DESPACHO

Trata-se de ato de aposentadoria submetido, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

2. Em sua instrução de peça 14, a unidade técnica indicou as seguintes ilegalidades: i) incorporação de quintos decorrentes de exercício de função comissionada após o advento da Lei 9.624/1998; e ii) concessão de 1/5 de FC-05 cuja função efetivamente exercida foi a de FC-04 por parte da inativa, importando em majoração do valor pago a título dessa incorporação indevida.

3. A identificação da função majorada indevidamente foi providenciada por solicitação de meu despacho de peça 8, após diligência ao órgão de origem. Concluída tal providência, a unidade técnica não apresenta outras análises e declara, ao final, que a instrução inicial (peça 5) permanece válida e sem sofrer alterações.

4. Não obstante, em nenhuma de suas instruções, há indicativo se a incorporação de quintos após o advento da Lei 9.624/1998 decorre ou não de decisão judicial transitado em julgado.

5. Dessa forma, este processo deve retornar à unidade técnica para que complemente sua instrução, contemplando a mais recente jurisprudência desta Casa e do STF (Temas de Repercussão Geral 82 e 499), segunda a qual é indispensável, para que a decisão judicial (se for o caso deste processo) possa beneficiar o interessado, que: a) comprove ter concedido autorização expressa para que a aludida entidade associativa pudesse representá-lo na ação ordinária referida; e b) demonstre que, à época do protocolo da ação, era filiado à mencionada associação.

6. Ademais, a instrução deve incluir análise relativa aos termos da Lei 14.687/2023, que introduziu o parágrafo único no art. 11 da Lei 11.416/2006, transcrito a seguir:

“as vantagens pessoais nominalmente identificadas de caráter permanente, incorporadas aos vencimentos aos proventos e às pensões dos servidores das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário, inclusive aquelas derivadas da incorporação de quintos ou décimos de função comissionada, não serão reduzidas, absorvidas ou compensadas pelo reajuste das parcelas remuneratórias dos anexos desta Lei.”

À AudPessoal, para as providências a seu cargo.

Brasília, 13 de setembro de 2024

AUGUSTO NARDES

Relator

EDITAIS**SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS****EDITAL 1153/2024-TCU/SEPROC, DE 13 DE SETEMBRO DE 2024**

TC 044.239/2021-1 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA ROSENY CRUZ ARAÚJO, CPF: 322.913.962-34, do Acórdão 1745/2024-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Sessão de 12/3/2024, proferido no processo TC 044.239/2021-1, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-a a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 10/9/2024: R\$ 190.759,59. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 17.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, “b”, 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadesao@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 179 de 16/09/2024, Seção 3, p. 233)

EDITAL 1157/2024-TCU/SEPROC, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024.

Processo TC 036.339/2023-7 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO Miguel Lauand Fonseca, CPF: 054.621.183-68, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à ocorrência descrita a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional, valor histórico atualizado monetariamente desde a respectiva data de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 10/9/2024: R\$ 26.526,79; em solidariedade com os responsáveis Antônio da Cruz Filgueira Júnior - CPF: 354.917.443-87 e Magno Rogério Siqueira Amorim - CPF: 811.389.033-53.

O débito decorre da seguinte irregularidade: não comprovação da aplicação regular dos recursos do Termo de Compromisso 0345379-65/2010/Ministério das Cidades/Caixa (registro Siafi 666962) (peça 30). O ajuste foi firmado entre o ministério e o Município de Itapecuru Mirim (MA), tendo por objeto o "Apoio A Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social", o que caracteriza infração às normas a seguir: Princípio da Continuidade do Serviço Público, arts. 37, caput, e 70, parágrafo único, da Constituição Federal, 93 do Decreto-lei 200/1967 e 66 do Decreto 93.872/1986 e cláusula terceira, item 3.2, alíneas "a", "d" e "p", do Termo de Compromisso 0345379-65/2010/Ministério das Cidades/Caixa.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do débito atualizado e acrescido de juros de mora (art. 19 da Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 10/9/2024: R\$ 28.352,62; b) imputação de multa (arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992); c) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; d) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; e) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); f) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60 da Lei 8.443/1992); e g) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

O pagamento do débito pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da irregularidade acima indicada, do valor histórico do débito com a respectiva data de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

VIVIANE CRISTINE CAMPOS BALTAR DUARTE SOMOGYI
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 179 de 16/09/2024, Seção 3, p. 231)

EDITAL 1158/2024-TCU/SEPROC, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024.

Processo TC 036.339/2023-7 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO Antônio da Cruz Filgueira Júnior - CPF: 354.917.443-87, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à ocorrência descrita a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional, valor histórico atualizado monetariamente desde a respectiva data de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 10/9/2024: R\$ 26.526,79; em solidariedade com os responsáveis Magno Rogério Siqueira Amorim - CPF: 811.389.033-53 e Miguel Lauand Fonseca, CPF: 054.621.183-68.

O débito decorre da seguinte irregularidade: não comprovação da aplicação regular dos recursos do Termo de Compromisso 0345379-65/2010/Ministério das Cidades/Caixa (registro Siafi 666962) (peça 30). O ajuste foi firmado entre o ministério e o Município de Itapeturu Mirim (MA), tendo por objeto o "Apoio A Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social", o que caracteriza infração às normas a seguir: Princípio da Continuidade do Serviço Público, arts. 37, caput, e 70, parágrafo único, da Constituição Federal, 93 do Decreto-lei 200/1967 e 66 do Decreto 93.872/1986 e cláusula terceira, item 3.2, alíneas "a", "d" e "p", do Termo de Compromisso 0345379-65/2010/Ministério das Cidades/Caixa.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do débito atualizado e acrescido de juros de mora (art. 19 da Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 10/9/2024: R\$ 28.352,62; b) imputação de multa (arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992); c) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; d) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; e) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); f) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60 da Lei 8.443/1992); e g) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

O pagamento do débito pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da irregularidade acima indicada, do valor histórico do débito com a respectiva data de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

VIVIANE CRISTINE CAMPOS BALTAR DUARTE SOMOGYI
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 179 de 16/09/2024, Seção 3, p. 232)

EDITAL 1159/2024-TCU/SEPROC, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024

TC 008.755/2021-3 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO Francisco Celso Crisóstomo Secundino, CPF: 277.590.673-72, do Acórdão 605/2024-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Antonio Anastasia, Sessão de 30/1/2024, proferido no processo TC 008.755/2021-3, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, o condenou a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 10/9/2024: R\$ 108.347,07. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 10.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento da multa pode ser feito pelo PagTeseuro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTeseuro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidade@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

VIVIANE CRISTINE CAMPOS BALTAR DUARTE SOMOGYI
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 179 de 16/09/2024, Seção 3, p. 232)

EDITAL 1163/2024-TCU/SEPROC, DE 13 DE SETEMBRO DE 2024

TC 014.169/2022-3 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO LUCIANO GUIMARAES MACHADO BONEBERG, CPF: 522.708.400-97, do Acórdão 3111/2024-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Antonio Anastasia, Sessão de 21/5/2024, proferido no processo TC 014.169/2022-3, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 11/9/2024: R\$ 630.543,89. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 60.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 179 de 16/09/2024, Seção 3, p. 232)

EDITAL 1170/2024-TCU/SEPROC, DE 13 DE SETEMBRO DE 2024.

Processo TC 041.372/2021-2 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO ADENILDO BRAULINO DOS SANTOS, CPF: 782.542.647-91, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 12/9/2024: R\$ 594.360,64.

O débito decorre da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados ao município de Belford Roxo - RJ, face à inexecução do objeto previsto no Termo de Compromisso nº 5128/2013, devido ao cancelamento da obra, e não devolução integral dos recursos. Normas infringidas: art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 93, do Decreto-lei 200/1967; art. 66, do Decreto 93.872/1986; Termo de Compromisso nº 5128/2013.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19 da Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 12/9/2024: R\$ 639.116,14; b) imputação de multa (arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, da Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60 da Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992).

Os documentos eventualmente apresentados a título de prestação de contas deverão estar de acordo com as exigências legais e regulamentares, vir acompanhados de argumentos de fato e de direito, de elementos comprobatórios das despesas e da regular aplicação dos recursos federais geridos, bem como de justificativa para a omissão no dever de prestar contas no prazo estabelecido.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 179 de 16/09/2024, Seção 3, p. 232)

EDITAL 1171/2024-TCU/SEPROC, DE 13 DE SETEMBRO DE 2024

TC 026.731/2020-7 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO RONEY APARECIDO GOMES, CPF: 554.303.921-20, do Acórdão 1171/2024-TCU-Plenário, Rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, Sessão de 12/6/2024, proferido no processo TC 026.731/2020-7, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres Conselho Regional de Química XX Região (MS), valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 12/9/2024: R\$ 67.705,12, em solidariedade com Evander Luiz Ferreira - CPF: 069.194.718-09. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 20.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 179 de 16/09/2024, Seção 3, p. 232)

ATAS**PLENÁRIO**

ATA Nº 36, DE 4 DE SETEMBRO DE 2024
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Bruno Dantas (Presidente)

Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (participação de forma telepresencial), Vital do Rêgo (participação de forma telepresencial), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausente o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em afastamento legal.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 35, referente à sessão realizada em 28 de agosto de 2024.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional, por meio do Aviso nº 629, datado do último dia 29, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre de 2024.

Submete à homologação a autorização da prorrogação da cessão, pelo período de um ano a contar de 25/8/2024, do Auditor Federal de Controle Externo Jardel Lidório Baltar, para continuar exercendo, no Superior Tribunal de Justiça, o cargo em comissão de código CJ-2, com ônus para o TCU limitado à remuneração relativa ao cargo efetivo (TC-011.403/2022-5). Aprovada.

Do Ministro Benjamin Zymler:

Proposta de determinação para que a AudElétrica realize imediatamente uma ação de controle para buscar informações sobre as providências que vem sendo adotadas pelo Governo Federal, pelo ministério e pela agência reguladora competentes, relacionadas à crise energética que se avizinha. Aprovada.

Comunicação, nos termos do art. 12, parágrafo único, da Resolução TCU 46/1996, de que a Comissão Permanente de Jurisprudência aprovou, à unanimidade, anteprojeto de súmula com o seguinte teor: “É vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão (‘opção’), aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da EC 20/1998, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria.” (TC-008.977/2022-4)

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-029.312/2022-1, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;
- TC-037.420/2021-6, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;
- TC-005.772/2019-2 e TC-019.649/2024-0, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;
- TC-005.483/2024-7 e TC-034.983/2014-7, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia; e
- TC-009.001/2023-9, cujo relator é o Ministro Jhonatan de Jesus.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, com base no § 10 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-021.345/2016-3, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymmler, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 16 de outubro de 2024. O processo está sob pedido de vista formulado em 29 de maio de 2024 pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues. Na sessão em que o pedido foi formulado, a Dra. Gláucia Costa Oliveira não compareceu para realizar a sustentação oral que havia requerido em nome de Antônio Roberto Góes da Silva, e o relator registrou o seu voto (v. Anexo III da Ata nº 21/2024-Plenário).

Por deliberação do Colegiado, com base no § 10 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-043.192/2021-1, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 9 de outubro de 2024. Já votou o relator (v. Anexo III da Ata nº 26/2024-Plenário). O processo está sob pedido de vista formulado em 26 de junho de 2024 pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues.

Por deliberação do Colegiado, com base no § 13 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-019.654/2022-7, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 11 de setembro de 2024. Já votou o relator, atuando em substituição ao Ministro Benjamin Zymmler (v. Anexo III da Ata nº 26/2024-Plenário). O processo está sob pedido de vista formulado em 26 de junho de 2024 pelo Ministro Jhonatan de Jesus.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 1805 a 1823.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1824 a 1859, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-040.980/2018-9, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymmler, a Dra. Deborah Giuliana Guedes Rocha realizou sustentação oral em nome de Victor Pinheiro de Sousa Nilo Dantas. Acórdão nº 1824.

Na apreciação do processo TC-021.408/2019-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, foram realizadas as sustentações orais requeridas pelo Dr. Matheus de Souza, em nome da Associação de Terminais Portuários Privados; pelo Dr. Denis Gamell, em nome da Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, de Transporte e de Logística; e pelo Dr. Marçal Justen Filho, em nome da Associação Brasileira de Terminais de Contêineres. Na oportunidade, o Dr. Marçal Justen Filho usou da palavra para estrito esclarecimento de matéria de fato, nos termos do § 8º do artigo 168 do Regimento Interno. Acórdão nº 1825.

Na apreciação do processo TC-023.520/2018-3, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. Inácio Bento de Loyola Alencastro declinou de realizar a sustentação oral que havia requerido em nome dos Departamentos Regionais do Sesi e do Senai no Distrito Federal, do Instituto Euvaldo Lodi no Distrito Federal e de Jamal Jorge Bittar. Acórdão nº 1830.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a apreciação do processo TC-020.969/2023-6, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymmler, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues. O processo foi automaticamente incluído na pauta da sessão ordinária do Plenário de 13 de novembro de 2024 (v. Ata nº 36/2024-Plenário).

PROSSEGUIMENTOS DE VOTAÇÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-005.431/2018-2 (Ata nº 28/2024-Plenário), cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues. Os revisores, Ministros Aroldo Cedraz e Jorge Oliveira, apresentaram votos divergentes, incluídos no Anexo II desta Ata. Durante a apreciação da matéria, houve empate na votação. O relator foi acompanhado pelos Ministros Benjamin Zymmler, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia. A proposta apresentada pelo Ministro Jorge Oliveira recebeu os votos dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Jhonatan de Jesus. O

Presidente, Ministro Bruno Dantas, proferiu voto de desempate, nos termos do art. 124 do Regimento Interno, associando-se ao relator. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 1829, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo TC-002.432/2024-2 (Ata nº 15/2024-Plenário) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 1828, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator, Ministro Aroldo Cedraz.

APRECIÇÃO DO PROCESSO TC-026.840/2016-2

Na apreciação do processo TC-026.840/2016-2, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, a Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva manifestou-se oralmente, em consonância com o art. 109 do Regimento Interno. O Ministro Walton Alencar Rodrigues apresentou voto divergente, incluído no Anexo II desta Ata. O relator foi acompanhado pelos Ministros Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus. Vencido o Ministro Walton Alencar Rodrigues. Acórdão nº 1835.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 1805/2024 - TCU - Plenário

Vistos e relacionados estes autos de monitoramento do subitem 9.1.3 do Acórdão 2758/2020-TCU-Plenário, de minha relatoria, proferido no TC 018.130/2018-6, que trata de relatório consolidador de auditoria coordenada para verificar a aplicação dos recursos dos precatórios do extinto Fundef, bem como de auditoria específica realizada em Municípios do Estado do Piauí;

Considerando que, por meio da mencionada deliberação, o Tribunal ordenou a à Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos que comunicasse aos seis Municípios que realizaram gastos com os recursos dos precatórios do Fundef em despesas distintas da manutenção e desenvolvimento do ensino acerca da necessidade de imediata recomposição, com recursos próprios, à conta específica dos precatórios do Fundef, dos valores indevidamente gastos, atualizados monetariamente a partir da data da ocorrência, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial;

Considerando que, com relação ao Município de Cristino Castro/PI, resta prejudicada a verificação do cumprimento do item 9.1.3 do acórdão monitorado, uma vez que a desconformidade do pagamento questionado será avaliada no âmbito da representação objeto do TC 004.999/20231, na qual se apura a regularidade da destinação de recursos do precatório do Fundef para o pagamento de profissionais da educação;

Considerando, quanto aos demais municípios, como não restaram demonstradas as recomposições das quantias às contas específicas do Fundef nem foram apresentadas justificativas ou esclarecimentos sobre os gastos questionados, considera-se não cumprida a determinação, pelo que, a teor da redação da deliberação monitorada, cabe a instauração das correspondentes tomadas de contas especiais;

Considerando que, quanto ao Município de Cocal/PI, parte dos pagamentos questionados, referentes a gastos com locação de veículos, foram considerados regulares nas novas análises, pelo que a determinação feita ao município deve ser considerada não aplicável em relação a esses pagamentos;

Considerando o recente Acórdão 2461/2023-Plenário, de minha relatoria, em que o TCU firmou os seguintes entendimentos em relação às despesas realizadas com recursos oriundos de precatórios judiciais federais recebidos por entes subnacionais, à exceção do pagamento de honorários advocatícios contratuais:

9.2.1. nos casos em que os juros de mora forem depositados na mesma conta do valor principal, bem como nos demais casos em que não seja possível segregar esses valores, o TCU é competente para fiscalizar todo o recurso recebido;

9.2.2. havendo dano ao Erário, a condenação em débito deverá limitar-se ao valor total das parcelas de origem federal, dentre as quais não se incluem os juros de mora, que são de titularidade dos entes subnacionais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em, com relação ao Município de Cristino Castro/PI, considerar prejudicada a verificação do cumprimento do item 9.1.3 do acórdão monitorado; com relação ao Município de Cocal/PI, considerar não aplicável o cumprimento do item 9.1.3 do acórdão monitorado quanto aos gastos com locação de veículos e não cumprido quanto aos gastos com terceirização de mão de obra; com relação aos Municípios de Alto Longá/PI, Avelino Lopes/PI, Juazeiro do Piauí/PI e São Julião/PI, considerar não cumprido o item 9.1.3 do acórdão monitorado; e expedir as orientações do item 1.6, a seguir, nos termos da instrução da unidade técnica, peça 113:

1. Processo TC-015.583/2021-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alto Longá - PI; Prefeitura Municipal de Avelino Lopes - PI; Prefeitura Municipal de Cocal - PI; Prefeitura Municipal de Cristino Castro - PI; Prefeitura Municipal de Juazeiro do Piauí - PI; Prefeitura Municipal de São Julião - PI.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1.5. Representação legal: Gianluca Santos da Cunha (12370/OAB-PI) e Alexandre Veloso dos Passos (2885/OAB-PI), representando Prefeitura Municipal de Cristino Castro - PI.

1.6. orientações:

1.6.1. ordenar à AudEducação que constitua processos apartados dos presentes autos, autuando-os como Tomadas de Contas Especiais, com a citação dos municípios que se beneficiaram do uso irregular dos recursos dos precatórios do Fundef, na pessoa de seus representantes legais, solidariamente com os gestores responsáveis pela aplicação irregular dos valores, para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa ou recolham à conta específica dos precatórios do Fundef as quantias discriminadas, atualizadas monetariamente desde as datas ali inscritas até a do efetivo recolhimento, nos termos da legislação vigente, relativas a despesas realizadas com recursos de precatórios do Fundef em finalidades desvinculadas e/ou sem comprovação de vinculação a gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, configurando afronta ao art. 60 do ADCT da CF/1988 (atual, art. 212-A da CF/1988) c/c o art. 21 da Lei 11.494/2007 (atual, art. 25 da Lei 14.113/2020) e art. 70 da Lei 9.394/1996:

1.6.1.1. Responsáveis: Município de Alto Longá/PI e Henrique Cesar Saraiva de Area Leão Costa (CPF 239.503.823-72)

Valor (R\$)	Data
129.990,50	5/7/2018

1.6.1.2. Responsáveis: Município de Avelino Lopes/PI e Dióstenes José Alves (CPF 643.789.858-53)

Valor (R\$)	Data	Valor (R\$)	Data	Valor (R\$)	Data	Valor (R\$)	Data
23.000,00	5/4/2016	10.000,00	12/4/2017	110.098,50	9/9/2016	60.468,55	31/5/2016
33.720,00	18/3/2016	2.100,00	25/4/2017	49.901,50	22/9/2016	89.871,67	3/6/2016
24.220,00	20/4/2016	16.500,00	12/6/2017	91.000,00	25/1/2017	50.000,00	9/6/2016
28.720,00	20/5/2016	59.202,09	16/8/2017	30.441,33	13/2/2017	69.210,43	13/6/2016
14.220,00	20/7/2016	31.106,23	20/9/2017	42.956,97	16/8/2016	32.422,50	16/6/2016
6.000,00	19/8/2016	48.750,00	27/1/2016	57.463,34	20/9/2016	178.665,40	22/6/2016
24.220,00	20/9/2016	63.360,34	15/3/2016	50.000,00	17/8/2016	145.950,00	24/6/2016
33.000,00	10/4/2017	33.360,34	22/3/2016	45.000,00	25/1/2017	76.750,34	11/8/2016
30.000,00	31/5/2017	55.000,00	29/6/2016	121.533,72	20/4/2016	464.174,64	24/1/2017
33.718,24	24/3/2017	119.772,02	2/8/2016	114.698,86	16/5/2016	200.000,00	2/5/2017
5.000,00	31/3/2017	205.998,65	15/8/2016	141.925,34	24/5/2016	147.919,06	5/4/2017

1.6.1.3. Responsáveis: Município de Cocal/PI e Rubens de Sousa Vieira (CPF 776.856.283-68)

Valor (R\$)	Data
80.718,88	18/12/2015
82.366,20	11/1/2016
82.366,20	11/2/2016
82.366,20	10/3/2016
82.366,20	12/4/2016
82.366,20	9/6/2016
82.366,20	2/9/2016
82.366,20	10/10/2016
82.366,20	1/11/2016
82.366,20	29/12/2016

1.6.1.4. Responsáveis: Município de Juazeiro do Piauí/PI e Antônio José de Oliveira (CPF 273.813.823-34)

Valor (R\$)	Data
104.601,24	16/12/2015

1.6.1.5. Responsáveis: Município de São Julião/PI e José Francisco de Souza (CPF 327.840.073-91)

Valor (R\$)	Data
265.000,00	13/12/2016
265.000,00	14/12/2016
169.580,00	19/12/2016

1.6.2. enviar cópia desta instrução aos Municípios de Cocal/PI, São Julião/PI, Alto Longá/PI, Avelino Lopes/PI e Juazeiro do Piauí/PI a fim de lhes subsidiar o exercício da ampla defesa;

1.6.3. apensar definitivamente o presente processo ao TC 018.130/2018-6, nos termos do art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009.

ACÓRDÃO Nº 1806/2024 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 243 e 143, inciso III, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

considerar cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.3.1 a 9.3.3 do Acórdão 2.019/2019-TCU-Plenário, reiteradas, respectivamente, pelas alíneas “b.1”, “b.2” e “b.3” do Acórdão 3.186/2020-TCU-Plenário;

considerar cumprida a determinação contida no item 1.7.2 do Acórdão 1.709/2023-TCU-Plenário;

considerar parcialmente cumprida a determinação contida no subitem 9.4 do Acórdão 2.019/2019-TCU-Plenário e dispensar a continuidade do monitoramento;

arquivar os autos de monitoramento, nos termos do art. 169, V, do RI/TCU.

1. Processo TC-021.023/2020-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Secretaria da Educacao (92.941.681/0001-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1807/2024 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação apresentada pelo Senador Rogério Simonetti Marinho, versando sobre possível irregularidade no aviso do leilão de compra pública 47-2024, realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 6/6/2024, visando a aquisição de arroz importado;

Considerando que o fato irregular a que alude a representação é a exigência de que o arroz seja entregue em embalagens primárias que apresentem o preço máximo de R\$ 4,00/kg, bem assim o slogan do governo “Brasil União e Reconstrução” e a logomarca de órgãos federais, o que, a seu ver, é ilegal, imoral, fere o princípio da impessoalidade, não atende o interesse público, viola os limites constitucionais da publicidade e configura exploração político eleitoral da tragédia climática ocorrida no estado do Rio Grande do Sul;

Considerando que a oposição de logomarcas e slogans das entidades envolvidas na execução da política pública, em regra, não caracterizam propaganda eleitoral nem promoção pessoal, mas publicidade institucional, que somente é vedada nos três meses que antecedem o pleito (art. 73, inciso VI, alínea “b”, e §§ 1º e 3º, da Lei 9.504/1997; art. 3º, incisos VI, alínea “b”, e V, alínea “b”, do Decreto 6.555/2008);

Considerando que o art. 1º do Decreto 6.555/2008 dispõe que as ações de comunicação do Poder Executivo Federal têm entre seus principais objetivos conferir amplo conhecimento à sociedade das políticas e programas do Poder Executivo Federal (art. 1º, incisos I e IV);

Considerando que o Decreto 6.555/2008 somente veda o uso de nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (art. 2º, inciso VII);

Considerando que o Decreto 6.555/2008 indica, como diretriz das ações de comunicação, a uniformização do uso de marcas, conceitos e identidade visual utilizados na comunicação do Governo Federal (art. 2º, inciso IX);

Considerando que, da embalagem definida pelo instrumento convocatório, não constam nomes, partidos nem expressões que possam identificar diretamente autoridades, servidores ou administrações cujos cargos estejam em disputa em eleições iminentes;

Considerando que a padronização das embalagens com afixação de preço máximo de venda do cereal mitiga o risco de venda do produto ao consumidor final por preços superiores que o pretendido pela política pública;

Considerando que o leilão eletrônico do Aviso de Compra Pública 047-2024 foi realizado no dia 6/6/2024 e, no 12/6/2024, a Conab anunciou sua revogação, sem que nenhum pacote do produto tenha sido comercializado;

Considerando que, de acordo com notícias veiculadas em 3/7/2024, o Ministro da Agricultura e Pecuária Carlos Henrique Baqueta Fávaro comunicou que os preços do arroz “já cederam” e que não vê, por ora, necessidade de importar o cereal (https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2024/07/03/governo-nao-deve-fazer-novos-leiloes-de-arroz.ghtml?utm_source=share-universal&utm_medium=share-bar-app&utm_campaign=materias);

Considerando os pareceres uníssonos emitidos no âmbito da AudAgroAmbiental, no sentido do conhecimento e improcedência da representação;

Considerando que o art. 143, inciso III, do Regimento Interno do TCU autoriza submeter ao Colegiado, mediante relação, processos em que o relator esteja de acordo com as conclusões do servidor responsável pela análise do processo e com os pareceres das chefias da unidade técnica, desde que não concluam pela ocorrência de ilegalidade ou irregularidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso III, 235, 237, inciso III e parágrafo único; e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, e 107 da Resolução-TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em: conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento dos autos, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.221/2024-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Companhia Nacional de Abastecimento.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1808/2024 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, 53 e 55 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso III, 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-016.582/2024-1 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itapipoca - CE.

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

1.7. Representação legal: Wellington Rocha Leitão Filho (6622/OAB-CE), Bruna Laina Brasileiro Ramos (27147/OAB-CE).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la prejudicada, por perda de objeto;

1.8.2. revogar a medida cautelar referendada pelo Acórdão 1.428/2024-Plenário;

1.8.3. dar ciência ao Município de Itapipoca/CE, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, de que a imposição apenas da via presencial para o protocolo de questionamentos ou impugnações aos editais dos certames que visem qualificar entidades como Organizações Sociais e celebrar contratos de gestão para formação de parceria entre as partes, tal como ocorrido no edital do Chamamento Público 05.11.2024, afronta os princípios da igualdade, da impessoalidade e da eficiência, elencados no art. 44 da Lei Orgânica do município, no art. 6º do Decreto Municipal 28/2021 e no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988;

1.8.4. levantar o sigilo que recai sobre estes autos, com fundamento no art. 55 da Lei 8.443/1992, à exceção das peças que contiverem informações pessoais que permitam a identificação do(a) denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014;

1.8.5. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução à peça 62, ao Município de Itapipoca/CE, ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) e ao denunciante; e

1.8.6. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1809/2024 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de levantamento de auditoria para analisar o uso de plataformas privadas eletrônicas de licitação por entes subnacionais, a pedido do Acórdão 2.154/2023-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, no que se refere aos autos abaixo relacionados, com base no art. 143, inciso III, do Regimento Interno do TCU, c/c o subitem 9.17 do Acórdão 1.507/2024-Plenário, em autorizar a reclassificação do presente processo para público, a fim de dar amplo conhecimento à Administração Pública das informações levantadas, de acordo com os pareceres uniformes exarados nos autos, à peça 68:

1. Processo TC-007.928/2024-6 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais (853 Municípios); Prefeituras Municipais do Estado do Maranhão (217 Municípios).

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.7. Representação legal: Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (51623/OAB-DF), Augusto Cesar Nogueira de Souza (55713/OAB-DF) e outros, representando Associação das Empresas de Tecnologia Para Contratações Governamentais Atcg.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1810/2024 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c o art. 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; em dar ciência desta deliberação à Petrobrás S.A. (Petrobras); e em arquivar os presentes autos, após a adoção das providências adiante especificadas.

1. Processo TC-013.141/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Petrobrás S.A.

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Rafael Zimmermann Santana (154238/OAB-RJ), Fernando Salles Xavier (65895/OAB-RJ) e outros, representando Petrobrás S.A.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência à Petrobras, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas na contratação da empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda. para a prestação de serviço técnico de tecnologia forense e apoio a investigação (Contratos 6000.0094387.14.2, 6000.0096373.15.2 e 6000.0101140.16.2), para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

a) deficiências no planejamento da contratação, gerando a prestação de serviços sem cobertura contratual e pagamento por meio de Termo de Quitação (TQ), em desacordo com a Jurisprudência desta Corte (Acórdãos 43/2015, 2.590/2012, 1.227/2012, 2.630/2011, e 2.348/2011, todos do Plenário) e em afronta aos arts. 72 e 73 da Lei 13.303/2016, c/c o subitem 7.1.3 do Regulamento do Procedimento Licitatório da Petrobras;

b) fragilidades no valor de referência utilizado e/ou nos procedimentos adotados pela comissão de negociação no processo de contratação direta:

b.1) falta de comparação dos preços contratados com os praticados pelo mercado, contrariando o subitem 2.5 do Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras, anexo ao Decreto 2.745/1998, vigente à época das contratações; e

b.2) inexistência de justificativa gerencial para a não apresentação de Demonstrativo de Formação de Preços (DFP) pela contratada, contrariando o subitem 6.9.5.11 do Procedimento PG-0V4-00156.

ACÓRDÃO Nº 1811/2024 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de pedido formulado pela empresa GDK S.A. em Recuperação Judicial, solicitando que este Tribunal reconheça o período de sanção efetivamente cumprido no âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU) para fins de detração da pena de inidoneidade aplicada por este Tribunal por meio do Acórdão 416/2021-Plenário,

Considerando que a sanção imputada por meio do aludido decisum já foi integralmente cumprida, tendo vigorado até 10/6/2024;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos II e V, alínea “c”, do Regimento Interno/TCU, em indeferir o pedido formulado pela empresa GDK S.A. em Recuperação Judicial, em virtude da perda de objeto; em dar ciência desta deliberação ao requerente; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-013.392/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)

- 1.1. Responsável: GDK S.A. em Recuperação Judicial (34.152.199/0001-95).
- 1.2. Entidades: Petróleo Brasileiro S.A. e Ministério de Minas e Energia.
- 1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymmler.
- 1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
- 1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
- 1.7. Representação legal: Hélio Siqueira Júnior (62.929/OAB-RJ), Rafael Zimmermann Santana (154.238/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Meiryelle Afonso Queiroz (37172/OAB-DF), representando GDK S.A. em Recuperação Judicial.
- 1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1812/2024 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 81/2023, realizado pela Procuradoria-Geral do Estado do Amapá, por meio da Central de Licitações e Contratos, cujo objeto é a “contratação de empresa especializada na prestação de serviços de processamento de roupas hospitalares e esterilização de roupa cirúrgica, com locação de enxoval, controle e gestão de enxoval hospitalar”, sendo o órgão demandante da contratação a Secretaria de Estado da Saúde do Amapá (Sesa/AP),

Considerando os pareceres uniformes exarados nos autos pela unidade técnica, às peças 194 e 195;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, no que se refere aos autos abaixo relacionados, com base nos arts. 143, inciso IV, 157, § 4º, e 279 do Regimento Interno do TCU, em tratar as peças 55 a 176 e 179 a 183 como mera petição, em razão do não cabimento de recurso, recebendo-as como elementos complementares de defesa, sem prejuízo das devidas citações e audiências, retornando-se os autos à unidade de origem, de acordo com os pareceres uniformes juntados aos autos:

1. Processo TC-019.636/2023-7 (REPRESENTAÇÃO)

- 1.1. Responsáveis: Caio Cesar Farias Alves (098.045.964-82); Limpex Servicos Ambientais Ltda (07.293.803/0001-20); Silvana Vedovelli (094.600.788-85).
- 1.2. Recorrentes: Limpex Servicos Ambientais Ltda (07.293.803/0001-20); Procuradoria Geral do Estado do Amapá (01.002.322/0001-32).
- 1.3. Interessados: Limpex Servicos Ambientais Ltda (07.293.803/0001-20); Secretaria de Saúde do Estado do Amapá (23.086.176/0001-03).
- 1.4. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Amapá; Procuradoria Geral do Estado do Amapá.
- 1.5. Relator: Ministro Benjamin Zymmler.
- 1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
- 1.7. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Benjamin Zymmler
- 1.8. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
- 1.9. Representação legal: Augusto Cesar Nogueira de Souza (55713/OAB-DF), Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41796/OAB-DF), Gustavo Valadares (18669/OAB-DF) e Jaques Fernando Reolon (22885/OAB-DF), representando Grifort Indústria e Serviço de Apoio e Assistência A Saúde Ltda; Luiz Carlos Starling Peixoto (1536-B/OAB-AP), representando Procuradoria Geral do Estado do Amapá; Constantino Augusto Tork Brahuna Junior (1051/OAB-AP), representando Limpex Servicos Ambientais Ltda; Mailton Marcelo Silva Ferreira (009206/OAB-PA), representando Silvana Vedovelli.
- 1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1813/2024 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, recurso de revisão interposto por Sérgio Barreto de Miranda contra o Acórdão 4.382/2020-TCU-2ª Câmara, mediante o qual o ora recorrente teve suas contas julgadas irregulares, com a condenação ao recolhimento do débito apurado e aplicação de multa.

Considerando que o recorrente se limita a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam seu exame em sede de recurso de reconsideração, recurso já utilizado pelo recorrente e que teve provimento negado por meio do Acórdão 1.079/2022-TCU-2ª Câmara;

considerando que entendimento diverso descaracterizaria a natureza excepcional e revisional do recurso de revisão, que se assemelha à ação rescisória no âmbito do processo civil;

considerando que, desse modo, o recurso não atende aos requisitos específicos de admissibilidade previstos no art. 35 da Lei 8.443/1992;

considerando que, segundo análise realizada pela AudRecursos (peça 159), não restou configurada a ocorrência da prescrição;

considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/92 e nos arts. 143, IV, alínea “b”, e 288, do Regimento Interno, em:

a) não conhecer do recurso de revisão interposto por Sérgio Barreto de Miranda, ante o não atendimento dos requisitos de admissibilidade;

b) encaminhar cópia desta deliberação aos recorrentes.

1. Processo TC-004.982/2017-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 016.806/2022-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 016.808/2022-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 016.804/2022-8 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Carlos Frederico de Lemos Moreira Lima (143.159.474-15); Sérgio Barreto de Miranda (101.051.824-00).

1.3. Recorrente: Sérgio Barreto de Miranda (101.051.824-00).

1.4. Unidade: Prefeitura Municipal de Panelas/PE.

1.5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.8. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

1.9. Representação legal: Isabella Cordeiro da Silva (50946/OAB-PE), representando Sérgio Barreto de Miranda; Fernanda Edmilsa de Melo (40133/OAB-PE), Orlando Moraes Neto (20826/OAB-PE) e outros, representando Carlos Frederico de Lemos Moreira Lima; Murilo Muraro Fracari (22.934/OAB-DF) e Andre Yokomizo Aceiro (175.337/OAB-SP), representando Caixa Econômica Federal.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1814/2024 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, recurso de revisão interposto por Isaac Cavalcante de Carvalho contra o Acórdão 3.690/2021-TCU-2ª Câmara, mediante o qual teve suas contas julgadas irregulares, com condenação em débito e aplicação de multa.

Considerando que o recorrente se limita a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam seu exame em sede de recurso de reconsideração, recurso já utilizado pelo recorrente e que teve provimento negado por meio do Acórdão 1.338/2022-TCU-2ª Câmara;

considerando que entendimento diverso descaracterizaria a natureza excepcional e revisional do recurso de revisão, que se assemelha à ação rescisória no âmbito do processo civil;

considerando que, desse modo, o recurso não atende aos requisitos específicos de admissibilidade previstos no art. 35 da Lei 8.443/1992;

considerando que, de acordo com análise efetuada pela unidade técnica (peça 165), não ocorreu a prescrição, à luz dos critérios estabelecidos na Resolução-TCU 344/2022;

considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/92 e nos arts. 143, IV, alínea “b”, e 288, do Regimento Interno, em:

a) não conhecer do recurso de revisão interposto por Isaac Cavalcante de Carvalho, ante o não atendimento dos requisitos de admissibilidade;

b) encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente.

1. Processo TC-006.078/2019-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: 033.136/2023-8 (Cobrança Executiva).

1.2. Responsável: Isaac Cavalcante de Carvalho (520.592.005-04).

1.3. Recorrente: Isaac Cavalcante de Carvalho (520.592.005-04).

1.4. Unidade: Prefeitura Municipal de Juazeiro/BA.

1.5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.5.1. Ministro que declarou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.8. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)

1.9. Representação legal: Voldi Silva Alves (39866/OAB-PE), Arno Jerke Junior (27681/OAB-DF) e outros, representando Isaac Cavalcante de Carvalho.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1815/2024 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia acerca de supostas deficiências no processo de licenciamento ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a construção do lote 18 da Linha de Transmissão Estreito-Cachoeira Paulista do Linhão da Usina de Belo Monte.

Considerando que não é atribuição do Tribunal intervir na competência legal específica de órgãos reguladores e licenciadores, responsáveis por avaliar a conformidade com as normas estabelecidas na legislação aplicável;

considerando que o Ibama está ciente das supostas falhas e desconformidades no procedimento de licenciamento ambiental conduzido pelo instituto, conforme demonstra a Informação Técnica nº 1/2024-NLA-TO/Ditec-TO/Supes-TO, cuja finalidade é “a organização e análise do atendimento das denúncias, demandas do MPF e MPE, cuja referência é a condução da Licença de Operação (LO) Nº 1634/2021, da Linha de Transmissão 500kV SE Estreito - SE Cachoeira Paulista, vinculada ao Processo 02001.110465/2017-40” (peça 10, p. 1);

considerando que esse documento relata a criação de oito processos administrativos para tratar das petições apresentadas em relação ao empreendimento e, ao mesmo tempo, descreve as ações do Ibama para analisar e responder ao teor das denúncias e pedidos de informação, o que inclui vistorias e solicitação de esclarecimentos ao empreendedor, estando “em andamento a apuração pertinente dos fatos pela fiscalização do IBAMA, cujos prazos legais de atuação são a base de tempo para respostas definitivas aos processos e demandas listadas nos itens 2, 3 e 4 deste documento” (peça 10, p. 12);

considerando que, até o momento, o Ibama está atuando dentro de suas atribuições para apurar as ocorrências no âmbito do procedimento de licenciamento ambiental em tela;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 235, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, nos arts. 103, § 1º, e 105, da Resolução TCU 259/2014, bem como no parecer da unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) não conhecer da denúncia, por não atender aos requisitos de admissibilidade;

b) levantar o sigilo do presente processo, exceto em relação às peças que contenham identificação pessoal do denunciante;

c) comunicar esta decisão ao denunciante;

d) arquivar os autos.

1. Processo TC-010.428/2024-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1816/2024 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia sobre possíveis irregularidades ocorridas na Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), entidade criada como Serviço Social Autônomo a partir da Lei 11.080/2004 e regulamentada pelo Decreto 5.352/2005, que mantém contrato de gestão com a União, supervisionado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Considerando que o denunciante alegou, em suma, ter ocorrido: i) desvio de finalidade na utilização de recursos da ABDI com a contratação de aplicativo denominado Competitiveness Decoder doado a entidade privada global, a Global Federation of Competitiveness Councils (GFCC); ii) descumprimento de cláusula contratual pela GFCC, por não mencionar que o Decoder havia sido doado pela agência brasileira; iii) celebração de aditivo pós doação do aplicativo; iv) conflito de interesse na contratação de empregado da Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV) para exercer cargo em confiança na ABDI durante a vigência do contrato para o desenvolvimento do aplicativo; v) cerceamento ao trabalho da auditoria interna; vi) “perseguição” a ex-auditor na participação em concurso para provimento do cargo de contador;

considerando que a denúncia atende aos requisitos de admissibilidade aplicáveis;

considerando que, de acordo com a unidade instrutora, os indícios de irregularidades não se confirmaram, uma vez que: i) o denunciante não apontou quais seriam as incongruências da relação institucional entre as duas entidades e possíveis impedimentos dispostos na Lei 11.080/2004, no Decreto 5.352/2005 ou no contrato de gestão vigente à época dos fatos que tornariam irregulares a participação da ABDI em organização internacional e o dispêndio de recursos em ação colaborativa; ii) se houve de fato tal falha, em algum momento foi sanada, uma vez que atualmente consta, no portal da GFCC, que a ferramenta foi “desenvolvida pelo GFCC e seus membros, com apoio inicial da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)” [<https://www.thegfcc.org/competitiveness-decoder>]; iii) o denunciante não juntou cópia dos contratos com a FCAV e GFCC, nem pareceres técnicos e jurídicos que embasaram tanto a elaboração e doação do aplicativo, quanto o aditivo em tela, documentos que seriam fundamentais para elucidar a questão. Contudo, como se trata de fato ocorrido praticamente há dez anos, não cabe, ainda mais considerando a baixa materialidade do aditivo questionado, rediscutir a matéria e, bem menos, reabrir as contas da entidade como sugere o denunciante; iv) o denunciante não traz qualquer elemento relacionado a eventuais benefícios que teriam sido concedidos à FCAV durante a vigência do contrato em função da contratação pela ABDI de gestores advindos da entidade contratada, nem há indícios de risco e materialidade para o aprofundamento da análise pelo TCU; v) não foram apresentados elementos concretos que evidenciassem haver nexo de causalidade entre os pareceres desfavoráveis do auditor ao contrato do Decoder, emitidos em 2017 e 2019, e sua demissão em 2022; vi) foram cancelados outros concursos e não há indícios de irregularidades no processo seletivo em questão.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso VI, e 234 a 236 do Regimento Interno do TCU, no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, bem como no parecer da unidade técnica, em:

a) conhecer da denúncia;

b) considerar a denúncia de baixo risco, materialidade e relevância, nos termos do art. 106 da Resolução TCU 259/2014, encaminhando cópia da instrução de peça 11 à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial para a adoção das providências internas de sua alçada, caso sejam necessárias;

c) levantar o sigilo que recai sobre estes autos, com exceção das peças que contiverem informações pessoais que permitam a identificação do denunciante;

d) comunicar esta decisão ao denunciante e à unidade jurisdicionada;

e) arquivar os autos.

1. Processo TC-016.525/2024-8 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Unidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1817/2024 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto por Vinicius Soares Souza, peça 158, contra o Acórdão 4934/2023-TCU-1ª Câmara, relator Ministro Jorge Oliveira, por meio do qual o Tribunal, dentre outras deliberações, julgou irregulares as contas do recorrente e condenou-o ao pagamento do débito apurado nos autos, naquilo que toca à sua responsabilidade, em sede de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Universidade Federal de Rondônia em razão da omissão no dever de prestar contas de convênio firmado com a Fundação Rio Madeira a fim de implantar curso de Licenciatura em Artes Visuais;

Considerando os pareceres uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (peças 167-169), corroborados pelo parecer ofertado pelo Ministério Público de Contas (peça 171);

Considerando que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando que os documentos apresentados à peça 158 (p. 14-391) não possuem o condão de produzir eficácia sobre a irregularidade que ocasionou a condenação imposta pelo Tribunal, por versarem sobre casos examinados pela Corte em outros processos;

Considerando que, atinente à argumentação de prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa decorrente do lapso temporal excessivo entre os fatos e a instauração da TCE, assente-se que a alegação resta desacompanhada de elementos de prova da dificuldade enfrentada; e

Considerando não ter ocorrido a prescrição das pretensões de ressarcimento e punitiva do Tribunal à luz da Resolução TCU 344/2022,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, IV, “b”, do Regimento Interno, em:

a) não conhecer do recurso de revisão por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade previstos nos arts. 35 da Lei 8.443/92 e 288 do RI/TCU; e

b) informar ao recorrente a prolação do presente Acórdão.

1. Processo TC-000.663/2022-0 (RECURSO DE REVISÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Edson Izidio Guimarães (612.686.312-72); Fundação Rio Madeira (00.619.461/0001-47); Maria das Graças Silva Nascimento Silva (113.230.942-53); Oscar Martins Silveira (550.009.320-72); Vinicius Soares Souza (627.721.552-34); Waldemarina Vieira de Melo (009.256.832-72).

1.2. Recorrente: Vinicius Soares Souza (627.721.552-34).

1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira

1.7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.8. Representação legal: Morel Marcondes Santos (3832/OAB-RO) e Bruna Celi Lima Pontes (6904/OAB-RO), representando Waldemarina Vieira de Melo.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1818/2024 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto por José Maria da Silva Maia, peça 76, contra o Acórdão 14.585/2019-TCU-1ª Câmara, relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o ao pagamento do débito apurado nos autos e aplicou-lhe multa em sede de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Defesa em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio 490/PCN/2013, celebrado com o Município de Borba (AM), o qual teve por objeto a construção de centro de conveniência do idoso;

Considerando os pareceres uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (peças 77-79), corroborados pelo parecer ofertado pelo Ministério Público de Contas (peça 82);

Considerando que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando que, quanto à alegada insuficiência de documentos, o recorrente somente faz referência ao inciso II do art. 35 da Lei 8.443/1992, sem apresentar provas concretas relativas à sobredita ausência de evidências suficientes para a fundamentação do Acórdão recorrido, intentando rediscutir o mérito do processo, o que é vedado em sede recurso de revisão;

Considerando que, atinente à argumentação de prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa, assente-se que inexistente o prejuízo alegado “em razão da ausência de oportunidade de defesa na fase interna de tomada de contas especial, pois nessa etapa, em que se coletam evidências para fins de apuração dos fatos e das responsabilidades, não há uma relação processual constituída. A garantia ao direito de defesa ocorre na fase externa, com o chamamento do responsável aos autos, a partir da sua citação válida” (Acórdão 3.148/2023 - TCU - 2ª Câmara);

Considerando que o recorrente se manifestou nos autos após devida citação em 1/7/2019 (peças 10 e 14);

Considerando, portanto, que o Tribunal já examinou as evidências carreadas ao processo, emitindo juízo sobre o mérito das contas; e

Considerando não ter ocorrido a prescrição das pretensões de ressarcimento e punitiva do Tribunal à luz da Resolução TCU 344/2022,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, IV, “b”, do Regimento Interno, em:

a) não conhecer do recurso de revisão por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade previstos nos arts. 35 da Lei 8.443/92 e 288 do RI/TCU; e

b) informar ao recorrente a prolação do presente Acórdão.

1. Processo TC-034.384/2018-9 (RECURSO DE REVISÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 020.213/2022-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsável: José Maria da Silva Maia (075.882.672-91).

1.3. Recorrente: José Maria da Silva Maia (075.882.672-91).

1.4. Órgão/Entidade: Município de Borba (AM).

1.5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.8. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.9. Representação legal: Eurismar Matos da Silva (9221/OAB-AM) e Antônio das Chagas Ferreira Batista (4.177/OAB-AM), representando Jose Maria da Silva Maia.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1819/2024 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia formulada em desfavor da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), promovida por participante de Plano Previdenciário, relativa ao cerceamento de informações solicitadas por membro do Conselho Deliberativo sobre a carteira de investimentos ilíquidos da Petros;

Considerando que a peça inicial não indica com precisão qual seria a irregularidade causadora de suposto dano ao erário a atrair a competência do Tribunal para processar a denúncia;

Considerando que o suposto cerceamento de informações solicitadas por membro do Conselho Deliberativo não implica a atuação do Tribunal, tendo os fatos, inclusive, já sido comunicados ao Conselho Deliberativo da Petros, à Controladoria-Geral da União e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros às peças 8-10,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer da denúncia, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 53 da Lei 8.443/1992; c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 234 e 235, todos do Regimento Interno, bem como no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) informar a prolação do presente Acórdão à denunciante; e

c) arquivar os autos, nos termos do art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-015.820/2024-6 (DENÚNCIA)

1.1. Apensos: 017.933/2024-2 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.4. Órgão/Entidade: Fundação Petrobras de Seguridade Social Petros.

1.5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos).

1.8. Representação legal: Rafael Zimmermann Santana (154238/OAB-RJ), André de Almeida Barreto Tostes (20596/OAB-DF) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1820/2024 - TCU - Plenário

Trata-se de tomada de contas especial instaurada por determinação contida no subitem 9.5 do Acórdão 1.348/2017-TCU-Plenário, que determinou a quantificação do débito e a identificação dos responsáveis por eventual prejuízo oriundo do Contrato GAC.T/CT-4500160692, firmado entre a Eletrobrás Termonuclear S.A. e a empresa Engevix Engenharia e Projetos S.A., atualmente Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A., para elaboração do projeto executivo do pacote civil 2 da Usina Nuclear Angra 3.

Considerando que após a realização de diligências e inspeções, por racionalidade processual as apurações de responsabilidades foram encaminhadas para processos apartados, permanecendo em apuração nestes autos apenas a quantificação do suposto dano e a multa proporcional ao débito (art. 57 da Lei 8.443/92);

considerando que o tratamento a ser dado aos casos que discutem danos oriundos de “lucros ilegítimos”, a serem imputados à contratada, calculados com amparo na teoria do Produto Bruto Mitigado (PBM), foi objeto de ampla discussão no TC 016.588/2019-3, o qual foi julgado por meio do Acórdão 1.842/2022-TCU-Plenário (Ministro Antonio Anastasia);

considerando que o aludido acórdão decidiu, em suma, que o pagamento de lucros ilegítimos não é, a rigor, um dano ao erário, mas que é cabível, do ponto de vista civil e administrativo, a restituição de lucros ilegítimos, a fim de que se possa restaurar a situação vigente anteriormente à prática do ilícito;

considerando que a Eletrobrás Termonuclear S.A. informou ter promovido medidas judiciais com vistas a obter a restituição integral do lucro pago em razão do Contrato GAC.T/CT-4500160692, encontrando-se em curso na 44ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro o processo nº 0187122-90.2019.8.19.0001;

considerando que restou investigado nestes autos apenas o pagamento de lucros ilegítimos, e que as medidas cabíveis já estão em andamento pela unidade jurisdicionada, conclui-se que a presente tomada de contas especial perde objeto, em face da inexistência de débito;

considerando que, em pareceres uniformes, a Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) e o Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU) propõem o arquivamento dos autos, sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, 143, I, “a”, 201, § 3º, e 212, do Regimento Interno/TCU, em arquivar esta tomada de contas especial, sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

1. Processo TC-024.882/2017-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Engevix Engenharia e Projetos S/A (00.103.582/0001-31).

1.2. Órgão/Entidade: Eletronuclear S.A.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Eduardo Souza Grivot de Grand Court, Andre Ribeiro Mignani e outros, representando Eletronuclear S.A.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1821/2024 - TCU - Plenário

Trata-se de recurso de revisão em face do Acórdão 2.267/2023-TCU-2ª Câmara - (Peça 124), interposto por André Araujo Martins dos Santos (peças 181 e 182).

Considerando que o recurso de revisão, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III, da Lei 8.443/1992, deve ser fundado em erro de cálculo; falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; ou na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

considerando que os recorrentes não apresentaram documentos novos (art. 35, incisos II e III da Lei 8.443/1992);

considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, espécie recursal prevista no art. 33 da Lei 8.443/199, e que entendimento diverso iria descaracterizar a natureza excepcional e revisional do recurso de revisão, que se assemelha à ação rescisória no âmbito do processo civil;

considerando que os recorrentes se limitaram a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU no sentido de não conhecimento do presente recurso;

os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do recurso por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade, dar ciência ao recorrente do teor deste acórdão, bem como do exame de admissibilidade de peça 183.

1. Processo TC-035.949/2020-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: André Araujo Martins dos Santos (004.627.505-31); Jorge Otávio da Silva Brandão (354.058.215-00).

1.2. Recorrente: André Araujo Martins dos Santos (004.627.505-31).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Retirolândia - BA.

1.4. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4.1. Ministro que declarou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.8. Representação legal: Akilles Dawide da Silva Moreira, representando Prefeitura Municipal de Retirolândia - BA.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1822/2024 - TCU - Plenário

Tratam os presentes autos de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Município de Conceição do Mato Dentro/MG, relacionadas à gestão de recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º e 105 da Resolução - TCU 259/2014, em não conhecer a denúncia por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinente; remeter cópia desta deliberação e da instrução (peça 7) ao denunciante; remeter cópia destes autos ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG); e arquivar o processo.

1. Processo TC-016.293/2024-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro/MG.

1.4. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1823/2024 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, relacionadas a pagamentos indevidos a empregados: adicional de embarque e desembarque, diárias nacionais e internacionais e despesas de traslado.

Considerando que o presidente do CFT, Wilson Wanderlei Vieira, foi chamado em audiência para apresentar razões de justificativa pelo pagamento de adicional de embarque e desembarque para cobrir deslocamentos urbanos diferentes daquelas situações previstas no art. 8º do Decreto 5992/2006, implicando, assim, bis in idem com o pagamento de diárias, destinadas também a fazer frente às demais despesas de deslocamentos urbanos (peça 76);

considerando que a análise realizada pela Secretaria de Controle Externo de Governança, Inovação e Transformação Digital do Estado (AudGovernança) concluiu que:

i) o gestor cumpriu normativos internos, como determinado pelo inciso I do art. 111 do regimento interno do CFT;

ii) a entidade demonstrou ter sido o pagamento do adicional de embarque e desembarque reduzido a valores razoáveis;

considerando o entendimento deste Tribunal no sentido de que o Decreto 5.992/2006, o qual dispõe sobre concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, estabelece parâmetros, e não limites máximos, cabendo a expedição de ciência ao CFT para que tal irregularidade não se repita;

considerando que o pagamento de diárias em valores exorbitantes será objeto de análise no TC 019.832/2022-2, pelo qual se monitorará o cumprimento das determinações expedidas aos conselhos federais de fiscalização profissional no subitem 9.4 do Acórdão 1.925/2019 - Plenário;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 234, 235, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, em:

a) conhecer da denúncia e, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais sobre as seguintes situações para que não mais se repitam:

b.1) realização de número expressivo de reuniões presenciais - o que implicou o pagamento excessivo de indenizações -, ao invés de predominantemente a distância, por videoconferência;

b.2) pagamento de adicional de embarque e desembarque (ou despesa de traslado) para fazer frente a despesas com deslocamentos diferentes daqueles previstos no art. 8º do Decreto 5.992/2006;

c) informar o conteúdo desta deliberação ao denunciante e ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais;

d) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante; e

e) arquivar o processo.

1. Processo TC-037.640/2021-6 (DENÚNCIA)

1.1. Apenso: TC 013.280/2022-8 (DENÚNCIA)

1.2. Unidade: Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernança).

1.6. Representação legal: Antonio Carlos Alves Diniz (OAB/DF 12674) e Augusto Cesar de Oliveira Sampaio (OAB/GO 12674), representando Wilson Wanderlei Vieira; Ronidei Guimaraes Botelho (OAB/RJ 083066).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1824/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 040.980/2018-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Victor Pinheiro de Sousa Nilo Dantas (033.232.795-73)

4. Órgão: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (extinto)

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)

8. Representação legal: Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto contra o Acórdão 1.798/2020-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de revisão, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.2. quanto ao mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterados os termos da deliberação recorrida; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1824-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1825/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.408/2019-0.

1.1. Apenso: TC 015.453/2020-0; TC 012.249/2019-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Denúncia).

3. Recorrente: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

4. Unidades Jurisdicionadas: Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Ministério de Portos e Aeroportos.

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Pedro Gomes Miranda e Moreira (275.216/OAB-SP), entre outros, representando a Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público (Abratec); Fabiano Augusto Martins Silveira (31.440/OAB-DF), representando a Marimex Despachos Transportes e Serviços Ltda.; Daniel Gustavo Santos Roque (31.195/OAB-SP), entre outros, representando a Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Renata de Almeida Faria (306.943/OAB-SP), entre outros, representando a Associação dos Usuários dos Portos do Rio de Janeiro (Usuport-RJ); Maria Carolina Feitosa de Albuquerque Tarelho (42.139/OAB-DF), representando a Associação de Terminais Portuários Privados; Eduardo Rodrigues Lopes (29.283/OAB-DF), entre outros, representando a Associação de Usuários dos Portos da Bahia.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido estes autos de denúncia em que, nesta fase processual, é apreciado pedido de reexame contra o Acórdão 1.448/2022-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1825-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1826/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.848/2024-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Acompanhamento.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Unidades Jurisdicionadas: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; Casa Civil da Presidência da República; Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul (SERS).

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento das medidas e dos recursos aplicados para as ações da defesa civil no estado do Rio Grande do Sul em decorrência dos eventos climáticos extremos ocorridos em 2024, autuado no âmbito da força-tarefa denominada “Recupera Rio Grande do Sul”,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fulcro no disposto no inciso III do § 5º do art. 17 da Resolução-TCU 308/2019, em:

9.1. autorizar a realização da fiscalização proposta, que contempla as questões de auditoria transcritas a seguir, ficando autorizada a modificação da ação de controle de Acompanhamento (Acom) para Relatório de Acompanhamento (Racom), na Casa Civil e na Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul (SERS), unidades da Presidência da República:

9.1.1. Como está ocorrendo a articulação entre os órgãos e as entidades para a execução das ações de gerenciamento do desastre no Rio Grande do Sul, no âmbito do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, e no âmbito dessas ações como podem ser avaliadas as práticas de liderança, estratégia e controle do Governo Federal e a observância às regras de governança nos termos do Decreto nº 9.203/2017?

9.1.2. Qual a sistemática adotada pelo Governo Federal para apoio financeiro aos entes afetados nas ações de socorro, assistência, restabelecimento e reconstrução, no que se refere à defesa civil?

9.1.2.1. Qual o montante financeiro repassado para cada ente e qual a finalidade dessas transferências?

9.1.2.2. Essas transferências ocorreram de forma célere?

9.1.2.3. o apoio financeiro da União está obedecendo a critérios técnicos objetivos e devidamente justificados para seleção dos investimentos e municípios mais prioritários?

9.1.3. Os recursos destinados à defesa civil pelo Governo Federal para ações de socorro e assistência, restabelecimento e reconstrução converteram-se em benefício à população local? e

9.2. ratificar a deliberação adotada pelo Ministro-Presidente na Comunicação ao Plenário de 8/5/2024 no sentido da designação do Ministro Augusto Nardes como Relator da ação de controle, de acordo com os critérios de prevenção estabelecidos no art. 17 da Resolução-TCU nº 346/2022, preservada a competência dos Ministros Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus, respectivamente relatores dos processos TC-008.817/2024-3, que analisa as obras de infraestrutura, e TC-008.813/2024-5, que avalia a conformidade das medidas adotadas pelo Governo Federal às normas de finanças públicas e seus impactos fiscais.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1826-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1827/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.745/2015-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III (Relatório de Acompanhamento)

3. Responsáveis: Ana Patrícia Gonçalves Lira Ribeiro (599.524.582-15); Carlos Fernando do Nascimento (070.696.027-07); Cristiano Della Giustina (979.329.220-20); Jorge Luiz Macedo Bastos (408.486.207-04); Natália Marcassa de Souza (290.513.838-60); Viviane Esse (206.461.918-61).

4. Unidade Jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (AudRodoviaAviação).

8. Representação legal: Paulo Sergio Bezerra dos Santos, entre outros, representando a Agência Nacional de Transportes Terrestres; Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF), entre outros, representando a Concessionária de Rodovia Sul - Matogrossense S/A; Thauana Vieira Firmino (169582 /OAB-MG), entre outros, representando a Concessionária Br-040 S/A; Isadora França Neves (54.478/OAB-DF), entre outros, representando Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S/A; Patrícia Guercio Teixeira Delage (90.459/OAB-MG), entre outros, representando a Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S/A; Daniel Vieira Bogéa Soares (34.311/OAB-DF), entre outros, representando a Concessionária Rota do Oeste S/A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento dos procedimentos adotados pela ANTT quando da autorização para o início da cobrança da tarifa de pedágio nos contratos relativos à Fase III da 3ª Etapa das concessões de rodovias federais (Procrofe) - especificamente os relativos às rodovias BR-050/GO/MG (ECO050), BR-060/153/262/DF/GO/MG (Concebra), BR-163/MS (MSVia), BR-163/MT (CRO) e BR-040/DF/GO/MG (Via040);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar os argumentos de Cristiano Della Giustina e Viviane Esse, deixando de lhe aplicar a multa prevista no art. 58, II e III, da Lei 8.443/1992;

9.2. acolher as razões de justificativa de Ana Patrícia Gonçalves Lira Ribeiro, Carlos Fernando do Nascimento, Jorge Luiz Macedo Bastos e Natália Marcassa de Souza;

9.3. dar ciência à Agência Nacional de Transportes Terrestres acerca da impropriedade observada na Resolução-ANTT 4.787/2015, que continha autorização para o início da cobrança de pedágio da rodovia BR-040/DF/GO/MG (Concessionária Via040), mesmo não estando à época concluídos os Trabalhos Iniciais, o que contraria as cláusulas 18.1.1 e 18.1.2 do contrato de concessão, pois a resolução tratando do tema só poderia ser expedida após a conclusão dos Trabalhos Iniciais; e

9.4. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, III, do RITCU.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1827-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1828/2024 - TCU - Plenário

1. Processo TC 002.432/2024-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Revisor: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernança).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União para que esta Corte acompanhe a disputa entre os grupos empresariais J&F e Paper Excellence pelo controle da empresa Eldorado Celulose;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer da representação, em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade constantes do art. 235 do Regimento Interno;

9.2. dar conhecimento desta deliberação ao representante.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1828-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Revisor).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1829/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.431/2018-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recursos de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Centro de Controle Interno do Exército.

3.2. Responsáveis: Anderson Paraizo Campos (452.379.485-53); Construtora Queiroz Garcia Eireli (02.895.841/0001-30); Gilson de Souza Nunes Ribeiro (769.511.977-68); Jcs Comercio e Exportacao de Condecorações Ltda. (26.448.696/0001-07); Jose Ricardo Kummel (227.175.369-49); Rocha Bressan Engenharia Industria e Comercio Ltda (26.415.117/0001-20); Rubem Vaz Nogueira (844.001.457-00).

3.3. Recorrentes: Construtora Queiroz Garcia Eireli (02.895.841/0001-30); Gilson de Souza Nunes Ribeiro (769.511.977-68); Rocha Bressan Engenharia Industria e Comercio Ltda (26.415.117/0001-20); Jose Ricardo Kummel (227.175.369-49).

4. Órgão: Centro Integrado de Telemática do Exército.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. 1º Revisor: Ministro Jorge Oliveira

5.2. 2º Revisor: Ministro Aroldo Cedraz

5.2. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernanca).

8. Representação legal: Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (34.406/OAB-DF), Henrique Araújo Costa (21.989/OAB-DF), Leticia de Almeida Rodrigues (36.029/OAB-DF), Augusta Cristina Affiune de Albuquerque (10.789/OAB-DF), Juscelio Garcia de Oliveira (23.788/OAB-DF), Geison Silvestre Meira (52.505/OAB-DF), Kênia Ribeiro Ferreira (56.211/OAB-DF), Guilherme Navarro e Melo (15.640/OAB-DF), Eduardo Rodrigues Lopes (29.283/OAB-DF), Augusto Cesar Nogueira de Souza (55.713/OAB-DF).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Construtora Queiroz Garcia Eireli, Gilson de Souza Nunes Ribeiro, José Ricardo Kummel e por Rocha Bressan Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., contra o Acórdão 2.140/2021-Plenário, relatado pelo E. Ministro Jorge Oliveira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões do Relator, e diante do voto de desempate proferido pelo Presidente do Tribunal, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, negar-lhes provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1829-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (2º Revisor), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (1º Revisor), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro que proferiu o voto de desempate: Bruno Dantas (Presidente).

13.3. Ministros com voto vencido: Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (2º Revisor), Jorge Oliveira (1º Revisor) e Jhonatan de Jesus.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1830/2024 - TCU - Plenário

1. Processo TC 023.520/2018-3.

1.1. Apensos: 008.537/2022-4; 026.856/2020-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia.

3. Responsáveis: Jamal Jorge Bittar (CPF: 194.413.711-49), Maria Gricélia Pinheiro de Melo (CPF: 450.616.294-34), Marco Antonio Areias Secco (CPF: 530.158.949-00), Albano Esteves de Abreu (CPF: 352.059.621-00).

4. Entidades: Departamento Regional do Senai no Distrito Federal; Departamento Regional do Sesi no Distrito Federal.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental).

8. Representação legal: Rafael Alencastro Moll (OAB/DF 38.887), Thadeu Gimenez de Alencastro (OAB/DF 31.021), Lucy Marangon Barbosa (OAB/DF 35.328), Maria Gabriela Cardoso Alves (OAB/DF 15.260) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas nas entidades que compõem o Sistema Fibra - Departamento Regional do Sesi no Distrito Federal (Sesi/DF), Departamento Regional do Senai no Distrito Federal (Senai/DF), Instituto Euvaldo Lodi no Distrito Federal (IEL/DF) e Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar à Segecex a instauração de tomada de contas especial, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 252 do RI/TCU e art. 41 da Resolução 259/2014, para promover a citação solidária dos responsáveis pelo dano decorrente de ausência de comprovação de execução dos serviços contratados pelo Senai/DF junto ao IEL, por meio de contrato firmado em 18/12/2015 (Processo Senai/DF 10.506/2015, peça 120, p. 378-382), bem como para realizar a audiência dos responsáveis por irregularidades identificadas na contratação daquele ajuste;

9.3. determinar à Segecex a instauração de tomada de contas especial, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 252 do RI/TCU e art. 41 da Resolução 259/2014, para promover a citação solidária dos responsáveis pelo dano decorrente de ausência de comprovação de execução dos serviços contratados pelo Sesi/DF junto ao IEL/DF, por meio de contratos firmados em 4/12/2017 (Processo Sesi/DF 14.919/2017, peça 110, p. 224-228); 5/12/2017 (Processo Sesi/DF 14.950/2017, peça 121, p. 1.290-1.293) e 12/12/2017 (Processo Sesi/DF 15.079/2017, peça 121, p. 1.524-1.527), bem como para realizar a audiência dos responsáveis por irregularidades identificadas na contratação daqueles ajustes;

9.4. determinar à Segecex a instauração de tomada de contas especial, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 252 do RI/TCU e art. 41 da Resolução 259/2014, para promover a citação solidária dos responsáveis pelo dano decorrente de ausência de comprovação de execução dos serviços de gestão documental contratados pelo Sesi/DF junto ao IEL/DF, por meio de contratos firmados em 27/5/2013 (Processo Sesi/DF 5.863/2013, peça 112, p. 538-540) e 12/12/2017 (Processo Sesi/DF 15.035/2017, peça 121, p. 1.470-1.472), incluindo-se no rol de responsáveis a então superintendente do Senai/DF, Sra. Maria Gricélia Pinheiro de Melo, consoante motivação registrada no Voto, bem como para realizar a audiência dos responsáveis por irregularidades identificadas na contratação daqueles ajustes;

9.5. determinar à Segecex a instauração de tomada de contas especial, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 252 do RI/TCU e art. 41 da Resolução 259/2014, para promover a citação solidária dos responsáveis pelo dano decorrente de ausência de comprovação de execução dos serviços de gestão documental contratados pelo Senai/DF junto ao IEL/DF, por meio de contrato firmado em 13/7/2015 e prorrogado em 2/6/2016 (Processo Senai/DF 3.670/2015, peça 120, p. 675-677 e p. 689-690), bem como para realizar a audiência dos responsáveis por irregularidades identificadas na contratação daquele ajuste;

9.6. determinar ao Sesi/DF, com base no art. 4º, incisos I e II, da Resolução TCU 315/2020, que:

9.6.1. regularize, no prazo de 30 (trinta) dias, a situação dos pagamentos irregulares realizados ao IEL/DF para guardar documentos em seu próprio imóvel, procedendo o cálculo dos valores pagos indevidamente e a suspensão de novos pagamentos irregulares;

9.6.2. calcule, no prazo de 30 (trinta) dias, junto ao IEL/DF o valor do prejuízo causado pelo Instituto à entidade em razão da ausência de execução integral dos planos de ação de 2018 até a data atual, caracterizando desvio de finalidade praticado pelo Instituto ao não aplicar os recursos repassados pela entidade nas atividades previstas no plano de ação e correlacionadas com a missão institucional do Sesi/DF, o que afronta a Resolução-Sesi 02/2009, bem como o Acórdão 155/2013-TCU-Plenário, e adote providências com vista ao ressarcimento dos recursos irregularmente represados pelo IEL/DF;

9.6.3. apure, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor do prejuízo causado pela não aplicação de atualização monetária referente aos valores adiantados à Fibra a título de compulsório, no período compreendido entre 1º/1/2015 e 22/4/2019, encaminhando ao Tribunal, no prazo fixado, as planilhas e memórias de cálculo, bem como informando as medidas implementadas para a recuperação desses valores junto à Fibra;

9.7. determinar ao Senai/DF, com base no art. 4º, incisos I e II, da Resolução TCU 315/2020, que:

9.7.1. regularize, no prazo de 30 (trinta) dias, junto ao Sesi/DF e ao IEL/DF a situação dos pagamentos irregulares que foram e estão sendo realizados ao IEL/DF para guardar documentos em imóvel do Sesi/DF, procedendo o cálculo dos valores pagos indevidamente e a suspensão de novos pagamentos irregulares;

9.7.2. calcule, no prazo de 30 (trinta) dias, junto ao IEL/DF o valor do prejuízo causado pelo Instituto à entidade em razão da ausência de execução integral dos planos de ação de 2018 até a data atual, caracterizando desvio de finalidade praticado pelo Instituto ao não aplicar os recursos repassados pela entidade nas atividades previstas no plano de ação e correlacionadas com a missão institucional do Senai/DF, o que afronta a Resolução-Senai 375/2009, bem como o Acórdão 155/2013-TCU-Plenário, e adote as providências com vista ao ressarcimento dos recursos irregularmente represados pelo IEL/DF;

9.8. realizar audiência dos responsáveis Jamal Jorge Bittar (CPF: 194.413.711-49), Diretor Regional do Sesi/DF de outubro de 2014 até a data atual, Maria Gricélia Pinheiro de Melo (CPF: 450.616.294-34), Superintendente do Sesi/DF de 26/4/2018 a 1º/12/2020, e Marco Antonio Areias Secco (CPF: 530.158.949-00), Superintendente do Sesi/DF de 2/12/2020 até o presente momento, para que justifiquem a ausência de atualização monetária da dívida de que trata o achado I.4 do Relatório, bem como a utilização do indexador poupança para a correção da dívida que não é usualmente adotado para remunerar operações de crédito, bem como o fato de os prazos de carência e de pagamentos dos recursos adiantados terem sido extremamente dilatados, afrontando inclusive os prazos estabelecidos na transferência de recursos no âmbito das unidades do Sistema Indústria normatizados nas Resoluções 1/2012, do Sesi, e 524/2012, do Senai;

9.9. realizar audiência dos responsáveis Sr. Jamal Jorge Bittar (CPF: 194.413.711-49), Diretor Regional do Sesi/DF de outubro de 2014 até a data atual, e Sr. Albano Esteves de Abreu (CPF: 352.059.621-00), Superintendente de 13/3/2013 a 2/4/2018, para que justifiquem: (i) a contratação de empréstimo junto ao Sicoob, com cláusula de alienação fiduciária de imóvel, sem submeter a operação à autorização do Conselho Nacional do Sesi, como preconizado no art. 24, alínea “n”, do Regulamento do Sesi; e (ii) a ausência de comprovação da pesquisa e busca pela utilização das taxas mais vantajosas para a entidade na contratação da operação de crédito, sem a observância dos princípios da impessoalidade e da economicidade, estabelecidos nos arts. 37, caput, e 70, caput, da Constituição Federal de 1988;

9.10. realizar audiência dos responsáveis Jamal Jorge Bittar, Diretor Regional do Sesi/DF, e Marco Antonio Areias Secco, Superintendente do Sesi/DF e Diretor Regional do Senai/DF, para que justifiquem:

9.10.1. o não encaminhamento dos documentos contábeis e financeiros do IEL/DF durante a inspeção realizada neste processo, considerando que o Instituto não logrou apresentar documentação contábil e financeira que demonstre a segregação de suas fontes de receita, de forma a afastar a competência do controle externo para fiscalizá-la, conforme precedente consubstanciado no Acórdão 2.620/2022-TCU-Plenário, Relator Ministro Marcos Bemquerer Costa;

9.10.2. o motivo de o Senai/DF e o Sesi/DF não terem impedido os pagamentos irregulares de aluguel, condomínio e aquisição de móveis de imóvel de uso pessoal do Sr. Jamal Jorge Bittar, em afronta ao artigo 8º do estatuto do IEL/DF;

9.11. determinar à Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico que promova a formação de apartado, nos termos do art. 43 da Resolução-TCU 259/2014, para:

9.11.1. acompanhar as providências adotadas em face do item 9.6 desta decisão;

9.11.2. promover diligências e outras medidas saneadoras necessárias para avaliar a vigência e execução financeira dos contratos objeto do item 9.6, identificando, inclusive, se foram firmados novos contratos em substituição ou em continuidade aos contratos fiscalizados;

9.11.3. manifestar-se, desde logo, quanto à necessidade de adoção das medidas dispostas no art. 276 do Regimento Interno do TCU;

9.12. determinar a formação de apartado, nos termos do art. 43 da Resolução-TCU 259/2014, para:

9.12.1. acompanhar as providências adotadas em face do item 9.7 desta decisão;

9.12.2. promover diligências e outras medidas saneadoras necessárias para avaliar a vigência e execução financeira dos contratos objeto do item 9.7, identificando, inclusive, se foram firmados novos contratos em substituição ou em continuidade aos contratos fiscalizados;

9.12.3. manifestar-se, desde logo, quanto à necessidade de adoção das medidas dispostas no art. 276 do Regimento Interno do TCU;

9.13. excluir o Sindicato dos Empregados em Entidades de Assistência Social e Formação Profissional do Distrito Federal como parte interessada no presente processo, nos termos dos arts. 144 a 146 do Regimento Interno do TCU;

9.14. notificar o Sesi/DF, Senai/DF, IEL/DF, a Fibra/DF, o denunciante e demais responsáveis acerca do teor desta decisão;

9.15. restituir os autos à unidade técnica para prosseguimento do feito.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1830-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1831/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.149/2022-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Bella Drugstore Ltda. (64.221.534/0001-20); Braitiner Everton Rezende (063.778.196-17); Lais Lima Silva Rezende (090.019.236-40).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em virtude da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa da empresa Bella Drugstore Ltda., do Sr. Braitiner Everton Rezende e da Sra. Lais Lima Silva Rezende;

9.2. julgar irregulares as contas da empresa Bella Drugstore Ltda., do Sr. Braitiner Everton Rezende e da Sra. Lais Lima Silva Rezende, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas ao Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 1º, inciso I, 209, inciso II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno:

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DE OCORRÊNCIA
18.939,80	09/03/2016
1.200,42	09/03/2016
51,28	09/03/2016
125,70	09/03/2016
15.155,70	01/04/2016
77,06	01/04/2016
884,52	01/04/2016
190,80	01/04/2016
16.596,05	29/04/2016
85,80	29/04/2016
884,52	03/05/2016
33,05	03/05/2016
758,16	31/05/2016
16.128,30	31/05/2016
30,90	31/05/2016
51,68	31/05/2016
27.670,25	30/06/2016
3.601,26	30/06/2016
198,00	30/06/2016
72,69	30/06/2016
7.265,70	03/08/2016
40,11	03/08/2016
37.862,25	03/08/2016
171,60	03/08/2016
9.603,36	09/09/2016
95,27	09/09/2016
296,70	09/09/2016
45.272,30	09/09/2016
11.119,68	30/09/2016
35.872,15	30/09/2016
74,94	30/09/2016
194,86	30/09/2016
9.540,18	11/11/2016

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DE OCORRÊNCIA
36.665,40	11/11/2016
229,50	11/11/2016
67,29	11/11/2016
7.707,96	29/11/2016
84,55	29/11/2016
241,50	01/12/2016
33.582,95	01/12/2016
5.433,48	28/12/2016
22.290,50	28/12/2016
379,10	28/12/2016
29,16	28/12/2016
4.169,88	20/02/2017
14.765,00	20/02/2017
34,98	20/02/2017
172,20	20/02/2017

9.3. aplicar à empresa Bella Drugstore Ltda., do Sr. Braitiner Everton Rezende e da Sra. Lais Lima Silva Rezende, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 150.000,00, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e

9.6. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1831-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1832/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.192/2024-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Município de Antônio João - MS (03.567.930/0001-10).

4. Órgão/Entidade: Município de Antônio João - MS.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

8. Representação legal: Gabriel Maciel Fontes (29921/OAB-PE).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, sobre possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 1/2024, promovido pelo Município de Antônio João, para a contratação de serviços de modernização do sistema de iluminação pública;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. referendar a medida cautelar determinada por meio do despacho à peça 23, nos termos do art. 276, § 1º, do Regimento Interno do TCU; e

9.2. dar ciência deste Acórdão aos interessados.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1832-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1833/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.647/2024-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia, com pedido de medida cautelar, acerca de possível irregularidade no pagamento do Adicional de Plantão Hospitalar (APH), após a 31ª hora de serviço, para servidores públicos federais lotados no Hospital da Universidade Federal de São Paulo (HU-HSP), os quais cumprem jornada reduzida de 30 horas semanais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. referendar a medida cautelar determinada por meio do despacho à peça 52, nos termos do art. 276, § 1º, do Regimento Interno do TCU; e

9.2. dar ciência deste Acórdão aos interessados.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1833-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1834/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 039.355/2023-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Desestatização.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Ministério de Portos e Aeroportos.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia).

8. Representação legal: Brunna Loureiro de Vasconcellos (224393/OAB-RJ), Cássio Lourenço Ribeiro (43226/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento do processo de desestatização, por meio de arrendamento portuário, da área denominada ITG02, localizada no Complexo Portuário de Itaguaí/RJ;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. informar ao Ministério de Portos e Aeroportos e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários que, dentro do escopo delimitado do presente processo, regulamentado pela IN-TCU 81/2018, não foi detectada inconsistência que obste o regular prosseguimento do processo concessório da área denominada ITG02, localizada no Complexo Portuário de Itaguaí/RJ, uma vez corrigidas as determinações abaixo;

9.2. determinar à Antaq, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, e no art. 4º, inciso II, da Resolução-TCU 315/2020, que:

9.2.1. previamente à licitação, publique em seu sítio eletrônico relativo à Audiência Pública 1/2023:

9.2.1.1. o documento com a análise das contribuições, incluindo a motivação para o indeferimento das manifestações em que constam, como justificativa, apenas a menção ao Acórdão 424-2023-ANTAQ, conforme preceitua o art. 9º da Resolução Antaq 6.455/2018;

9.2.1.2. os documentos técnicos e jurídicos revisados e submetidos à análise do TCU;

9.2.2. suprima a cláusula restritiva à ampla participação no certame, que somente pode ser inserida no edital de licitação com a prévia manifestação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), de que há comprovado risco ao ambiente concorrencial, a justificar a restrição alvitrada, facultando aos licitantes, até a homologação da licitação, o envio ao CADE, para eventual providência de sua alçada;

9.3. determinar ao Ministério de Portos e Aeroportos, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, e no art. 4º, inciso II, da Resolução-TCU 315/2020, que, previamente à licitação, atualize o estudo de demanda, passando a utilizar apenas os dados das mineradoras responsáveis pela expansão da demanda como base de cálculo para definir o percentual da produção beneficiada de minério de ferro a ser destinada à exportação e atualizar a demanda prevista para o ITG02 com base no novo percentual, de acordo com os preceitos dos incisos I e II do art. 3º da Lei 12.815/2013 e com os princípios constitucionais da eficiência e economicidade;

9.4. recomendar ao Ministério de Portos e Aeroportos, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que:

9.4.1. utilize os dados de exportações do ano de 2020 a fim de estimar o percentual da produção de minério de ferro a ser destinada à exportação;

9.4.2. obtenha estimativa atualizada sobre o custo variável com as utilidades previstas no item 4.2.2. da Seção D - Operacional, por meio de pesquisa de preços, para este e para os futuros estudos de arrendamentos; e

9.4.3. nos próximos arrendamentos de terminais de grande porte destinados à movimentação de granéis sólidos minerais, desenvolva uma metodologia para definição da estrutura tarifária baseada nos serviços portuários a serem prestados e os respectivos custos;

9.5. recomendar à Antaq, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que promova os estudos e os escrutínios públicos necessários para aplicar, nos próximos editais de licitação de arrendamentos portuários, para fins de habilitação econômico-financeira, o comando do art. 69 da Lei 14.133/2021;

9.6. indeferir o pedido da CSN Mineração S.A. para figurar como amicus curiae ou parte interessada no presente processo;

9.7. ordenar à AudPortoFerrovia que monitore as recomendações e determinações propostas, assim como a efetiva adoção das medidas com as quais se comprometeram as unidades jurisdicionadas; e

9.8. dar ciência deste Acórdão à Agência Nacional de Transportes Aquaviários e ao Ministério de Portos e Aeroportos.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1834-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1835/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.840/2016-2.

1.1. Apensos: 004.038/2011-8; 034.022/2018-0; 026.833/2016-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de contas especial

3. Responsáveis: Consorcio CII - Consorcio Ipojuca Interligações (11.387.267/0001-08); Construtora Queiroz Galvão S. A (atual Alya construtora S/A) (33.412.792/0001-60); Iesa Óleo & Gás S.A. (07.248.576/0001-11); Valdir Lima Carreiro (017.353.909-25); Ildefonso Colares Filho (016.554.933-53); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Paulo Roberto Costa (302.612.879-15); Pedro José Barusco Filho (987.145.708-15); Renato de Souza Duque (510.515.167-49); Venina Velosa da Fonseca (550.496.306-06)

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial.

8. Representação legal:

8.1. Antônio José Dias Ribeiro da Rocha Frota (OAB 345.213/SP), representando Venina Velosa da Fonseca;

8.2. Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (OAB 34.406/DF), representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo;

8.3. Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (OAB 42.884/PE), representando Construtora Queiroz Galvão S. A.;

8.4. Hélio Siqueira Júnior (OAB 62.929/RJ) e Antônio Carneiro Maia Neto (OAB 138.278/RJ), representando Petróleo Brasileiro S.A.;

8.5. Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB 27.154/DF), Alexandre Aroeira Salles (OAB 28.108/DF) e Igor Fellipe Araújo de Sousa (OAB 41.605/-DF), representando Valdir Lima Carreiro, Consorcio CII - Consorcio Ipojuca Interligações, Iesa Óleo & Gás S.A. e Construtora Queiroz Galvão S. A.;

8.6. Eduardo Stênio Silva Sousa (OAB 20.327/DF), representando espólio de Ildefonso Colares Filho;

8.7. Daniele de Oliveira Nunes (OAB 165.787/RJ), representando Renato de Souza Duque.

8.8. João Mestieri (OAB 13.645/RJ), representando Paulo Roberto Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial na qual se apura superfaturamento nas obras de construção das tubovias da Refinaria Abreu Lima (Rnest), no Estado de Pernambuco,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acatar as razões de justificativa da sra. Venina Velosa da Fonseca;

9.2. julgar irregulares as contas da Construtora Queiroz Galvão S.A. (atual Álya Construtora S/A), da empresa Iesa Óleo & Gás S.A., do Consorcio Ipojuca Interligações, do sr. Ildefonso Colares Filho e dos srs. Valdir Lima Carreiro, Renato de Souza Duque, Paulo Roberto Costa e Pedro José Barusco Filho, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “c” e “d”, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.3. julgar irregulares as contas do sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c”, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.4. condenar solidariamente a Construtora Queiroz Galvão S.A. (atual Álya Construtora S/A), a empresa Iesa Óleo & Gás S.A. e os srs. Valdir Lima Carreiro e Renato de Souza Duque ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.5. condenar solidariamente a Construtora Queiroz Galvão S.A. (atual Álya Construtora S/A), a empresa Iesa Óleo & Gás S.A. e os srs. Valdir Lima Carreiro, José Sérgio Gabrielli de Azevedo e Renato de Souza Duque ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

DT Débito	Valor (R\$)
27/07/2015	1.784.358,80
12/08/2015	139.681,88
31/08/2015	1.057.131,45
28/12/2015	1.668.166,72

9.6. condenar solidariamente com os responsáveis de que tratam os subitens 9.4 e 9.5:

9.6.1. o espólio do sr. Idelfonso Colares Filho, na pessoa de seu inventariante, ou de seus herdeiros legais, caso tenha havido a partilha de bens, pelo débito de que tratam os subitens 9.4 e 9.5., até o limite do valor do patrimônio transferido, a teor do art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal de 1988;

9.6.2. o espólio do sr. Paulo Roberto Costa, na pessoa de seu inventariante, ou de seus herdeiros legais, caso tenha havido a partilha de bens, pela quota de um sétimo do valor de que trata o subitem 9.4 e pela quota de um oitavo do valor de que trata o subitem 9.5, até o limite do valor do patrimônio transferido, em conformidade com o art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal de 1988;

9.6.3. o sr. Pedro José Barusco Filho pela quota de um sétimo do valor de que trata o subitem 9.4 e pela quota de um oitavo do valor de que trata o subitem 9.5;

9.7. estabelecer que os pagamentos efetuados no âmbito dos acordos de colaboração do Poder Judiciário pelos srs. Paulo Roberto Costa e Pedro José Barusco Filho, a título de multas ou confiscos, devem ser considerados para amortização dos valores das indenizações, desde que configurada a identidade dos fatos geradores e do cofre credor;

9.8. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das datas das notificações, para que os responsáveis de que tratam os subitens 9.4, 9.5 e 9.6 comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Petróleo Brasileiro S.A., nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.9. determinar à Petróleo Brasileiro S.A. que, no prazo de 60 (sessenta) dias, formule pedido perante o juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com vistas a salvaguardar patrimônio da empresa Iesa Óleo & Gás S.A. (em recuperação judicial) para quitar a dívida imputada mediante este acórdão;

9.10. aplicar aos responsáveis abaixo arrolados, individualmente, a pena de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, de acordo com os valores indicados:

Responsável	Valor (R\$)
José Sérgio Gabrielli de Azevedo	45.000,00
Renato de Souza Duque	3.750.000,00
Construtora Queiroz Galvão S.A.	375.000.000,00
Iesa Óleo & Gás S.A.	375.000.000,00
Valdir Lima Carreiro	15.000.000,00

9.11. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das datas das notificações, para que os responsáveis de que trata o subitem 9.11 comprovem, perante o Tribunal (arts. 214, inciso III, alínea “a”, e 269 do RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas, quando pagas após seu vencimento, monetariamente, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.12. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.13. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, incidindo, sobre cada parcela, os correspondentes acréscimos legais, alertando os responsáveis de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do RI/TCU;

9.14. considerar graves as infrações cometidas pelo sr. Valdir Lima Carreiro;

9.15. nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, inhabilitar o sr. Valdir Lima Carreiro para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública por um período de 8 (oito) anos;

9.16. determinar à Petrobras que adote as providências legais e administrativas cabíveis no sentido de obter a restituição dos "lucros ilegítimos" pagos em razão do contrato de que trata estes autos;

9.17. dar ciência desta deliberação à Petrobras, ao juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, ao juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, ao Ministério Público Federal no Paraná e à Advocacia-Geral da União;

9.18. determinar à Segecex que, com apoio da Seses, atue processo administrativo para acompanhar, nos próximos 12 meses, a aplicação do parágrafo único do art. 944 do CC/02 nos acórdãos do TCU a fim de, com base na jurisprudência então formada, propor critérios objetivos para se fazer a correlação entre culpa e ressarcimento nas propostas das unidades instrutivas deste Tribunal;

9.19. determinar à Segecex que institua processos de trabalho com o objetivo de promover:

9.19.1. levantamento de dados relacionados às imputações de débito e multa pelo TCU, de modo a apresentar os resultados com periodicidade semestral à Presidência; e

9.19.2. avaliar os possíveis impactos sobre os processos já julgados por esta Corte com condenação em débito em razão de possível mudança de entendimento jurisprudencial no sentido da aplicação do disposto no art. 28 na LINDB para a imputação de dano;

9.19.3. juntar cópia desta decisão ao processo 033.854/2018-1, a fim de que seja estudada a possibilidade de fixar como competência do Plenário desta Corte de Contas reconhecer eventual desproporção entre a gravidade da culpa e o dano ao Erário acarretado, de modo que o TCU aplique o parágrafo único do art. 944 do CC/02 nos casos que entender necessário;”

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1835-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro com voto vencido: Walton Alencar Rodrigues.

13.3. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1836/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.262/2023-5

1.1. Apensos: 033.353/2023-9; 017.853/2024-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Acompanhamento

3. Interessados/Responsáveis: não há

4. Órgãos/Entidades: Instituições financeiras que gerenciam recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Ministério da Educação (MEC)

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação) e Unidade de Auditoria Especializada em Transferências de Recursos da União (AudTransferências)

8. Representação legal: Andressa Castro (OAB/PR 87.657), Louise Dias Portes (OAB/RJ 203.612), Luís Inácio Lucena Adams (OAB/DF 29.512), Alexandre Takashi Sakamoto (OAB/SP 150.289), Luiz Francisco Mota Santiago Filho (OAB/RJ 196.770), Mauro Pedroso Gonçalves (OAB/DF 21.278), Lorena Bitello Lobo Barbosa (OAB/RJ 230.468), Paula Santos Oliveira Loyola (OAB/ES 23.951), Vader Machado Miranda (OAB/RS 86.604) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de monitoramento com objetivo de verificar o cumprimento de obrigações pelas instituições financeiras que abrigam as contas dos entes subnacionais destinadas ao recebimento dos recursos do Fundeb,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar às instituições financeiras listadas a seguir, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, que:

9.1.1. disponibilizem ao Tribunal de Contas da União, em arquivo eletrônico, a posição consolidada dos extratos das contas correntes do Fundeb e das respectivas aplicações financeiras vinculadas, atualizados até a data do encerramento da conta, em estrita observância ao leiaute de arquivo de extratos bancários e estrutura para entrega de arquivos especificados, nos termos do art. 16, inciso II, § 1º e § 2º, da Portaria FNDE 807/2022, com redação dada pela Portaria FNDE 624/2023:

Instituição Financeira	Prazo para cumprir
Banco do Brasil S.A.	30/9/2024
Caixa Econômica Federal	4/10/2024
Banco Cooperativo Sicoob S.A.	10/8/2024
Banco da Amazônia S.A.	4/10/2024
Banco do Estado do Espírito Santo S.A.	30/6/2024
Banco do Estado do Pará S.A.	4/10/2024
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	30/9/2024
Confederação Nacional das Cooperativas Centrais de Crédito e Economia Familiar	4/10/2024

9.1.2. implementem rotina de divulgação dos extratos bancários do Fundeb em suas respectivas páginas na internet, nos termos da Lei 14.113/2020, art. 21, §§ 6º e 9º, c/c a Portaria FNDE 807/2022, arts. 12 e 16, inciso I e § 1º, com redação dada pela Portaria FNDE 624/2023;

Instituição Financeira	Prazo para cumprir
Banco do Brasil S.A.	30/9/2024
Caixa Econômica Federal	5/8/2024
Banco Cooperativo Sicoob S.A.	30/7/2024
Banco da Amazônia S.A.	30/9/2024
Banco do Estado do Pará S.A.	30/9/2024
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	30/9/2024
Confederação Nacional das Cooperativas Centrais de Crédito e Economia Familiar	30/9/2024

9.2. deferir a prorrogação de prazo requerida pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (peça 162) até 2/9/2024, dando-se ciência ao interessado;

9.3. dar ciência do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, ao Ministério Público Federal, à Controladoria-Geral da União e à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon);

9.4. sugerir, considerando a competência estabelecida no art. 30 da Lei 14.113/2020, aos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que avaliem incluir nos seus planejamentos a execução de fiscalizações que tenham por objetivo verificar o cumprimento, pelas instituições financeiras, municípios e estados, dos procedimentos estabelecidos na legislação do Fundeb, em especial os comandos operacionais estabelecidos na Portaria FNDE 807/2022; e

9.5. dar ciência à Febraban acerca do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, para que divulgue a todos os seus associados, considerando a possibilidade de novas contas bancárias específicas serem abertas em instituições financeiras distintas da relação do subitem 9.1.2, nos termos do art. 21, § 9º, da Lei 14.113/2020.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1836-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1837/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.839/2024-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Companhia Nacional de Abastecimento.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional para que este Tribunal disponibilize informações sobre a importação de arroz realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 38, inciso II, da Lei 8.443/1992; 232, inciso II, do Regimento Interno do TCU; e 4º, inciso I, alínea “a”, da Resolução - TCU 215/2008;

9.2. informar ao Exmo. Sr. Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados, que a matéria da presente solicitação está sendo tratada nos processos de representação TCs 010.149/2024-4, 010.221/2024-7 e 015.098/2024-9 e que, tão logo sejam apreciados, dar-se-á notícia quanto aos seus resultados à Presidência da Câmara dos Deputados;

9.3. sem prejuízo do disposto no subitem anterior, fornecer ao Exmo. Sr. Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados, cópia integral dos TCs 010.149/2024-4, 010.221/2024-7 e 015.098/2024-9;

9.4. comunicar ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, relator dos TCs 010.149/2024-4, 010.221/2024-7 e 015.098/2024-9, que, quando do julgamento de mérito dos mencionados processos, encaminhe cópia, para os presentes autos, das deliberações e das peças processuais consideradas necessárias ao atendimento da solicitação objeto deste processo, nos termos do art. 13, parágrafo único, da Resolução - TCU 215/2008;

9.5. estender, por força do art. 14, inciso III, da Resolução - TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º daquela resolução aos processos TCs 010.149/2024-4, 010.221/2024-7 e 015.098/2024-9, uma vez reconhecida conexão integral dos respectivos objetos com o da presente solicitação;

9.6. juntar cópia desta deliberação aos TCs 010.149/2024-4, 010.221/2024-7 e 015.098/2024-9, conforme determina o art. 14, inciso V, da Resolução - TCU 215/2008;

9.7. dar ciência desta deliberação ao Exmo. Sr. Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados; e

9.8. sobrestar a apreciação do presente processo até que sejam encaminhadas as informações relativas aos processos conexos, necessárias ao integral cumprimento do solicitado, com fundamento no art. 157 do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 47 da Resolução-TCU 259/2014.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1837-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1838/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.637/2020-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Pedido de Reexame em Denúncia

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Camargo Milani Sociedade Individual de Advocacia (37.782.753/0001-06).

3.2. Responsáveis: Angelo Vattimo (034.677.398-90); Christina Hajaj Gonzalez (147.742.288-93); Cynthia Aparecida dos Santos Silva (334.721.598-20); Irene Abramovich (104.475.718-34).

3.3. Recorrente: Irene Abramovich (104.475.718-34).

4. Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernanca).

8. Representação legal: Jefferson Biamino (321934/OAB-SP), representando Identidade Reservada; Olga Codorniz Campello Carneiro (86.795/OAB-SP), Luis Andre Aun Lima (163.630/OAB-SP) e outros, representando Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo; Isabel Caminada Brandao de Albuquerque Alves (68138/OAB-DF), Alexandre Paranhos Tacla Abbruzzini (268.363/OAB-SP) e outros, representando Christina Hajaj Gonzalez.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Sra. Irene Abramovich ao Acórdão 391/2024-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1838-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1839/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 040.628/2021-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Denúncia).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Sul (93.026.771/0001-39).
4. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Sul.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernanca).
8. Representação legal: Márcio Alminhana Aioldi (OAB/RS 75.171), Luciana Junqueira Pezzi (73561/OAB-RS) e Rosanie Rodrigues Rivero (40.889/OAB-RS), representando Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Sul.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 1.401/2023-TCU-Plenário, proferido em denúncia

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

 - 9.1. conhecer do presente pedido de reexame, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial de forma a conferir a seguinte redação à determinação contida no subitem 9.3.2 do Acórdão 1.401/2023-Plenário:

“9.3.2. pagar a gratificação de atividade externa a farmacêuticos fiscais que, individualmente, atinjam o Índice de Desempenho do Fiscal (IDF) mínimo de 12, conforme determina o art. 2º, §§ 7º e 8º da Resolução CFF 648/2017;”
 - 9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Conselho Federal de Farmácia.
10. Ata nº 36/2024 - Plenário.
11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1839-36/24-P.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1840/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.841/2018-9
 - 1.1. Apenso: 033.085/2020-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Responsáveis: Adriano Pereira de Paula (CPF 743.481.327-04), Afonso Bandeira Florence (CPF 177.341.505-00), Alessandro Golombiewski Teixeira (CPF 656.147.550-04), Alexandre Meira da Rosa (CPF 976.881.856-53), André Luiz Andrade Bobroff (CPF 475.345.329-49), Antônio Carlos Pinho de Argolo (CPF 003.592.545-00), Antônio José Ferreira Simões (CPF 548.539.407-82), Antônio José Alves Júnior (CPF 849.079.327-15), Carlos Alfredo Lazary Teixeira (CPF 268.793.367-87), Carlos Augusto Vidotto (CPF 775.888.358-34), Carlos Márcio Bicalho Cozendey (CPF 342.835.011-15), Célio Brovino Porto (CPF 040.125.187-04), Dyogo Henrique de Oliveira (CPF 768.643.671-34), Eva Maria Cella Dal Chiavon (CPF 400.606.759-34), Fernando Damata Pimentel (CPF 129.845.316-04), Hadil Fontes da Rocha Vianna (CPF 385.181.717-68), Ivan João Guimarães Ramalho (CPF 280.080.578-15), Lucia Helena Monteiro Souza (CPF 210.357.761-20), Luiz Fernando Pires Augusto (CPF 688.045.557-34), Lytha Battiston Spíndola (CPF 310.031.681-91), Marcela Santos de Carvalho (CPF 034.091.094-12), Marcos Bezerra Abbott Galvão (CPF 221.191.831-04), Marcus Pereira Aucélio (CPF 393.486.601-87), Ruy Nunes Pinto Nogueira (CPF 012.281.887-34), Sheila Ribeiro Ferreira (CPF 182.374.441-91)

4. Unidades: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.; Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Secretaria de Assuntos Internacionais (extinta)

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos)

8. Representação legal: André Correia Raposo Felipe, Juliana Silva Bernardo e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Sthefani Lara dos Reis Rocha (54357/OAB-DF), representando Fernando Damata Pimentel; Pablo Lemos Figueiredo de Paiva (38019/OAB-DF), Marina Monte-mór David Pons (027.936/OAB-DF) e outros, representando Carlos Márcio Bicalho Cozendey; Túlio Tavares Florence (31174/OAB-BA), representando Afonso Bandeira Florence; Grazielle Fernandes Pettene, Denilson Ribeiro de Sena Nunes (96.320/OAB-RJ) e outros, representando Agência Especial de Financiamento Industrial; Irma Cláudia do Nascimento Moraes (48255/OAB-DF), Michelle Marry Marques da Silva (25746/OAB-DF) e outros, representando Ivan João Guimarães Ramalho; Gilberto Mendes Calasans Gomes (43.391/OAB-DF), representando Marcos Bezerra Abbott Galvão; Úrsula Medeiros de Carvalho Pastori (73064/OAB-DF), representando Marcela Santos de Carvalho; Pablo Lemos Figueiredo de Paiva (38019/OAB-DF), Marina Monte-mór David Pons (027.936/OAB-DF) e outros, representando Hadil Fontes da Rocha Vianna; Walter Demian Roitman (126.923/OAB-RJ), Marcos Pinto Correia Gomes (81.078/OAB-RJ) e outros, representando Antônio José Alves Júnior; Denise Nefussi Mandel (163228/OAB-SP), Shirley Guimarães Viana Gonçalves (59558/OAB-DF) e outros, representando Alexandre Meira da Rosa; Grazielle Fernandes Pettene; Denilson Ribeiro de Sena Nunes (96.320/OAB-RJ) e outros, representando Bndes Participações S.A.; Phillip Handow Krauspenhar (56033/OAB-DF), Victor Hugo de Sena Garcez (71215/OAB-DF), Sthefani Lara dos Reis Rocha (54357/OAB-DF) e outros, representando Eva Maria Cella Dal Chiavon; João Paulo de Oliveira Boaventura (31680/OAB-DF), representando Lytha Battiston Spíndola; Adriana Rocha Moreira (17.808-E/OAB-DF), André Dutra Dorea Ávila da Silva (24.383/OAB-DF) e outros, representando Marcus Pereira Aucélio; Jorge Sotto Mayor Fernandes Neto (61.343/OAB-DF), representando Dyogo Henrique de Oliveira

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação instaurada em cumprimento ao item 9.2 do Acórdão 1.031/2018-Plenário, no intuito de aprofundar o exame de possíveis irregularidades relacionadas ao estabelecimento de regras excepcionais incidentes sobre a operacionalização do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), em operações de financiamento às exportações cursadas no bojo do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), cobertas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE), as quais resultaram em expressiva redução do prêmio de seguro devido em operações dessa natureza.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92; 235 e 161, 237, inciso VI e parágrafo único, e 250, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal; e 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em:

9.1. conhecer da presente representação, por atender os requisitos de admissibilidade, e, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. excluir a responsabilidade de Antônio Carlos Pinho de Argolo (CPF 003.592.545-00), em razão do seu falecimento;

9.3. acolher integralmente as razões de justificativa apresentadas pelo responsável Antônio José Alves Júnior (CPF 849.079.327-15);

9.4. acolher, parcialmente, as razões de justificativa apresentadas pelos demais responsáveis, aproveitando-as em favor dos que não responderam às audiências, sem aplicar-lhes multa, em homenagem ao que dispõem os arts. 23, 24 e 28 do Decreto-Lei 4.657/1942 (Lindb);

9.5. comunicar esta decisão à Câmara de Comércio Exterior (Camex), ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig), à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), ao Ministério da Fazenda (MF), ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e ao Ministério das Relações Exteriores (MRE);

9.6. arquivar os autos.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1840-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto que alegou impedimento na Sessão: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1841/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.843/2018-1

1.1. Apensos: 012.290/2021-1; 036.889/2023-7

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Responsáveis: Adriano Pereira de Paula (CPF 743.481.327-04), Afonso Bandeira Florence (CPF 177.341.505-00), Alessandro Golombiewski Teixeira (CPF 656.147.550-04), Alexandre Meira da Rosa (CPF 976.881.856-53), Andre Luiz Andrade Bobroff (CPF 475.345.329-49), Antônio de Aguiar Patriota (CPF 091.856.151-53), Antonio Eustaquio Andrade Ferreira (CPF 152.480.206-97), Benedito Rosa do Espírito Santo (CPF 311.697.597-34), Beto Ferreira Martins Vasconcelos (CPF 032.815.116-51), Carlos Alfredo Lazary Teixeira (CPF 268.793.367-87), Carlos Augusto Vidotto (CPF 775.888.358-34), Carlos Eduardo Esteves Lima (CPF 474.292.406-15), Carlos Marcio Bicalho Cozendey (CPF 342.835.011-15), Carlos Mario Guedes de Guedes (CPF 606.955.950-91), Celio Brovino Porto (CPF 040.125.187-04), Celso Luiz Nunes Amorim (CPF 075.050.944-91), Claudia Regina Bonalume (CPF 428.642.830-34), Darci Bertholdo (CPF 247.051.870-91), Dyogo Henrique de Oliveira (CPF 768.643.671-34), Eduardo dos Santos (CPF 376.006.307-10), Enio Cordeiro (CPF 183.559.789-00), Eva Maria Cella Dal Chiavon (CPF 400.606.759-34), Evandro de Sampaio Didonet (CPF 295.482.410-72), Fernando Damata Pimentel (CPF 129.845.316-04), Flavio Cals Dolabella (CPF 605.659.001-10), Francisco de Assis Leme Franco (CPF 469.676.807-49), Gabriel Ferraz Aidar (CPF 310.042.508-19), Gilberto Jose Spier Vargas (CPF 279.057.990-34), Gilson Alceu Bittencourt (CPF 572.284.509-49), Guilherme Cassel (CPF 303.570.800-25), Guilherme Estrada Rodrigues (CPF 764.708.736-34), Hadil Fontes da Rocha Vianna (CPF 385.181.717-68), Ivan João Guimarães Ramalho (CPF 280.080.578-15), João Guilherme Rocha Machado (CPF 303.469.888-70), José Carlos Cavalcanti de Araujo Filho (CPF 666.410.554-34), José Carlos Vaz (CPF 329.726.281-87), José Gerardo Fontelles (CPF 002.361.283-53), Laudemir André Müller (CPF 725.217.320-87), Leticia Koeppel Mendonça (CPF 948.972.205-72), Lucia Helena Monteiro Souza (CPF 210.357.761-20), Luis Antonio Balduino Carneiro (CPF 344.083.041-15), Luiz Alberto Figueiredo Machado (CPF 599.872.197-72), Lytha Battiston Spindola (CPF 310.031.681-91), Marcela Santos de Carvalho (CPF 034.091.094-12), Marcelo Junqueira Ferraz (CPF 231.581.906-72), Marcia da Silva Quadrado (CPF 414.328.860-53), Marcos Bezerra Abbott Galvão (CPF 221.191.831-04), Marcus Pereira Aucélio (CPF 393.486.601-87), Maria da Glória Guimarães dos Santos (CPF 214.103.561-91), Mauro Borges Lemos (CPF 316.720.516-49), Miguel João Jorge Filho (CPF 024.842.858-68), Miriam Aparecida Belchior (CPF 056.024.938-16), Nelson Machado (CPF 004.364.701-44), Paulo Bernardo Silva (CPF 475.345.329-49), Paulo Rogerio Caffarelli (CPF 442.887.279-87), Reinhold Stephanes (CPF 002.070.981-15), Ricardo Schaefer (CPF 507.857.450-68), Ronaldo Camillo (CPF 042.610.228-26), Ruy Nunes Pinto Nogueira (CPF 012.281.887-34), Sheila Ribeiro Ferreira (CPF 182.374.441-91), Sérgio Ricardo Miranda Nazaré (CPF 245.212.211-49), Valdemar Carneiro Leão Neto (CPF 057.102.191-34), Valdir Moysés Simão (CPF 021.728.738-70), Vinicius Teixeira Sucena (CPF 393.673.200-00), Wagner Gonçalves Rossi (CPF 031.203.258-72).

4. Unidades: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.; Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Secretaria de Assuntos Internacionais (extinta)

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos)

8. Representação legal: André de Sá Braga (11657/OAB-DF), Mario Marcos Pinto da Cunha (43.330/OAB-DF) e outros, representando Ronaldo Camillo; Antonio Pedro da Silva Machado (56.257/OAB-DF) e Antonio Pedro Machado (52.908/OAB-DF), representando Maria da Gloria Guimarães dos Santos; Tulio Tavares Florence (31174/OAB-BA), representando Afonso Bandeira Florence; Antonio Pedro da Silva Machado (56.257/OAB-DF) e Antonio Pedro Machado (52.908/OAB-DF), representando Sérgio Ricardo Miranda Nazaré; Clara Araújo Coutinho (335.244/OAB-SP), Ana Luisa Ferreira Pinto (345.204/OAB-SP) e outros, representando Beto Ferreira Martins Vasconcelos; Rogerio Telles Correia das Neves (133445/OAB-SP), representando Rodrigo Toledo Cabral Cota; Guilherme Henrique Magaldi Netto (4.110/OAB-DF), representando Marcos Bezerra Abbott Galvão; Henrique Romano Rocha (62952/OAB-DF), representando Enio Cordeiro; Guilherme Henrique Magaldi Netto (4.110/OAB-DF), representando Eduardo dos Santos; Eugenio Jose Guilherme de Aragao (4935/OAB-DF), Angelo Longo Ferraro (261268/OAB-SP) e outros, representando Eva Maria Cella Dal Chiavon; João Paulo de Oliveira Boaventura (31680/OAB-DF), representando Lytha Battiston Spíndola; Adriana Rocha Moreira (17.808-E/OAB-DF), Caique Andre Avila de Miranda (24.383/OAB-DF) e outros, representando Marcus Pereira Aucélio; André Luis Garoni de Oliveira (15.786/OAB-DF), representando Luiz Alberto Figueiredo Machado; Andre Correia Raposo Felipe, Juliana Silva Bernardo e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Carolina Natasha Rodrigues Gomes (231.173/OAB-RJ), José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz (106.810/OAB-RJ) e outros, representando Marcelo Junqueira Ferraz; Gean Carlos Ferreira de Moura Aguiar (61174/OAB-DF), representando Miriam Aparecida Belchior; Eugenio Jose Guilherme de Aragao (4935/OAB-DF), Gean Carlos Ferreira de Moura Aguiar (61174/OAB-DF) e outros, representando Fernando Damata Pimentel; Pablo Lemos Figueiredo de Paiva (38.019/OAB-DF), Marina Monte-mór David Pons (027.936/OAB-DF) e outros, representando Carlos Marcio Bicalho Cozendey; Marcelo Winch Schmidt (53.599/OAB-DF), representando Celso Luiz Nunes Amorim; Sthefani Lara dos Reis Rocha (54.357/OAB-DF), representando Paulo Bernardo Silva; Eugenio José Guilherme de Aragão (4935/OAB-DF), Gean Carlos Ferreira de Moura Aguiar (61174/OAB-DF) e outros, representando Nelson Machado; Sarah Leane Pereira de Souza da Mata (59.077/OAB-DF), Antônio Glaucius de Moraes (15.720/OAB-DF) e outros, representando Reinhold Stephanes; Eduardo Stênio Silva Sousa (OAB/DF 20.327) e outros, representando Marcelo Pinheiro Franco; Gerson Luis Ben (58.159/OAB-DF) e João Urubata dos Reis (44.526/OAB-RS), representando Gilberto José Spier Vargas; Israel Nicholas Ferreira Rodrigues (60.686/OAB-DF) e Renato Oliveira Ramos (20.562/OAB-DF), representando Wagner Gonçalves Rossi; Gilberto Mendes Calasans Gomes (43.391/OAB-DF) e Vitoria Costa Damasceno (60.734/OAB-DF), representando Antônio de Aguiar Patriota; Guilherme Henrique Magaldi Netto (4.110/OAB-DF), Gilberto Mendes Calasans Gomes (43.391/OAB-DF) e outros, representando Evandro de Sampaio Didonet; Mauricio Tavares (155990/OAB-SP), Beatris Brandão de Avila Tolosa (19739/OAB-DF) e outros, representando Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.; Eugenio José Guilherme de Aragão (4935/OAB-DF), Gean Carlos Ferreira de Moura Aguiar (61174/OAB-DF) e outros, representando Gabriel Ferraz Aidar; Francisco Augusto da Costa e Silva (21370/OAB-RJ), André Uryn (110.580/OAB-RJ) e outros, representando Paulo Rogério Caffarelli; Eduardo Stênio Silva Sousa (OAB/DF 20.327) e outros, representando Fernando Vitor dos Santos Sawczuk; Eugenio José Guilherme de Aragão (4935/OAB-DF), Gean Carlos Ferreira de Moura Aguiar (61174/OAB-DF) e outros, representando João Guilherme Rocha Machado; Ursula Medeiros de Carvalho Pastori (73064/OAB-DF), representando Marcela Santos de Carvalho; Matheus Soares Salgado Nunes de Matos (64.498/OAB-DF), Jorge Sotto Mayor Fernandes Neto (61.343/OAB-DF) e outros, representando Miguel João Jorge Filho; Eduardo Stênio Silva Sousa (OAB/DF 20.327) e outros, representando Renato Gerundio de Azevedo; Gustavo Toniol Raguzzoni (59.533/OAB-DF), Denise Nefussi Mandel (163228/OAB-SP) e outros, representando Alexandre Meira da Rosa; Francisco Augusto da Costa e Silva (21370/OAB-RJ), José Luiz Braga (26.180/OAB-RJ) e outros, representando Ricardo Schaefer.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação instaurada em cumprimento ao item 9.6 do Acórdão 1.031/2018-Plenário, no intuito de aprofundar o exame de possíveis irregularidades na gestão do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) relacionadas à aplicação de descontos (Mitigation Exclusion Factor - MEF) no rating OCDE, concedido a quatro países tomadores de crédito à exportação para serviços de engenharia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 5º, inciso I, 11, 12, § 3º, e 43 da Lei 8.443/92, 161, 235 e 237, inciso VI e parágrafo único, e 250, inciso IV, do Regimento Interno do Tribunal, e 103 da Resolução-TCU 259/2014, em:

9.1. conhecer da presente representação, por atender os requisitos de admissibilidade, e, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. excluir a responsabilidade de José Gerardo Fontelles (CPF 002.361.283-53) em razão de seu falecimento;

9.3. considerar revel, para todos os efeitos, Flavio Cals Dolabella (CPF 605.659.001-10), dando-se prosseguimento ao processo;

9.4. acatar, parcialmente, as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis, abstendo-se, excepcionalmente, de aplicar-lhes a multa do art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. comunicar esta decisão à Câmara de Comércio Exterior (Camex), ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig), à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), ao Ministério da Fazenda (MF), ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e ao Ministério das Relações Exteriores (MRE);

9.6. arquivar os autos.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1841-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto que alegou impedimento na Sessão: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1842/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.636/2022-4

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: André Luiz Andrade Bobroff (475.345.329-49), Antônio Carlos Pinho de Argolo (003.592.545-00), Antônio José Alves Júnior (849.079.327-15), Antônio de Aguiar Patriota (091.856.151-53), Carlos Alfredo Lazary Teixeira (268.793.367-87), Daniel Maia (634.270.440-68), Ênio Cordeiro (183.559.789-00), Erenice Alves Guerra (185.697.731-53), Guido Mantega (676.840.768-68), Ivan João Guimarães Ramalho (280.080.578-15), João Bernardo de Azevedo Bringel (224.830.041-72), Laudemir Andre Müller (725.217.320-87), Lúcia Helena Monteiro Souza (210.357.761-20), Luís Henrique Oliveira (065.987.278-12), Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva (691.850.857-15), Marcos Bezerra Abbott Galvão (221.191.831-04), Marcus Pereira Aucélio (393.486.601-87), Miguel João Jorge Filho (024.842.858-68), Nelson Machado (004.364.701-44), Paulo Bernardo Silva (112.538.191-49), Reinhold Stephanes (002.070.981-15), Ruy Nunes Pinto Nogueira (012.281.887-34), Samuel Pinheiro Guimarães Neto (290.744.367-49), Sheila Ribeiro Ferreira (182.374.441-91) e Silas Brasileiro (004.697.186-68)

4. Unidades: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Secretaria de Assuntos Internacionais (extinto) e Secretaria do Tesouro Nacional

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos)

8. Representação legal: Rodrigo Sales da Rocha Abreu (OAB/RJ 155.278) e outros, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida tomada de contas especial referente a atos praticados em 2007 a 2009, autuada em atendimento ao Acórdão 2.190/2022-Plenário, por meio do qual se apreciou representação sobre possíveis irregularidades na Câmara de Comércio Exterior, no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações e na Secretaria do Tesouro Nacional, relacionadas à concessão de benefícios de equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - Equalização para operações de financiamento à exportação de obras e serviços de engenharia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos artigos 201, § 3º, e 212, do Regimento Interno-TCU, em:

9.1. arquivar o processo, por ausência dos pressupostos de sua constituição e desenvolvimento válido e regular;

9.2. retirar a chancela de sigilo que recai sobre as operações de financiamento examinadas no feito;

9.3. juntar cópia do inteiro teor desta deliberação ao TC 015.853/2018-7; e

9.4. comunicar esta decisão à Câmara de Comércio Exterior, ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações e à Secretaria do Tesouro Nacional.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1842-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto que alegou impedimento na Sessão: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1843/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.637/2022-0

1.1. Apenso: 008.853/2023-1

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Adriano Pereira de Paula (743.481.327-04), Alessandro Golombiewski Teixeira (656.147.550-04), André Luiz Andrade Bobroff (475.345.329-49), Antônio José Ferreira Simões (548.539.407-82), Antônio de Aguiar Patriota (091.856.151-53), Carlos Alfredo Lazary Teixeira (268.793.367-87), Carlos Augusto Vidotto (775.888.358-34), Carlos Eduardo Esteves Lima (474.292.406-15), Carlos Márcio Bicalho Cozendey (342.835.011-15), Evandro de Sampaio Didonet (295.482.410-72), Guilherme Cassel (303.570.800-25), Hadil Fontes da Rocha Vianna (385.181.717-68), Ivan João Guimarães Ramalho (280.080.578-15), Letícia Koeppel Mendonça (948.972.205-72), Lúcia Helena Monteiro Souza (210.357.761-20), Luiz Fernando Pires Augusto (688.045.557-34), Lytha Battiston Spíndola (310.031.681-91), Marcos Bezerra Abbott Galvão (221.191.831-04), Marcus Pereira Aucélio (393.486.601-87), Miguel João Jorge Filho (024.842.858-68), Nelson Machado (004.364.701-44), Paulo Bernardo Silva (112.538.191-49), Ruy Nunes Pinto Nogueira (012.281.887-34), Sheila Ribeiro Ferreira (182.374.441-91) e Wagner Goncalves Rossi (031.203.258-72)

4. Unidades: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Secretaria de Assuntos Internacionais (extinto) e Secretaria do Tesouro Nacional.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos).

8. Representação legal: Rodrigo Sales da Rocha Abreu (OAB/RJ 155.278) e outros, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida tomada de contas especial, referente a atos praticados em 2010 e 2011, autuada em atendimento ao Acórdão 2.190/2022-Plenário, por meio do qual se apreciou representação sobre possíveis irregularidades na Câmara de Comércio Exterior, no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações e na Secretaria do Tesouro Nacional, relacionadas à concessão de benefícios de equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - Equalização para operações de financiamento à exportação de obras e serviços de engenharia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos artigos 201, § 3º, e 212, do Regimento Interno-TCU, em:

- 9.1. arquivar o processo, por ausência dos pressupostos de sua constituição e desenvolvimento válido e regular;
 - 9.2. retirar a chancela de sigilo que recai sobre as operações de financiamento examinadas no feito;
 - 9.3. juntar cópia do inteiro teor desta deliberação ao TC 015.853/2018-7; e
 - 9.4. comunicar esta decisão à Câmara de Comércio Exterior, ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações e à Secretaria do Tesouro Nacional.
10. Ata nº 36/2024 - Plenário.
 11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.
 12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1843-36/24-P.
 13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministro-Substituto que alegou impedimento na Sessão: Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1844/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.621/2021-4
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Antônio José Alves Junior (849.079.327-15); Daniel Maia (634.270.440-68); Guido Mantega (676.840.768-68); João Bernardo de Azevedo Bringel (224.830.041-72); Miguel João Jorge Filho (024.842.858-68); Samuel Pinheiro Guimarães Neto (290.744.367-49); Silas Brasileiro (004.697.186-68)
4. Unidades: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Secretaria de Assuntos Internacionais (extinta)
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental)
8. Representação legal: Russielton Sousa Barroso Cipriano (41213/OAB-DF), representando Silas Brasileiro; Barbara Medina Coeli Egreja (145.749/OAB-RJ), Danilo de Souza Knuth Machado (210.496/OAB-RJ) e outros, representando Antônio José Alves Junior; Pedro Paulo Alves Correa dos Passos (64.481/OAB-DF), Gilvan Damiani Brogini (207308/OAB-SP) e outros, representando Miguel João Jorge Filho; Juliana Tavares Almeida (12.794/OAB-DF), representando Daniel Maia; Daniel Vieira Bogéa Soares (34.311/OAB-DF), Marina Novetti Velloso (54705/OAB-DF) e outros, representando Samuel Pinheiro Guimarães Neto; Eugenio José Guilherme de Aragão (4.935/OAB-DF), Gean Carlos Ferreira de Moura Aguiar (61.174/OAB-DF) e outros, representando Guido Mantega
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em atendimento à determinação constante do subitem 9.1.1. do Acórdão 3.156/2019-Plenário, em razão da aprovação, pelos responsáveis citados nos autos, de pagamento da equalização de taxas de juros por prazo superior ao máximo legalmente permitido para as operações de financiamentos vinculadas à exportação de bens e serviços, com amparo do Programa de Financiamento às Exportações (Proex Equalização), operação Cofig 340.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, I, 12, § 3º, 16, II, 17, 18 e 23, I e II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, I, 169, III, 207, 208 e 214, I e II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel o sr. João Bernardo de Azevedo Bringel para todos os efeitos;

9.2. julgar regulares com ressalvas as contas dos srs. Guido Mantega, então Ministro de Estado da Fazenda; Miguel João Jorge Filho, então Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; João Bernardo de Azevedo Bringel, então Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Daniel Maia, então Ministro de Estado, interino, do Desenvolvimento Agrário; Samuel Pinheiro Guimarães Neto, então Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores; Silas Brasileiro, então Ministro de Estado, interino, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Antônio José Alves Junior, então Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República, dando-lhes quitação;

9.3. comunicar o inteiro teor desta deliberação aos responsáveis;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1844-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto que alegou impedimento na Sessão: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1845/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.646/2021-7

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Antônio de Aguiar Patriota (091.856.151-53); Laudemir Andre Müller (725.217.320-87); Miguel João Jorge Filho (024.842.858-68); Nelson Machado (004.364.701-44); Paulo Bernardo Silva (112.538.191-49); Reinhold Stephanes (002.070.981-15) e Sheila Ribeiro Ferreira (182.374.441-91)

4. Unidades: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Secretaria de Assuntos Internacionais (extinta) e Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental)

8. Representação legal: Guilherme Henrique Magaldi Netto (4.110/OAB-DF), Arthur Lima Guedes (18.073/OAB-DF) e outros, representando Antônio de Aguiar Patriota; Pedro Paulo Alves Correa dos Passos (64481/OAB-DF), Gilvan Damiani Brogini (207308/OAB-SP) e outros, representando Miguel João Jorge Filho; Ana Luisa Ferreira Pinto (345204/OAB-SP), Amanda Moreira Kraft (383.864/OAB-SP) e outros, representando Nelson Machado; Angelo Longo Ferraro (37922/OAB-DF), representando Paulo Bernardo Silva; Mauro Porto (12878/OAB-DF), representando Laudemir Andre Müller; Antonio Rafael Meira Moraes (62868/OAB-DF), representando Reinhold Stephanes; Mauro Porto (12.878/OAB-DF), representando Sheila Ribeiro Ferreira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em atendimento à determinação constante do subitem 9.1.4 do Acórdão 3.156/2019-Plenário, em razão da aprovação, pelos responsáveis citados nos autos, de pagamento da equalização de taxas de juros por prazo superior ao máximo legalmente permitido para as operações de equalização de financiamentos vinculadas à exportação de bens e serviços, com amparo do Programa de Financiamento às Exportações, operação Cofig 495.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, I, 12, § 3º, 16, I e II, 17, 18 e 23, I e II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, I, 169, III, 207, 208 e 214, I e II, do Regimento Interno, em:

9.1 julgar regulares as contas de Laudemir André Müller e Sheila Ribeiro Ferreira, dando-lhes quitação plena;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas de Antônio de Aguiar Patriota, Miguel João Jorge Filho, Néelson Machado, Paulo Bernardo Silva e Reinhold Stephanes, dando-lhes quitação;

9.3. comunicar o inteiro teor desta deliberação aos responsáveis;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1845-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto que alegou impedimento na Sessão: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1846/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.708/2021-2

1.1. Apenso: 015.914/2018-6

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Afonso Bandeira Florence (177.341.505-00); Celio Brovino Porto (040.125.187-04); Dyogo Henrique de Oliveira (768.643.671-34); Eva Maria Cella Dal Chiavon (400.606.759-34); Fernando Damata Pimentel (129.845.316-04); Lytha Battiston Spíndola (310.031.681-91); Ruy Nunes Pinto Nogueira (012.281.887-34)

4. Unidades: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (extinta)

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental)

8. Representação legal: Eugenio José Guilherme de Aragão (4.935/OAB-DF), Gean Carlos Ferreira de Moura Aguiar (61.174/OAB-DF) e outros, representando Fernando Damata Pimentel; Tulio Tavares Florence (31174/OAB-BA), representando Afonso Bandeira Florence; Angelo Longo Ferraro (37922/OAB-DF), representando Eva Maria Cella Dal Chiavon; Juliana Tavares Almeida (12.794/OAB-DF) e Mauro Porto (12.878/OAB-DF), representando Lytha Battiston Spíndola; Pedro Paulo Alves Correa dos Passos (64481/OAB-DF), Gilvan Damiani Brogini (207308/OAB-SP) e outros, representando Dyogo Henrique de Oliveira; Daniel Vieira Bogéa Soares (34.311/OAB-DF), Marina Novetti Velloso (54.705/OAB-DF) e outros, representando Ruy Nunes Pinto Nogueira

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em atendimento à determinação constante do subitem 9.1.4 do Acórdão 3.156/2019-Plenário, em razão da aprovação, pelos responsáveis citados nos autos, de pagamento da equalização de taxas de juros por prazo superior ao máximo legalmente permitido para as operações de equalização de financiamentos vinculadas à exportação de bens e serviços, com amparo do Programa de Financiamento às Exportações (Proex Equalização), operação Cofig 637.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, I, 12, § 3º, 16, I e II, 17, 18 e 23, I e II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, I, 169, III, 207, 208 e 214, I e II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel o sr. Célio Brovino Porto, para todos os efeitos;

9.2. julgar regulares as contas dos srs. Célio Brovino Porto, Lytha Battiston Spíndola e Dyogo Henrique de Oliveira, dando-lhes quitação plena;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas dos srs. Fernando Damata Pimentel, Afonso Bandeira Florence, Eva Maria Cella Dal Chiavon, e Ruy Nunes Pinto Nogueira, dando-lhes quitação;

9.4. comunicar o inteiro teor desta deliberação aos responsáveis;

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1846-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto que alegou impedimento na Sessão: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1847/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 038.928/2023-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Representante: Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica)

3.1. Interessadas: Companhia Hidrelétrica Teles Pires (12.810.896/0001-53), Energia Sustentável do Brasil S.A. (09.029.666/0001-47) e Santo Antônio Energia S.A. (09.391.823/0001-60)

4. Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica)

8. Representação legal: Julião Silveira Coelho (OAB/DF 17.202) e outros, representando a Companhia Hidrelétrica Teles Pires; Alberto de Pinho Novo Junior (OAB/SP 252.594) e outros, representando a Santo Antônio Energia S.A.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a representação formulada pela Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica) em virtude de possíveis irregularidades na atuação da Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) quanto ao Despacho 2.431/2023, por meio do qual decidiu manter o montante do risco repactuado pelas Usinas Hidrelétricas (UHE) Teles Pires, Jirau e Santo Antônio, apesar das reduções de energia comercializada no ambiente regulado,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos artigos 43, inciso I, da Lei 8.443/1992; 235, 237, inciso VI e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno-TCU; e 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em:

9.1. conhecer da representação, por atender os requisitos de admissibilidade;

9.2. no mérito, considerá-la parcialmente procedente, tendo em vista que, a despeito da plausibilidade das alegações no sentido da proporcionalidade entre o risco hidrológico e o volume de energia contratada, não se verificou ilegalidade patente no Despacho-Aneel 2.431/2023, tampouco evidências de ofensa aos princípios da isonomia e da livre concorrência e, sobretudo, porque não pode ser olvidado o princípio da segurança jurídica e da consequente vedação à retroatividade;

9.3. comunicar o inteiro teor desta decisão à Aneel e às empresas interessadas; e

9.4. arquivar o processo.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1847-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1848/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.638/2022-7

1.1. Apenso: 008.852/2023-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Adriano Pereira de Paula (743.481.327-04), Afonso Bandeira Florence (177.341.505-00), Alessandro Golombiewski Teixeira (656.147.550-04), Antônio de Aguiar Patriota (091.856.151-53), Benedito Rosa do Espírito Santo (311.697.597-34), Beto Ferreira Martins Vasconcelos (032.815.116-51), Carlos Augusto Vidotto (775.888.358-34), Carlos Márcio Bicalho Cozendey (342.835.011-15), Célio Brovino Porto (040.125.187-04), Dyogo Henrique de Oliveira (768.643.671-34), Eva Maria Cella Dal Chiavon (400.606.759-34), Fernando Damata Pimentel (129.845.316-04), Gilberto José Spier Vargas (279.057.990-34), Gleisi Helena Hoffmann (676.770.619-15), Guido Mantega (676.840.768-68), Hadil Fontes da Rocha Vianna (385.181.717-68), Luiz Fernando Pires Augusto (688.045.557-34), Lytha Battiston Spíndola (310.031.681-91), Marcela Santos de Carvalho (034.091.094-12), Márcia da Silva Quadrado (414.328.860-53), Ruy Nunes Pinto Nogueira (012.281.887-34) e Sheila Ribeiro Ferreira (182.374.441-91)

4. Unidades: Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais (extinto) e Secretaria do Tesouro Nacional

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos)

8. Representação legal: Rodrigo Sales da Rocha Abreu (OAB/RJ 155.278) e outros, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Roberto Endrigo Rosa (Siape 1442860) e outros, representando a Secretaria do Tesouro Nacional

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida tomada de contas especial referente a atos praticados em 2012 a 2014, autuada em atendimento ao Acórdão 2.190/2022-Plenário, por meio do qual se apreciou representação sobre possíveis irregularidades na Câmara de Comércio Exterior, no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações e na Secretaria do Tesouro Nacional, relacionadas à concessão de benefícios de equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - Equalização para operações de financiamento à exportação de obras e serviços de engenharia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos artigos 201, § 3º, e 212, do Regimento Interno-TCU, em:

9.1. arquivar o processo, por ausência dos pressupostos de sua constituição e desenvolvimento válido e regular;

9.2. retirar a chancela de sigilo que recai sobre as operações de financiamento examinadas no feito;

9.3. juntar cópia do inteiro teor desta deliberação ao TC 015.853/2018-7; e

9.4. comunicar esta decisão à Câmara de Comércio Exterior, ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações e à Secretaria do Tesouro Nacional.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1848-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymmler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto que alegou impedimento na Sessão: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1849/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.918/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Comunicações (AudComunicações).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Solicitação do Congresso Nacional (SCN) em que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados requer do TCU realização de auditoria “a fim de se apurar possíveis irregularidades na contratação de serviços na modalidade ‘Serviços de Valor Adicionado’ em programas estaduais de provimento de acesso móvel a alunos de escolas públicas”.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunido em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. encaminhar ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Joseildo Ramos; à Exma. Sra. Bia Kicis, que ocupava a Presidência da referida comissão e enviou a presente solicitação ao TCU; e ao Deputado Federal Aureo Ribeiro, em resposta ao Ofício 145/2023/CFFC-P, de 2/8/2023, referente ao Requerimento 255/2023-CFFC, cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, assim como cópia do Acórdão 1.203/2024-TCU-Plenário, proferido no âmbito do TC 009.688/2023-4, da relatoria do Ministro Vital do Rêgo, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentaram;

9.2. com fulcro no art. 250, inciso II, do RI/TCU, determinar à Anatel que encaminhe ao TCU o resultado dos processos 53500.007326/2023-98, 53500.007313/2023-19, 53500.007321/2023-65, 53500.014175/2023-24, 53500.014421/2023-48 e 53500.015399/2023-53 que tramitam naquela Agência, assim que forem apreciados de maneira conclusiva;

9.3. considerar integralmente atendida a Solicitação objeto deste processo, nos termos dos arts. 14, inciso IV, e 17, inciso II, da Resolução TCU 215/2008;

9.4. encaminhar os presentes autos à Presidência do TCU para expedição do aviso com a comunicação da deliberação, nos termos do art. 19 da Resolução-TCU 215/2008;

9.5. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 14, inciso IV, da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1849-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1850/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 045.601/2012-7.

1.1. Apenso: 018.071/2010-4

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Jorge Alberto Teles Prado (077.051.905-91); Márcio Zylberman (885.171.017-15); O Mercadão Comércio e Prestação de Serviços Eireli (03.823.107/0001-28); Pró-alimentos Comercial Ltda (00.837.064/0001-41); R & S Comercio de Alimentos Eireli (01.419.090/0001-12); Raimundo Penalva do Nascimento (515.319.845-68); Suprimax Comercial Ltda. (03.007.636/0001-53); Verdural Distribuidora de Verduras e Frutas Eireli (16.213.019/0001-56); Wendson Antônio Tavares Mendes - Me (10.294.929/0001-24).

3.2. Recorrente: Jorge Alberto Teles Prado (077.051.905-91).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Sergipe.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Leonardo Oliveira Souza (7173/OAB-SE), representando Wendson Antônio Tavares Mendes - Me; Bruno Vinicius Santiago de Sousa (4949/OAB-SE), representando Dianju Distribuidora Atacadista Eireli; Leonardo Oliveira Souza (7173/OAB-SE), representando Verdural Distribuidora de Verduras e Frutas Eireli; Leonardo Oliveira Souza (7.173/OAB-SE), Wenderson Tavares Mendes e outros, representando O Mercado Comércio e Prestação de Serviços Eireli; Rafael Resende de Andrade (5201/OAB-SE), representando Jorge Alberto Teles Prado; Wendell Tavares Mendes (4623/OAB-SE), representando Pró-alimentos Comercial Ltda; Leonardo Oliveira Souza (7173/OAB-SE), representando R & S Comercio de Alimentos Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que se apreciam os embargos de declaração opostos pelo Sr. Jorge Alberto Teles Prado, em face do Acórdão nº 1170/2024 - TCU - Plenário, de minha relatoria, por meio do qual este Tribunal conheceu e rejeitou embargos de declaração em face do Acórdão nº 428/2024 - TCU - Plenário, de minha relatoria, por meio do qual este Tribunal conheceu e negou provimento ao recurso de revisão contra o Acórdão 3.696/2015- TCU-2ª Câmara, relator Ministro Vital do Rêgo, modificado pelos Acórdãos 4.498/2016 e 3.193/2017, ambos da 2ª Câmara, e Acórdãos 4.636/2017 e 12.880/2019, ambos da 1ª Câmara, e que foi objeto de recurso de reconsideração, apreciado por meio do Acórdão 3.216/2018-TCU-2ª Câmara, relator Ministro José Múcio Monteiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. alertar o embargante que a oposição de novos embargos de declaração ou outro expediente com nítido caráter protelatório pode vir a ser caracterizada como litigância de má-fé, nos termos do art. 80, VII, do Código de Processo Civil, e sujeitar o responsável à sanção pecuniária de multa por parte desta Corte de Contas;

9.3. dar ciência desta deliberação ao embargante e aos demais interessados.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1850-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1851/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.039/2010-9.

1.1. Apenso: 005.454/2001-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (04.892.707/0001-00); Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S/A - Em Liquidacao Em Liquidacao (62.464.904/0001-25); Governo do Estado de São Paulo (46.379.400/0001-50); Secretaria-executiva do Ministério da Infraestrutura (extinto); Secretaria-executiva do Ministério dos Transportes.

3.2. Responsáveis: Alya Construtora S/A (33.412.792/0001-60); Carlos Satoru Miyasato (679.210.948-72); Constran S/A - Construcoes e Comercio (61.156.568/0001-90); Dario Juliano Tambellini (454.104.538-91); Jose Kalil Neto (470.339.598-34); Marcos Oliveira de Carvalho (falecido) (078.280.168-40); Mario Rodrigues Junior (022.388.828-12); Milton Xavier (566.274.838-15); Pedro da Silva (120.388.878-37); Reynaldo Rangel Dinamarco (614.605.598-00); Ricardo Teixeira (063.016.888-13); Rubens Narciso Peduti Dal Molin (454.158.978-87); Sergio Luiz Bresser Goncalves Pereira (211.142.268-15).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (AudRodoviaAviação).

8. Representação legal: Mario Rodrigues Junior (OAB/DF 38.290) e João Paulo Prates da Silveira Guerra (OAB/DF 38.290), representando Mario Rodrigues Junior; Alexandre Krause Pera (OAB/SP 234.144), representando Marcos Oliveira de Carvalho (falecido); Beatriz Neves Dal Pozzo (OAB/SP 300.646), Augusto Neves Dal Pozzo (OAB/SP 174.392) e outros, representando Sergio Luiz Bresser Goncalves Pereira; Beatriz Neves Dal Pozzo (OAB/SP 300.646), Augusto Neves Dal Pozzo (OAB/SP 174.392) e outros, representando Dario Juliano Tambellini; Mônica Garcia Perna Silva (OAB/SP 328.786), Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos (OAB/SP 69.842) e outros, representando Dersa - Desenvolvimento Rodoviario S/A - Em Liquidacao Em Liquidacao; Alexandre Krause Pera (OAB/SP 234.144), representando Carlos Satoru Miyasato; Heitor Vitor Mendonça Fralino Sica (OAB/SP 182.193), representando Milton Xavier; Beatriz Neves Dal Pozzo (OAB/SP 300.646), Augusto Neves Dal Pozzo (OAB/SP 174.392) e outros, representando Reynaldo Rangel Dinamarco; Mateus Cibinello Gomes (OAB/PR 81.868), representando Pedro da Silva; Beatriz Neves Dal Pozzo (OAB/SP 300.646), Augusto Neves Dal Pozzo (OAB/SP 174.392) e outros, representando Ricardo Teixeira; Rodrigo Silva da Rocha (OAB/SP 214.950), Dunya El Hadi (OAB/SP 230.322-E) e outros, representando Rubens Narciso Peduti Dal Molin; Beatriz Neves Dal Pozzo (OAB/SP 300.646), Augusto Neves Dal Pozzo (OAB/SP 174.392) e outros, representando Jose Kalil Neto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial para apuração do débito relativo aos seis contratos de execução das obras de construção do trecho oeste do Rodoanel Metropolitano da cidade de São Paulo determinada pelo item 9.9 do Acórdão 1.019/2007- TCU- Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento, com fundamento nos art. 2º e 8º da Resolução-TCU 344/2022;

9.2. revogar a medida cautelar determinada pelo item 9.11 do Acórdão 4.076/2020-TCU-Plenário;

9.3. dar ciência desta deliberação ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (entes concedentes), ao Estado de São Paulo (conveniente), à Secretaria de Estado de Transportes de São Paulo (participante do convênio), à Secretaria de Estado dos Transportes de São Paulo e da Desenvolvimento Rodoviários S.A. (Dersa) (interveniente do convênio), às empresas componentes do Consórcio Queiroz Galvão/Constran e aos responsáveis;

9.4. arquivar os autos. nos termos do art. 169, inciso VI, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 11 da Resolução-TCU 344/2022.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1851-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1852/2024 - TCU - Plenário

1. Processo TC 001.272/2015-2

1.1. Apenso: 001.294/2019-9

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).

3.1. Responsável: Domingos Sávio da Costa Torres (138.098.304-53).

3.2. Recorrente: Domingos Sávio da Costa Torres (138.098.304-53).

4. Órgão/Entidade: município de Tuparetama/PE.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Bárbara Mendes Lôbo Amaral (21.375/OAB-DF), Heffren Nascimento da Silva (59.173/OAB-DF) e outros, representando Domingos Sávio da Costa Torres.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos por Domingos Sávio da Costa Torres ao Acórdão 119/2024-Plenário, que acolheu apenas parcialmente recurso de revisão interposto contra o Acórdão 11.397/2016-TCU-2ª Câmara, por meio do que o Tribunal julgou suas contas irregulares,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los;

9.2. informar o conteúdo desta deliberação ao recorrente.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1852-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1853/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.923/2017-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Denúncia).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.3. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Técnicos Em Radiologia.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernança).

8. Representação legal: Fernando Dimas Delci (OAB-DF 31386), representando Conselho Nacional de Técnicos Em Radiologia.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos em face do Acórdão 1.230/2024-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste Acórdão ao Embargante.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1853-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1854/2024 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.329/2024-2

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Acompanhamento.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Banco Central do Brasil; Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; Secretaria de Orçamento Federal - MP; Secretaria de Política Econômica; Secretaria do Tesouro Nacional; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento realizado com o objetivo de avaliar, relativamente ao 2º bimestre de 2024, os resultados fiscais e a execução orçamentária e financeira da União, particularmente quanto ao cumprimento das metas fiscais, à aderência aos limites constitucionais e legais e à conformidade com as regras de limitação de empenhos e movimentação financeira, além dos bloqueios orçamentários,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. informar ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para subsidiá-la e em atendimento ao disposto art. 145, § 3º, da Lei 14.791/2023 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2024) -, os seguintes fatos acerca da gestão fiscal no 2º bimestre de 2024:

9.1.1. o resultado primário do governo central estimado para 2024, segundo o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do 2º bimestre de 2024, cujo déficit alcança R\$ 27.469,4 milhões, a preços correntes, está abaixo do centro da meta estabelecida na LDO 2024, de resultado primário zero, mas dentro do limite inferior do intervalo de tolerância;

9.1.2. mesmo ao desconsiderar R\$ 12.979,4 milhões de despesas que não entram para a meta devido à calamidade pública no estado do Rio Grande do Sul, o déficit primário do governo central para fins de cumprimento da meta fiscal é estimado em R\$ 14.490,0 milhões, dentro do limite inferior de tolerância de -0,25% do PIB, correspondente a déficit primário de R\$ 28.756,2 milhões;

9.1.3. o resultado primário estimado das empresas estatais federais para o exercício de 2024, de déficit de R\$ 3.444,4 milhões, afigura-se compatível com a meta fiscal do exercício de 2024, de resultado deficitário de R\$ 7.312,1 milhões;

9.1.4. o resultado primário do governo central e o resultado primário das empresas estatais federais alcançaram em abril de 2024, respectivamente, superávit de R\$ 30,3 bilhões e de R\$ 571 milhões, resultados que se afiguram compatíveis com as metas fiscais do exercício de 2024 estabelecidas na LDO 2024, isto é, déficits primários de R\$ 28,8 bilhões (limite inferior do intervalo de tolerância da meta) e de R\$ 7,3 bilhões, nessa ordem;

9.1.5. em virtude da abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 15,8 bilhões, nos termos do que dispõe o art. 14 da Lei Complementar 200/2023, houve incorporação do referido valor ao limite de despesas primárias do Poder Executivo, fazendo com que o limite global atualizado de despesas primárias seja da ordem de R\$ 2.105.243,3 milhões, dos quais R\$ 2.023.550,6 milhões o limite consignado ao Poder Executivo, e R\$ 81.692,7 milhões aos demais Poderes e órgãos;

9.1.6. os montantes de dotações orçamentárias relativas a despesas primárias sujeitas ao “limite de despesas” de que trata o art. 3º, caput, da Lei Complementar 200/2023 foram inferiores aos limites individualizados dos Poderes e órgãos; os montantes pagos de despesas primárias apresentaram aderência às dotações correspondentes; e os créditos suplementares e especiais abertos pelo Poder Executivo foram compatíveis com os limites de despesas e com a meta de resultado primário;

9.1.7. a projeção para 2024 das despesas primárias sujeitas ao “limite de despesas” de que trata o art. 3º, caput, da Lei Complementar 200/2023 indicou a existência de espaço fiscal de R\$ 2.478,5 milhões no âmbito do Poder Executivo, permitindo a reversão do bloqueio de dotações realizado após a avaliação do 1º bimestre;

9.1.8. as projeções indicam suficiência para cumprimento da “regra de ouro” da ordem de R\$ 29,8 bilhões no exercício de 2024;

9.1.9. não foram encontrados indícios, até o momento, de interferência política indevida que tenha motivado a redução nas projeções de benefícios previdenciários, porquanto as evidências analisadas levaram ao entendimento de que se tratou de procedimento predominantemente de ordem técnica.

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Planejamento e Orçamento, ao Ministério da Fazenda, à Controladoria-Geral da União, à Casa Civil da Presidência da República, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e ao Senador Rogério Marinho, em face do processo TC 015.425/2024-0;

9.3. encerrar o presente processo, nos termos do art. 169, V, do RITCU.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1854-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1855/2024 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.712/2022-1

2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Monitoramento.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Ministério da Cidadania (extinto); Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Trabalho e Previdência (extinto).

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Previdência, Assistência e Trabalho (AudBenefícios).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este monitoramento, realizado com o objetivo de avaliar o grau de atendimento às determinações e recomendações expedidas mediante o Acórdão 3.142/2021-TCU-Plenário, proferido no âmbito do TC 016.827/2020-1, que apreciou o 6º Relatório de Acompanhamento do Auxílio Emergencial,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 243 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar integralmente cumprida a determinação e atendidas as recomendações descritas nos subitens 9.4.1, 9.6.4 e 9.6.5 do Acórdão 3.142/2021-TCU-Plenário;

9.2. considerar em cumprimento as determinações contidas nos subitens 9.3, 9.4.2 e 9.4.3 e 9.5 do Acórdão 3.142/2021-TCU-Plenário;

9.3. considerar parcialmente implementadas as recomendações mencionadas nos subitens 9.6.1 e 9.6.3 e não atendida a recomendação elencada no subitem 9.6.2 do Acórdão 3.142/2021-TCU-Plenário;

9.4. informar o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Ministério da Previdência Social, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ministério da Defesa e o Instituto Nacional do Seguro Social acerca desta decisão;

9.5. restituir os autos à AudBenefícios para prosseguimento do monitoramento dos subitens 9.3, 9.4.2 e 9.4.3 e 9.5 do Acórdão 3.142/2021-TCU-Plenário.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1855-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1856/2024 - TCU - Plenário

1. Processo TC 014.644/2023-1

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Relatório de Auditoria.

3. Interessadas: Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores; Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República; Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior; Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Secretaria-Geral das Relações Exteriores.

4. Órgãos/Entidades: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos; Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que se aprecia auditoria operacional no sistema de promoção comercial das exportações, com o objetivo de verificar se o Contrato de Gestão 2020-2023, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), adotou indicadores, objetivos e metas adequados à avaliação do nível de eficiência, eficácia e efetividade das ações da agência, bem como se os critérios definidos refletiram as suas finalidades legais,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. recomendar, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços que submeta os contratos de gestão assinados com a Apex-Brasil à análise do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e da Casa Civil da Presidência da República quando de sua assinatura, alteração ou renovação, nos termos do art. 7º, §§ 2º e 6º, do Decreto 4.584/2003;

9.2. recomendar, com fulcro no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, à Apex-Brasil e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços que:

9.2.1. avaliem a viabilidade de elaborar proposta de projeto legislativo para alteração do art. 4º, §1º, do Decreto 4.584/2003, de modo a incluir representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação na composição do Conselho Deliberativo da agência para que aquele colegiado contemple todos os ministérios responsáveis pelas políticas nacionais de desenvolvimento previstas no art. 2º da Lei 10.668/2003;

9.2.2. envidem esforços para aperfeiçoamento dos contratos de gestão a serem firmados entre si por meio da adoção de objetivos, metas, indicadores, critérios e métricas que permitam, o mais breve possível, avaliar:

9.2.2.1. o impacto dos programas e ações de promoção comercial da Apex-Brasil nas políticas nacionais de desenvolvimento relativas às áreas industrial, comercial, tecnológica, de agricultura e de serviços, bem como o favorecimento de empresas de pequeno porte, consoante os arts. 1º, 2º e 9º, incisos I e II, da Lei 10.668/2003 e os arts. 4º, I, III e IV, 5º, II e III, e 6º do Decreto 9.203/2017;

9.2.2.2. o resultado operacional da agência ao longo do tempo em termos de eficiência, eficácia e efetividade, em consonância com o art. 7º, caput, §§ 1º e 5º, incisos I a III, do Decreto 4.584/2003.

9.3. informar a Apex-Brasil, a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços quanto ao teor desta decisão;

9.4. fazer retornar os autos à AudAgroAmbiental.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1856-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1857/2024 - TCU - Plenário

1. Processo TC 030.971/2015-2

2. Grupo I - Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.1. Responsáveis: Gustavo Diniz Ferreira Gusso (182.721.638-70); Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (30.190.219/0001-61).

4. Órgão/Entidade: Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Cristiano Holanda Travassos Correa (117.253/OAB-RJ) e Frederico Antônio Carneiro de Moraes (117.836/OAB-RJ), representando Gustavo Diniz Ferreira Gusso; Frederico Antônio Carneiro de Moraes (117.836/OAB-RJ), representando a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor de Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade e de seu ex-presidente Gustavo Diniz Ferreira Gusso, devido à omissão no dever de prestar contas quanto aos recursos repassados à entidade beneficiária por força do Convênio 691/2009, Siafi 728.048,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c”, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, as contas de Gustavo Diniz Ferreira Gusso e da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem perante o Tribunal o seu recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU, abatendo-se os valores já ressarcidos:

VALOR ORIGINAL (em R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
4.470,42 D	28/01/2011
11,165,24 D	11/02/2011
16,082,21 D	25/02/2011

VALOR ORIGINAL (em R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
1.559,90 D	11/03/2011
11.470,74 D	22/03/2011
3.824,10 D	29/03/2011
2.962,74 D	06/04/2011
7.102,00 D	15/04/2011
3.327,28 D	28/04/2011
1.431,00D	05/05/2011
2.430,00 D	06/05/2011
2.415,37 D	13/05/2011
8.777,15 D	16/05/2011
880,00 D	27/05/2011
665.70 D	30/05/2011
3.076,67 D	06/06/2011
1.064,01 D	07/06/2011
6.800,00 D	08/06/2011
7.914,24 D	13/06/2011
5.000,00 D	15/06/2011
412,25 D	17/06/2011
2.387,03 D	28/06/2011
221,90 D	29/06/2011
1.578,10 D	06/07/2011
6.272,71 D	21/07/2011
1.120,60 D	25/07/2011
1.878,60 D	25/07/2011
498.88 D	03/08/2011
1.800,00 D	04/08/2011
19.406,84 D	17/08/2011
57.860,00 D	18/08/2011
38.540,00 D	18/08/2011
725.80 D	23/08/2011
880.00 D	26/08/2011
500,00 D	02/09/2011
221.90 D	19/09/2011
7.978,06 D	23/09/2011
228,95 D	26/09/2011
322.991,98 D	30/06/2011
1.498,11 C	14/05/2012
1.431,00 C	31/05/2012
80,00 C	31/05/2012
1.636,13 C	11/06/2013

VALOR ORIGINAL (em R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
9.014,61 C	11/06/2013
14.369,08 C	11/06/2013
37.919,69 C	11/06/2013
7.627,15 C	19/04/2023
7.627,15 C	03/05/2023
7.627,15 C	23/06/2023
7.627,15 C	10/07/2023
7.627,15 C	30/08/2023
7.627,15 C	18/10/2023
7.627,15 C	13/11/2023
7.627,15 C	15/12/2023
7.627,15 C	19/04/2024
7.627,15 C	24/05/2024
7.627,15 C	03/06/2024
7.627,15 C	19/06/2024

9.2. aplicar, individualmente, a Gustavo Diniz Ferreira Gusso e à Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão proferido por este Tribunal até a do efetivo recolhimento se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, também, desde logo, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 prestações, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, o das demais, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. informar o conteúdo desta decisão aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Saúde e à Procuradoria da República em Santa Catarina, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1857-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1858/2024 - TCU - Plenário

1. Processo TC 035.857/2015-3
- 1.1. Apenso: 009.329/2017-0
2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Acompanhamento (Acordo de Leniência).
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Advocacia-Geral da União e Controladoria-Geral da União.
5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Petróleo, Gás Natural e Mineração (AudPetróleo).
8. Representação legal: Ana Paula Gonçalves Araújo (31.103/OAB-DF), Ana Thaís Muniz Magalhães (30.290/OAB-DF) e outros, representando a Fundação dos Economiários Federais (Funcef).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento do acordo de leniência firmado entre a Advocacia-Geral da União, a Controladoria-Geral da União e empresas que integram o grupo econômico da Odebrecht, nos termos da Lei 12.846/2013,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 13, 15, 1º, 16, caput e parágrafo único, 18, I e II, 19, 21 e 22 da Instrução Normativa-TCU 95/2024 e diante das razões expostas pelo relator, em:

 - 9.1. abster-se de emitir opinião conclusiva nestes autos acerca da possibilidade de quitação do dano apurado no acordo de leniência, sem prejuízo de conceder às colaboradoras o benefício de não aplicação de sanção em processos de controle externo desde que haja identidade dos ilícitos neles apurados com aqueles descritos no escopo do instrumento negocial e que elas se mantenham adimplentes frente às obrigações acordadas;
 - 9.2. declarar que o conjunto de informações e de documentos ofertados no acordo de leniência não se mostrou útil ao controle externo exercido por este Tribunal, principalmente no que concerne ao setor de óleo e gás;
 - 9.3. informar à Advocacia-Geral da União e à Controladoria-Geral da União acerca desta deliberação, para impulsionar a articulação interinstitucional, mediante contínua e permanente colaboração mútua entre as instituições com competência na matéria, nos termos do acordo de cooperação técnica celebrado sob a coordenação do Supremo Tribunal Federal;
 - 9.4. encaminhar à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) cópia da tabela à peça 98 para seu conhecimento e, se pertinente, posterior disponibilização às unidades técnicas do TCU afetas aos demais temas - além do setor de óleo e gás - inseridos no escopo do acordo de leniência;
 - 9.5. arquivar o processo.
10. Ata nº 36/2024 - Plenário.
11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1858-36/24-P.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1859/2024 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-044.292/2020-1.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Monitoramento.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Unidades Jurisdicionadas: Ministério da Cidadania (extinto); Ministério da Economia (extinto); Instituto Nacional do Seguro Social; Ministério da Saúde; e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (extinto).
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Previdência, Assistência e Trabalho (AudBenefícios).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Monitoramento das determinações e recomendações exaradas por esta Corte por meio do Acórdão 4135/2020 - Plenário, proferido no âmbito de Auditoria de Natureza Operacional, cujo objeto era a análise da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto no inciso V do art. 203 da CF/88.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar implementadas as recomendações constantes dos subitens 9.3.1.3 e 9.4.2 do Acórdão 1435/2020 - Plenário; em implementação a do subitem 9.5.3; e não implementadas as dos subitens 9.5.1, 9.5.2 e 9.5.4;

9.2. considerar em cumprimento a determinação constante do subitem 9.1 do Acórdão 1435/2020 - Plenário;

9.3. dar ciência ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução/TCU 315/2020, de que a não implantação do instrumento para avaliação de deficiência contraria o disposto no art. 2º, § 2º, da Lei 13.146/2015, bem como representa o não atendimento à determinação contida no subitem 9.1 do Acórdão 1435/2020 - Plenário;

9.4. enviar cópia deste acórdão aos Ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), do Desenvolvimento e Assistência Social, da Família e Combate à Fome (MDS), da Fazenda (MFAZ), da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGISP), do Planejamento e Orçamento (MPO) e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), bem assim à Casa Civil da Presidência da República e ao Instituto Nacional do Seguro Social; e

9.5. restituir os autos à AudBenefícios para continuidade do monitoramento.

10. Ata nº 36/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/9/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1859-36/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 10 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 11 de setembro de 2024.

MINISTRO BRUNO DANTAS
Presidente

(Publicado no DOU Edição nº 179 de 16/09/2024, Seção 1, p. 122)